



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

**DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO
WEBJORNALISMO E NAS REDES SOCIAIS**

Isabela Cristina Barros Cardoso

Brasília – DF
2015

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

Isabela Cristina Barros Cardoso

Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do Grau de Mestra em Linguística. Área de concentração: *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira

Brasília/DF
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC268d Cardoso, Isabela Cristina Barros
Discursos sobre violência sexual contra a mulher
no webjornalismo e nas redes sociais / Isabela
Cristina Barros Cardoso; orientador Viviane Cristina
Vieira. -- Brasília, 2015.
150 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2015.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Feminismo. 3.
Representação. 4. Ideologia. 5. Violência Sexual. I.
Vieira, Viviane Cristina, orient. II. Título.

**DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO
WEBJORNALISMO E NAS REDES SOCIAIS**

ISABELA CRISTINA BARROS CARDOSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de concentração: *Linguagem e Sociedade*, defendida em 11 de dezembro de 2015, Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Prof.^a Dra. Viviane Cristina Vieira

Universidade de Brasília (UnB) – Presidente

Prof.^a Dra. Juliana de Freitas Dias

Universidade de Brasília (UnB) – Membro efetivo interno

Prof.^a Dra. Tatiana Nogueira Dias

Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Membro efetivo externo

Prof.^a Dra. Francisca Cordélia Silva

Universidade de Brasília (UnB) – Membro suplente interno

*A todas as mulheres, que sabem a
dor e a delícia de serem o que são.*

AGRADECIMENTOS

Seria necessária toda uma outra dissertação para dar conta de todos os agradecimentos e as explicações para os mesmos. Talvez não fazer agradecimento algum seja a alternativa mais justa, para que eu não corra o risco de desconsiderar ninguém; no entanto, sinto que é necessário ser um pouco injusta em favor das pessoas que realmente se destacaram nessa minha trajetória.

Agradeço aos meus pais, pelo eterno apoio, cuidado e afeto desde os meus primeiros segundos de vida. Por levarem a sério quando a menina de 8 anos disse que iria estudar numa universidade federal, e por permitir que minhas asas me levassem onde eu quisesse. Se eu sou uma borboleta, vocês foram o casulo que permitiram minha metamorfose. A todos os meus familiares pela (cega) confiança no meu potencial, e por acreditarem que eu chegaria onde quer que eu quisesse chegar.

Agradeço à Fernanda e à Stephanie, minhas rochas, *cheerleaders* e conselheiras. Eu não saberia dizer onde tanto essa dissertação quanto eu mesmo estaríamos se não fossem as suas constantes presenças na minha vida. A distância não é nada perto de tudo o que representamos uma para as outras, e quando eu olho para tudo o que conseguimos nos apoiando sempre, só consigo pensar que: conseguiremos muito mais. Brasília, São Paulo, Santos, Nova York, não importa. O que importa é que somos *adorbs*.

À Viviane Vieira, pela orientação e (muita) paciência, principalmente, e também pelas risadas, confiança e incentivos. Se essa pesquisa louca se tornou, enfim, uma dissertação, foram suas orientações e conselhos que a moldaram dessa maneira.

A todos os meus professores, pelos ensinamentos, sugestões e convicção de que eu estava seguindo um bom caminho em minha pesquisa, ou apenas pela inspiração de suas aulas.

Aos amigos analistas de discurso, pelas noites (e madrugadas) de muito café e discussões profundas sobre tudo um pouco. Milena, Regysane, Emmanuel, Rosana, às vezes nossos encontros eram tudo o que eu precisava para reabastecer minhas energias e seguir o meu caminho pessoal e acadêmico. Aos amigos de Brasília, da UnB e de fora, pela companhia e compreensão. São mais nomes do que cabem aqui e muitos mais do que eu imaginaria carregar comigo nessa trajetória, e ainda bem! Vocês estiveram presentes em uma fase muito importante da minha vida, e por isso, jamais deixarei de querê-los encontrar novamente. A todos os meus amigos de todos os cantos desse Brasil, pelo apoio descomunal e desconhecido apenas pela presença em minha vida e confiança de que eu conseguiria.

E, por fim, a mim mesma, por ter vencido tantas batalhas contra mim mesma para chegar até aqui.

*Ao nos tornarmos mulheres, o medo nos é familiar como o ar que respiramos. É o nosso elemento. Nós vivemos nele, o inspiramos, expiramos, e quase sempre não o notamos. Ao invés de 'Eu estou com medo', dizemos 'Eu não quero', ou 'Eu não sei como', ou 'Eu não posso'.
Andrea Dworkin*

RESUMO

Nesta pesquisa, de cunho documental e baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica inglesa (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) e feminista (LAZAR, 2005; 2007), estudo discursos acerca da violência sexual contra a mulher veiculados em 2013 e 2014 no webjornalismo e nas redes sociais no Brasil, partindo da perspectiva da ADC feminista de problematização e oposição a desigualdades de gênero social. O *corpus* principal compõe-se de seis notícias sobre casos de estupro veiculadas nos portais eletrônicos *G1* e *R7*; dois artigos a respeito da pesquisa divulgada pelo Ipea em 2014 a respeito da percepção social da violência contra a mulher, veiculados pelos portais *Veja* e *Brasil Post*; e a publicação na rede social *Facebook* do protesto “Eu não mereço ser estuprada”, contrária ao resultado da pesquisa indicativo de que mulheres que se vestem com roupas curtas “merecem ser atacadas”. O objetivo é investigar sentidos ideológicos que possam atuar na legitimação da prática de “culpabilização da vítima”: representações sociais que atribuem à vítima a responsabilidade pela violência (física, psicológica, sexual, simbólica) sofrida. Como instrumentos de análise textual, utilizo as categorias linguístico-discursivas das representações de atores e de eventos sociais (VAN LEEUWEN, 2008; FAIRCLOUGH, 2003), associadas aos modos de operação da ideologia, de Thompson (1995a). O estudo aponta que, enquanto os discursos veiculados nas notícias e no artigo da *Veja* têm potencial para legitimar e reiterar discursos que promovem a culpabilização da vítima de violência sexual e mantêm o *status quo* da suposta inferioridade do feminino sobre o masculino, os discursos identificados no artigo do *Brasil Post* e no protesto no *Facebook* defendem a união das mulheres em busca do fim da violência sexual e das práticas, crenças e valores envolvidos nos processos sociodiscursivos de culpabilização da vítima, trazendo um discurso sobre sororidade com potencial para o empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: Representação. Ideologia. Culpabilização da vítima. Estupro.

ABSTRACT

In this research, based on documental data and on the theoretical and methodological principles of Critical Discourse Analysis in its English (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) and feminist (LAZAR, 2005; 2007) currents, we study discourses concerning sexual violence against women published in 2013 and 2014 on webjournalism and social networks in Brazil, coming from the feminist CDA perspective that inequalities of social gender must be rendered problematic and opposed. The main corpus is composed of six news on cases of rape published on the news websites *GI* and *R7*; two articles about the research divulged by *Ipea* in 2014 on the social perception of violence against women, published on the news websites *Veja* and *Brasil Post*; and the post published on the social network Facebook about the protest "*Eu Não Mereço Ser Estuprada*" ("I Don't Deserve To Be Raped"), contrary to the research results indicating that women who dress in short clothing "deserve to be attacked". The objective is to investigate ideological meanings that might act on the legitimation of victim blaming practice, which consists in social representations that holds the victim responsible of her own (physical, psychological, sexual, symbolic) violence. As instruments of textual analysis, I use the linguistic-discursive categories of representations of social actors and events (VAN LEEUWEN, 2008; FAIRCLOUGH, 2003), associated with Thompson's (1995a) modes of operation of ideology. The study suggests that, while the discourses published by the news and *Veja* article have the potential to legitimate and reiterate discourses that promotes sexual violence victim blaming and, therefore, maintain the status quo of the supposed feminine inferiority regarding the masculine, the discourses identified on the *Brasil Post* article and the Facebook protest defend the union between women to seek the end of sexual violence and the practiced, beliefs and values involved in the social-discursive processes of victim blaming, bringing forward a discourse about sorority with the potential of women empowerment.

Keywords: Representation. Ideology. Victim blaming. Rape.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratificação da realidade	25
Quadro 2 - Modos de operação da ideologia.....	30
Quadro 3 - Rede do Ator Social	32
Quadro 4 - Arcabouço teórico-metodológico da ADC.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Posições feministas: da equidade à transversidade.....	42
Figura 2 - Triangulação de Dados	72

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
1 A LIGA DA JUSTIÇA: TEORIAS SOBRE DISCURSO NAS LUTAS SOCIAIS	17
1.1 <i>Os estudos da linguagem como interação social</i>	18
1.2 <i>Teoria Social do Discurso</i>	19
1.3 <i>Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico</i>	21
1.4 <i>Gêneros discursivos, Discursos e Estilos</i>	25
1.5 <i>Ideologia e Hegemonia</i>	28
1.6 <i>Representações Sociais</i>	31
1.7 <i>Linguagem, gênero social e ADC feminista</i>	34
CAPÍTULO 2	37
2 MULHERES-MARAVILHA CONTRA O MUNDO: FEMINISMO, VIOLÊNCIA E LUTA.....	37
2.1 <i>Da unidade às multifaces: as ondas do feminismo</i>	38
2.1.1 Primeira onda: queremos igualdade!	38
2.1.2 Segunda onda: queremos liberdade!	39
2.1.3 Terceira onda: queremos pluralidade!	41
2.1.4 Ondas de verde e amarelo: a luta e a política para mulheres no Brasil	44
2.1.5 A era dos movimentos sociais na Internet	46
2.1.5.1 Causas feministas nas redes virtuais brasileiras	47
2.1.5.2 O protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada: causas e consequências	50
2.2 <i>Obstáculos à frente: masculinidade hegemônica nas violências contra a mulher</i>	52
2.3 <i>Golpes na dignidade: o estupro e a culpabilização da vítima</i>	55
CAPÍTULO 3	61
3 A JORNADA DA HEROÍNA: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE PESQUISA	61
3.1 <i>Vitórias e percalços: o trajeto de pesquisa</i>	62
3.1.1 Perspectivas ontológicas	63
3.1.2 Perspectivas epistemológicas.....	65
3.1.3 Perspectivas metodológicas	68
3.1.3.1 Pesquisa documental	69
3.1.3.2 Triangulação de dados	71
3.2 <i>A ADC na análise de corpus</i>	72
CAPÍTULO 4	75

4	A BATALHA: IMPRENSA HEGEMÔNICA VS. FEMINISMO DAS REDES SOCIAIS.....	75
4.1	<i>Ruptura da hegemonia? Sociedades em rede e tradição jornalística</i>	76
4.2	<i>No certame da informação: análise das notícias</i>	79
4.2.1	Modos de operação da ideologia	82
4.2.2	Representação dos atores sociais.....	85
4.2.3	Representação dos eventos sociais	91
4.3	<i>No certame da opinião: análise dos artigos</i>	94
4.3.1	Modos de operação da ideologia	97
4.3.2	Representação dos atores sociais.....	102
4.3.3	Representação dos eventos sociais	108
4.4	<i>No certame da ação: análise da descrição do protesto</i>	113
4.4.1	Modos de operação da ideologia	114
4.4.2	Representação dos atores sociais.....	116
4.4.3	Representação dos eventos sociais	118
	CONSIDERAÇÕES.....	122
	REFERÊNCIAS	127
	ANEXO 1 – TEXTO 1.....	135
	ANEXO 2 – TEXTO 2.....	136
	ANEXO 3 – TEXTO 3.....	139
	ANEXO 4 – TEXTO 4.....	140
	ANEXO 5 – TEXTO 5.....	141
	ANEXO 6 – TEXTO 6.....	142
	ANEXO 7 – TEXTO 7.....	143
	ANEXO 8 – TEXTO 8.....	146
	ANEXO 9 – TEXTO 9.....	149

APRESENTAÇÃO

Como parte das atividades do projeto “Corpos e identidades como práticas sociodiscursivas: estudos em análise de discurso crítica” (VIEIRA, 2015), esta dissertação é resultado de uma pesquisa embasada nos preceitos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica ou ADC (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) e sua vertente Feminista (LAZAR, 2005; 2007), que investigam relações de poder na vida social, a exemplo de relações assimétricas de poder pautadas em representações e identidades de gênero social. A pesquisa sincrônica problematiza discursos sobre violência contra a mulher, buscando analisar as maneiras como os participantes dos textos são representados, sobretudo no que diz respeito à construção simbólica da responsabilização da vítima pela violência sofrida.

Essa responsabilização configuraria uma prática chamada *culpabilização da vítima*. O termo, cunhado por Ryan (1971), originalmente se referia à culpa atribuída aos negros estadunidenses marginalizados na década de 1960. Segundo o autor, essa parcela da população era culpada por “não ter uma estrutura socioeconômica sólida para que prosperassem”, muito embora fosse a própria população branca de classes sociais economicamente favorecidas a responsável pela marginalização que os colocava nessa situação. A expressão foi posteriormente apropriada em outros contextos, e encontrou grande expressividade no contexto da violência contra a mulher, uma vez que é com grande frequência que se encontram práticas discursivas que potencialmente acusam a mulher de provocar a violência contra si mesma, seja pelo seu comportamento, vestimenta ou espaços frequentados. A pesquisa investiga, portanto, discursos veiculados nos textos selecionados em busca de práticas potencialmente ideológicas como essa.

O *corpus* da pesquisa é organizado em três partes, definidas com o intuito de promover uma maior representatividade em relação ao problema de pesquisa. A primeira parte é composta por seis notícias (Textos 1 a 6), veiculadas nos portais jornalísticos virtuais *G1* e *R7*, coletadas no período de novembro de 2013 a julho de 2014. As notícias trazem diferentes casos de estupro em diferentes locais do Brasil, uma vez que a superação dos limites espaço-temporais do jornalismo virtual permite amplo e facilitado acesso a eventos ocorridos em vários espaços e tempos (AGUIAR, 2009).

A segunda e terceira partes do *corpus* tratam das reações à pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) em 2014, sobre a percepção social dos brasileiros em relação à violência contra a mulher. Os resultados da pesquisa, ainda que

questionáveis quanto à forma como foram obtidos (houve objeções relativas à representatividade dos dados coletados, por exemplo), trouxeram respostas como a de que uma expressiva parcela da população (65,1%, corrigidos para 26% após errata) concorda total ou parcialmente com a afirmativa de que mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas, e que “Se mulheres soubessem se comportar, haveriam menos estupros” (58,5% de concordância total ou parcial). Esses dados geraram um debate intenso nas esferas social e jornalística, principalmente em redes sociais como *Facebook* e *Twitter* e agências de notícias *online*.

A segunda parte do *corpus*, então, trará dois artigos de opinião publicados nos portais jornalísticos *Brasil Post* (Texto 7) e *Veja* (Texto 8), a respeito da repercussão gerada pela pesquisa, sobretudo no que concerne ao suposto “merecimento” da violência sexual pela mulher. Além disso, um dos artigos tratará do protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, que tomou as redes sociais e alguns espaços da esfera urbana com manifestações de mulheres rejeitando o resultado apresentado pela pesquisa, fomentando a discussão sobre culpabilização da vítima do estupro.

A terceira parte do *corpus* será a publicação feita na rede social virtual *Facebook* sobre o protesto, suas motivações e objetivos (Texto 9). A publicação se encontra na página oficial do evento do protesto, e foi feita com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito dos posicionamentos e representatividades do protesto.

Desta maneira, meus objetivos principal e específicos de pesquisa se estabelecem como:

Objetivo principal:

- Entendendo o estupro como uma prática de opressão de gênero social, investigar discursos publicados nas mídias jornalísticas e nas redes sociais a respeito de violência sexual contra a mulher, com enfoque na busca de potenciais práticas de culpabilização da vítima de estupro.

Objetivos específicos:

- Analisar as representações dos participantes e dos eventos nos textos selecionados.
- Investigar potenciais estratégias ideológicas presentes nos textos analisados.
- Explicar as análises realizadas a partir da perspectiva de vozes hegemônicas e contra-hegemônicas no que se refere à violência sexual contra a mulher.

Para esta análise, terei como base a ADC Feminista, que enfatiza a necessidade do posicionamento ideológico da pesquisa em busca da mudança social nas relações de gêneros

sociais das práticas estudadas. Desse modo, tomo minha posição a partir da crítica feminista com o objetivo de denunciar possíveis discursos de culpabilização da vítima, que fortalecem estruturas sociais que colocam a figura masculina em posição hegemônica.

Segundo Connell (1987), a masculinidade hegemônica é uma estrutura social que estabelece redes de práticas de subordinação de outras masculinidades, a depender do contexto social, porém sempre em posição de superioridade em relação ao feminino. A partir dessa perspectiva, as relações de gênero social se desenham de maneira assimétrica em relação a noções de gênero social masculino e feminino.

Aqui, entendo gênero social como uma construção discursiva reguladora, uma apropriação da identidade que serve ao propósito de exercer uma estratégia de dominação, reificando a oposição binária de gêneros, que seriam, então, aparências de identidades que perpetuam as assimetrias entre o que é ‘feminino’ e ‘masculino’ (BUTLER, 2015a [1990]). Meu objetivo não é questionar as identidades de gênero, e sim trabalhar com as assimetrias existentes nas construções discursivas cimentadas nas relações sociais.

Para trabalhar com essas relações de gênero social, utilizarei como instrumentos de análise linguístico-discursiva do *corpus* a estrutura genérica dos textos, bem como seu aspecto intertextual (FAIRCLOUGH, 2003), e as representações dos atores e dos eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003; VAN LEEUWEN, 2008), associadas aos modos de operação da ideologia e respectivas estratégias simbólicas (THOMPSON, 1995a), em busca de evidências linguístico-discursivas que permitam responder às questões sobre se e como a culpabilização da vítima ocorre discursivamente nos textos selecionados, utilizando o *corpus* como uma possível representação da conjuntura social atual bem como das práticas particulares das mídias.

Esta dissertação, portanto, possui quatro capítulos. No primeiro capítulo, trato dos preceitos teórico-metodológicos da ADC (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), baseada no Realismo Crítico de Bhaskar (1986). Em seguida, trabalho questões referentes a gêneros discursivos, discursos e estilos para estudar as maneiras como esses principais momentos de ordens do discurso moldam aspectos da estrutura genérica e intertextualidade. Discuto também conceitos de hegemonia e ideologia, essenciais para esse estudo, para, então, abordar os modos de operação da ideologia e suas estratégias simbólicas, além das representações de atores e eventos sociais. Por fim, falo sobre aspectos referentes a relações de gênero social. Comentarei a importância de uma ADC com enfoque feminista para o estudo discursivo crítico das relações de gênero social, de modo a investigar práticas que

evidenciem a assimetria entre masculino e feminino.

No segundo capítulo, apresentarei as três ondas do feminismo, com o intuito de demonstrar a trajetória percorrida pela luta feminista para contextualizar a situação atual, em que o feminismo se encontra ao mesmo tempo evidenciado e disperso na sociedade (MCROBBIE, 2009), comentando a situação brasileira e as manifestações sociais do feminismo na Internet. Em seguida, trabalharei as questões da masculinidade hegemônica, violências contra a mulher e culpabilização da vítima, focos centrais da presente pesquisa.

No terceiro capítulo, reflito a respeito da minha trajetória de pesquisa. Discuto as perspectivas ontológicas, epistemológicas e teórico-metodológicas que adotei para desenhar esta pesquisa, apontando as escolhas e ideias que se modificaram ao longo dos estudos e investigações linguístico-discursivas para, ao fim, estabelecer meus objetivos e perguntas de pesquisa.

Para o quarto capítulo, apresento a conjuntura social em que se situa a pesquisa, apresentando questões referentes ao fazer jornalístico e às manifestações sociais em rede, abordando a formação e ponderações sobre o *webjornalismo*, vertente jornalística que transpõe o conteúdo jornalístico ao meio eletrônico, bem como a sociedade em rede virtual, que produz e reproduz seus próprios conteúdos em suas práticas sociais, demonstrando uma autonomia que desafia a prática jornalística (CASTELLS, 2003; 2013). Em seguida, faço a análise de discurso dos textos selecionados, aplicando os instrumentos de análise apresentados no primeiro capítulo.

Ao final, nas considerações finais, reúno os aspectos linguísticos-discursivos encontrados na análise, além dos conceitos apresentados ao longo da dissertação, para desenhar possíveis conclusões a respeito dos aspectos estudados e de que maneira, potencialmente, eles produzem e reproduzem estruturas e práticas sociais referentes a relações de gênero na sociedade, com enfoque em como diferentes experiências se traduzem em diferentes práticas sociais dentro de uma mesma conjuntura da vida social, especificamente em relação à violência sexual contra a mulher e a potencial culpabilização da vítima. A partir dessa reflexão, faço ponderações a respeito de como a mudança social nas relações de gênero social poderia ser alcançada em uma sociedade ainda embasada em conceitos patriarcais (CASTELLS, 1999).

CAPÍTULO 1

1 A LIGA DA JUSTIÇA: TEORIAS SOBRE DISCURSO NAS LUTAS SOCIAIS

“A supremacia masculina está fundida na linguagem, de modo que cada sentença ao mesmo tempo a anuncia e afirma”

(Andrea Dworkin)

Neste capítulo, farei uma breve apresentação dos estudos linguísticos formalista e funcionalista e seus conceitos de discurso, com especial atenção às suas limitações no que se refere à investigação linguística (SCHIFFRIN, 1994). Na seção seguinte, apresentarei a Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), base em que se sustentam os estudos em Análise de Discurso Crítica (ADC), uma abordagem teórico-metodológica para pesquisas transdisciplinares focadas nas práticas sociais e diretamente ligada à luta contra as opressões sociais. Na terceira seção, será feita a ponte entre a ADC e suas bases ontológicas, fazendo menção aos estudos de Bakhtin (1997, 2006) e sua teoria semiótica, surgida em forma de crítica ao estruturalismo saussuriano e precursora da visão dialógica da linguagem. Abordarei também as contribuições de Foucault para a ADC, com a natureza constitutiva do discurso, bem como sua concepção de discurso relacionado ao poder. Em seguida, apresentarei os preceitos da ADC dentro da sua relação com o Realismo Crítico (BHASKAR, 1986). A quarta seção tratará mais profundamente das questões relativas aos gêneros discursivos, discursos e estilos (FAIRCLOUGH, 2003), centrais para análises discursivas críticas. Na quinta seção, serão abordadas as contribuições de Thompson (1995) e Gramsci (1988) sobre ideologia e hegemonia, especificamente, dentro do problema de pesquisa, levando à apresentação dos modos de operação de ideologia (THOMPSON, 1995) e as representações sociais (FAIRCLOUGH, 2003; VAN LEEUWEN, 2008) de atores e eventos, a partir das categorias selecionadas para a pesquisa. Por fim, encerrarei o capítulo falando sobre a vertente feminista da ADC (LAZAR, 2005; 2007), concentrando-me especificamente na análise discursiva crítica de relações sociais de gênero.

1.1 Os estudos da linguagem como interação social

A concepção da linguagem como parte da interação social iniciou-se com o surgimento do funcionalismo, que passou a estudar a língua, em caráter sincrônico, a partir de sua função na sua comunidade de fala, dentro de seus contextos de uso. Essa abordagem surgiu em oposição à perspectiva estruturalista iniciada por Saussure (2006 [1916]), que investigava a língua sincronicamente, mas em nível estritamente oracional, e a qual, por sua vez, opunha-se à linguística histórica, responsável pelas análises linguísticas a partir de um ponto de vista diacrônico.

Schiffrin (1994), em busca de uma definição otimizada do papel do discurso na interação social, apresenta as noções básicas que diferenciam o estruturalismo do funcionalismo; para o primeiro, a língua é um sistema autônomo, geneticamente herdado, e se concentra no nível da sentença, cuja estrutura contempla todas as informações necessárias para o estudo linguístico. Na segunda visão, a língua é adquirida a partir das necessidades comunicativas humanas, que são construídas em sociedade; a língua não se encerra em si, estando sujeita a influências externas do convívio social, que são responsáveis pela constante mudança linguística. O estudo da linguagem, portanto, se dá sob o escopo de sua função social.

Para o formalismo, o discurso é uma unidade que figura acima da sentença. É um conceito vago, e a autora aponta para esse detalhe; se o formalismo foca a sentença como a unidade que encerra a linguagem em si, o colocar do discurso acima dessa estrutura é potencialmente confuso. Outro possível problema se encontra na aparente impossibilidade de identificar padrões estruturais no discurso, uma vez que o âmbito discursivo não segue, via de regra, sistemas hierárquicos como os demais níveis de análise.

No funcionalismo, o discurso é a própria língua em uso, sendo o primeiro plano da análise linguística – Schiffrin define como “um sistema (uma forma de expressão social e culturalmente organizada) pelo qual funções específicas se realizam¹” (SCHIFFRIN, 1994, p. 32). A vertente funcional se vale de uma abordagem mais humanística, tendendo a fugir do estruturalismo puro. Por ser essencialmente social, o foco está no contexto, naquilo que envolve o uso da linguagem. O problema com essa abordagem, conforme Schiffrin comenta, é justamente nessa “socialização” do discurso, relegando a análise discursiva a tendências sociológicas e não linguísticas.

Schiffrin, então, sugere que haja uma terceira visão sobre o que é o discurso,

¹ As citações em língua estrangeira foram traduzidas pela autora.

tentativamente reunindo o formalismo à vertente funcionalista. Essa proposta parte do princípio que, apesar de o funcionalismo ser mais abrangente no que se refere ao discurso, é necessário um conhecimento de estrutura para que o estudo seja feito de forma mais linguística do que social.

Essa perspectiva serve a propósitos que fazem uma ponte entre o estruturalismo e o funcionalismo: permite à análise discursiva atender às sentenças e aos significados contidos na estrutura – os chamados objetivos sequenciais –, além de se atentar ao contexto, levando sempre em conta o aspecto social discursivo – objetivos semânticos e pragmáticos.

A partir desse escopo, é possível enxergar a participação e relevância da ADC na investigação linguística, uma vez que se trata de:

[...] uma abordagem de análise linguística que possa contribuir para preencher essa lacuna – uma abordagem que será útil particularmente para investigar a mudança na linguagem e que será útil em estudos de mudança social e cultural. Para atingir isso, é necessário reunir métodos para analisar a linguagem desenvolvidos na linguística e nos estudos de linguagem como pensamento social e político relevante, para desenvolver uma teoria social da linguagem adequada. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 19)

Na próxima seção, tratarei da Teoria Social do Discurso formulada por Fairclough (2001), bem como a origem da ADC como teoria e metodologia linguística e social.

1.2 Teoria Social do Discurso

As primeiras ideias, de maior alcance no Brasil, da Análise de Discurso Crítica de vertente britânica foram apresentadas em 1992 por Norman Fairclough, no livro *Discourse and Social Change* (2001, na versão traduzida para o português), no qual apresentou sua Teoria Social do Discurso.

Nessa teoria, Fairclough estabelece uma relação entre linguagem e sociedade, convidando ao pensamento crítico sobre os discursos veiculados no convívio social. O autor considera o uso da linguagem como prática social, tornando o discurso um modo de ação sobre o mundo e sobre outros indivíduos, além de um modo de representação social. Ainda mais relevante é a concepção dialética entre estrutura e discurso. A partir dessa perspectiva, o discurso é constrangido pela estrutura, embora possua ação social suficiente para moldá-la, também:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

A partir dessa concepção, Fairclough estabelece uma visão tridimensional do discurso, estabelecendo o texto dentro da prática discursiva, e ambos situados na prática social. Essa percepção da análise discursiva seria modificada em Chouliaraki e Fairclough (1999), a partir da noção de que o discurso não poderia ser o centro da ADC enquanto investigação de práticas sociais, uma vez que essas são também compostas por elementos não essencialmente discursivos.

Para a modificação do modelo tridimensional do discurso, Chouliaraki e Fairclough (1999) partem do conceito de Harvey (1996) de que o discurso é apenas um dos momentos das práticas sociais que internaliza os outros momentos, embora não seja redutível a eles (RAMALHO e RESENDE, 2006). Para além do momento discursivo, há o momento do poder, sedimentado pelo discurso, que o estabelece, porém alimentado em outros momentos. Um desses momentos é o das crenças e valores, que descreve e entende o mundo em termos ontológicos e epistemológicos. A partir dessas crenças e valores, são construídas instituições, que são o momento das manifestações coletivas dessas perspectivas, reificando algumas e negando outras e, assim, constituindo estruturas sociais mais ou menos estáveis. A manutenção dessas instituições ocorre no momento das relações sociais, momento esse que estipula os critérios das estruturas sociais como hierarquias e divisões de trabalho, sob o escopo das crenças e valores institucionalizados, dentro dos modos como as pessoas se relacionam em seus espaços sociais. Por fim, há o momento das práticas materiais, que incorporam os desejos individuais e coletivos em dado aspecto da vida social para promover a manutenção ou mudança das instituições sociais.

É importante frisar que os momentos dos processos sociais descritos por Harvey (1996) se relacionam entre si de maneira dialética, funcionando organicamente dentro das estruturas sociais. A partir destes conceitos, Chouliaraki e Fairclough definem o que seria a concepção mais atual de práticas sociais: “maneiras habituais restritas a tempos e espaços particulares, nos quais os indivíduos aplicam recursos (materiais ou simbólicos) com o intuito de agir em conjunto no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Chouliaraki e Fairclough (1999) localizam a ADC na modernidade tardia descrita por Giddens (1991), na qual as noções de espaço e tempo estão se modificando, articulando novos

tipos de relações sociais que ignoram posições geográficas ou limitações temporais. Essa mudança também colabora para o chamado desencaixe, a remoção de eventos, práticas, textos de seus contextos originais. Outro aspecto da modernidade tardia é o da reflexividade. Ao tratar da relação entre modernidade e tradição, Giddens (1991) trabalha com o conceito de reflexividade como “uma característica definidora de toda ação humana” (p. 47). A reflexividade pode ser definida como uma ponderação da prática social executada, agindo como produtora de conhecimento sobre a prática e, desse modo, tornando-se parte dela, criando uma relação intrínseca entre teoria e prática. Essa monitoração das ações executadas pelas pessoas é responsável pelas mudanças sociais que alteram tradições ao longo de gerações, uma vez que “todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas” (GIDDENS, 1991, p. 49). Assim, parte dos atores a iniciativa de modificar as égides estruturais sob as quais vivem, conforme descobrem novas informações que potencialmente alteram suas visões sobre elas.

Ainda que Giddens reconheça que a reflexividade ocorre tanto na parcela da sociedade que possui conhecimento mais abrangente e teórico sobre determinadas práticas quanto no montante leigo que domina apenas conceitos básicos, a geração de novos conhecimentos não é homogênea a todos os integrantes de uma cultura, uma vez que a divulgação de conhecimento está relacionada à retenção do poder.

Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam para uma correlação entre reflexividade e luta social, pois entendem que todo conhecimento gerado reflexivamente em relação a uma prática é um conhecimento posicionado, seja dentro ou fora da prática em questão e, sendo assim, possui objetivos específicos. Outra observação feita pelos autores é a de que a reflexividade implica uma dimensão inerentemente discursiva de todas as práticas, mesmo aquelas que não tenham o discurso como elemento central.

Na reformulação do modelo tridimensional do discurso, Chouliaraki e Fairclough (1999) estabeleceram um novo arcabouço teórico-metodológico para a prática de Análise de Discurso Crítica, que será detalhado no capítulo 3, seção 3.1.2. Na próxima seção, será feita a relação entre ADC e Realismo Crítico, além da apresentação de conceitos-chave que determinam a ADC como teoria e metodologia de pesquisa, com prioridade para aqueles que serão úteis para essa pesquisa.

1.3 Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico

A ADC dialoga com diversas perspectivas ontológicas e epistemológicas, uma vez que

se trata de uma teoria e metodologia de pesquisa de caráter transdisciplinar. Uma delas é Bakhtin (2006 [1929]), que firmou o que seria o alicerce inicial para os estudos discursivos ao defender que uma língua não poderia ser estudada a partir de e com fim em si mesma, ignorando os aspectos internos e particulares daqueles que se expressam linguisticamente – seus pensamentos, ideologias, tudo aquilo que é peculiar ao indivíduo. Essa argumentação surgiu como embate direto contra a concepção de estudo linguístico determinada pela vertente saussuriana (aquilo que Bakhtin chama *objetivismo abstrato*), que se concentrava na estrutura da língua fora de seu contexto de fala. Para o autor, estudar uma língua sincronicamente não constitui produtividade se não houver relação com a subjetividade de seus usuários, uma vez que é neles e apenas neles que o sistema linguístico vigente, de fato, existe.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. [...] para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. (BAKHTIN, 2006 [1929], p. 93-94)

A partir desse ponto de vista, Bakhtin estabelece que o foco do estudo da linguagem – da enunciação – deve estar nos diferentes significados que ela adquire dentro da interação verbal; foco esse que é o da ADC, enquanto investigadora dos diferentes significados das práticas discursivas.

Outros dois conceitos importantes para a ADC trazidos por Bakhtin (1997 [1979]) são os de dialogismo e gêneros discursivos. O autor reconhece que determinados tipos de enunciados possuem características que os determinam, classificando-os, assim, em gêneros:

Cada esfera conhece seus Gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 284)

A noção de dialogismo é a precursora daquilo que seria chamado intertextualidade: as diferentes vozes que precedem e seguem os discursos num eixo paradigmático, retroalimentando aquilo que já foi dito e fomentando novos enunciados que ainda estão por vir.

Outra colaboração significativa para a ADC é a de Foucault que, em seu compêndio ontológico, abordou diversos conceitos os quais foram relativamente reaproveitados na teoria social crítica (FAIRCLOUGH, 2001). O principal deles é o do caráter constitutivo do discurso: a visão do discurso como produtor, transformador e reproduzidor dos elementos da vida social. Ainda que esse termo seja imprescindível para a ADC, Fairclough alerta para suas limitações, que seriam vencidas na teoria social crítica:

Embora eu aceite que tanto os sujeitos quanto os objetos sejam moldados pelas práticas discursivas, eu desejaria insistir que essas práticas são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87)

Foucault também destaca a interdiscursividade das práticas sociais – a relação de uma prática social com as outras. Em sua perspectiva genealógica, o autor discute a relação entre discurso e poder – como o poder se estabelece discursivamente (FOUCAULT, 1994 [1975]; FOUCAULT, 1996 [1970]). Essa relação leva ao protagonismo do discurso na luta social (embora haja outros elementos envolvidos), o que, conseqüentemente, leva à ideia de mudança social a partir da mudança das práticas discursivas.

Enquanto ciência social crítica, a ADC está embasada no conceito de Realismo Crítico proposto por Bhaskar (1986). O autor refuta a ideia de que a vida é um ciclo fechado e previsível de causa e consequência, considerando, assim, a vida social como um sistema aberto, composto por mecanismos das mais variadas naturezas. Esses mecanismos, por sua vez, estão inseridos em diferentes dimensões da vida (física, biológica, econômica, social, psicológica, semiótica etc.) e se combinam entre si de modo que a operação de um mecanismo é mediada pela operação de outros, embora todos possuam características distintas, de forma que nenhum possa ser reduzido a outro. Os mecanismos podem se combinar de distintas maneiras, a depender do contexto em que são aplicados.

Por seu caráter combinatório imprevisível, os mecanismos podem figurar em três domínios da realidade: potencial, realizado e empírico (de acordo com os termos traduzidos em RESENDE, 2009), de acordo com a perspectiva sob a qual são considerados:

O mundo consiste de mecanismos, não eventos. Tais mecanismos se combinam para gerar um fluxo de fenômenos que constituem o que é realizado no mundo. Eles podem ser considerados reais, embora seja raro que eles, de fato, manifestem-se e ainda mais raro que eles sejam identificados

empiricamente pelos homens. Eles são objetos intransitivos de teoria científica. Eles são significativamente independente dos homens - como pensadores, agentes causais e perceptores. Eles não são impassíveis de serem conhecidos, embora o conhecimento sobre eles dependa de uma singular mescla de habilidades intelectuais, prático-técnicas e perceptuais. Eles não são construtos artificiais, mas também não são formas platônicas, uma vez que podem se manifestar aos homens por meio da experiência. (BHASKAR, 1998, p. 34-35)

No domínio potencial, encontram-se todos os objetos existentes, bem como todas as diversas possibilidades de resultados disponíveis para aplicação na vida social, independentemente do conhecimento humano sobre eles e daquilo que, de fato, ocorre na realidade. Por seu caráter mais abstrato, o campo potencial abarca todas as estruturas sociais pertencentes à vida social.

A concretização de determinados conjuntos de mecanismos dentre a gama de possibilidades disponíveis constitui os eventos, que pertencem ao domínio do realizado. Em uma exemplificação visual, é possível entender que, enquanto no campo potencial há uma série de alavancas (mecanismos) que podem ou não ser acionadas para a ocorrência de determinados eventos, o domínio realizado é aquele em que determinadas alavancas foram ou não acionadas dentre todos os cenários possíveis.

Ao passo em que os domínios potencial e realizado constituem a parcela ontológica da realidade, cabe ao domínio empírico abordar o que cabe à epistemologia – o conhecimento humano sobre a realidade, as observações feitas de maneira particular a partir daquilo que se sabe sobre o que existe. Bhaskar (1998) observa que não é impossível que se tenha conhecimento sobre o mundo; no entanto, esse conhecimento será sempre limitado às experiências humanas, uma vez que os mecanismos estão sempre mudando na produção de fenômenos no mundo social.

Sendo assim, as três dimensões do Realismo Crítico e seus campos de atuação podem ser resumidos no *Quadro 1* abaixo:

Quadro 1 - Estratificação da realidade

	Domínio do Potencial	Domínio do Realizado	Domínio do Empírico
Mecanismos	√		
Eventos	√	√	
Experiências	√	√	√

Fonte: (RESENDE, 2009, p. 22)

Essa estratificação interessa particularmente à ADC, uma vez que comporta os conceitos de estrutura e eventos. As estruturas sociais são entidades mais abstratas, enquanto os eventos são a realização concreta das estruturas.

Para realizar a ponte entre estruturas e eventos, as práticas sociais são compostas de mecanismos que atuam na vida social e configuram eventos, e estão atreladas umas às outras, possuindo um caráter mais volátil que o das estruturas. Essas práticas são responsáveis por selecionar ou excluir as possibilidades estruturais discursivas e não-discursivas que figurarão os eventos, bem como a efemeridade ou permanência dessas possibilidades ao longo do tempo. No entanto, nem sempre os eventos atendem completamente às expectativas das práticas, uma vez que há a força externa da agência social – a ação do indivíduo, embora esse também seja relativamente constrangido pela estrutura.

Os três âmbitos sociais compreendidos na ADC são formados por momentos discursivos e não essencialmente discursivos: nos eventos, que materializam individualmente o comportamento das práticas que, por sua vez, encontram-se em posição de reiterar ou negar as estruturas vigentes. Os momentos discursivos consistem em textos (entendidos não apenas como textos escritos, mas como todos os aspectos semióticos/linguísticos da vida social), responsáveis por, complementados pelos momentos não essencialmente discursivos, produzir e reproduzir ideologias que concordem ou desafiem as estruturas sociais às quais estão ligados.

Esses momentos discursivos possuem três características principais: são maneiras de agir discursivamente sobre o mundo, são formas de representações do mundo e das práticas sociais e, por fim, constituem a individualidade do agente social. Para melhor elucidação, na próxima seção serão discutidos os conceitos de gêneros, discursos e estilos.

1.4 Gêneros discursivos, Discursos e Estilos

Para tratar das três maneiras nas quais o discurso atua nas práticas sociais, Fairclough

(2003) explica que o elemento comum das estruturas, práticas e eventos é, naturalmente, a linguagem, embora ela execute diferentes papéis. Nas estruturas, a linguagem tem um caráter mais abstrato: ela estabelece possibilidades e potenciais na combinação de elementos linguísticos, que serão realizados nos textos decorrentes dos eventos sociais, de natureza mais concreta. Há, novamente, a intermediação das práticas sociais, e a sua relação com a linguagem ocorre nas ordens de discurso – a organização das possibilidades linguísticas e sociais das estruturas no controle do que será aplicado nos textos. Essas possibilidades são selecionadas pelos elementos discursivos, a saber: gêneros, discursos e estilos.

Os três elementos acima mencionados determinam a atuação do discurso de três maneiras distintas: nos gêneros, há diferentes formas de (inter)ação discursiva, uma vez que a fala e a escrita são formas de agir e interagir com o mundo; os discursos são, também, representações do mundo – diferentes pontos de vista acerca de objetos, práticas sociais ou mesmo auto-representações da prática em que se situam. Por fim, em um nível mais individual, encontram-se os estilos, que são as produções particulares do discurso de acordo com a identidade pessoal daquele que o produz.

Relacionados aos gêneros, discursos e estilos estão, respectivamente, os seguintes tipos de sentido: ação, representação e identificação. Eles correspondem a metafunções da linguagem trazidas pela Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994). São elas: Ideacional (Representação), Interpessoal (Ação e Identificação) e Textual (Ação). A ação pode ser encontrada em duas metafunções porque, apesar de estar atrelada ao contexto e às relações pessoais, a ação possui um caráter mais textual que os demais tipos de sentido. Fairclough (2003) afirma que esse foco analítico nas ações, representações e identificações estabelece uma visão mais social ao texto, tornando possível uma ponte de análise entre o evento social em si e as diferentes práticas e estruturas que o permeiam.

Apesar de serem elementos aparentemente independentes, os gêneros, discursos e estilos estão dialeticamente relacionados. Para explicar essa relação, Fairclough (2003) aplica os conceitos de Foucault (1994) de aspectos de sentidos: as relações de controle sobre as coisas (Representações), de ações sobre os outros (Ações) e sobre si mesmo (Identificações). O controle sobre as coisas é mediado pelas relações interpessoais que, por sua vez, envolvem relações individuais (e vice-versa). Diferentemente de Foucault, no entanto, Fairclough entende que os três aspectos internalizam um os outros. Para expandir o entendimento sobre as identificações, o autor recorre aos “hábitos” pessoais de Bourdieu (1992); as perspectivas e ações das pessoas inseridas no evento, baseadas nas suas próprias experiências e socializações,

que as leva a falar e escrever de maneiras específicas.

No que concerne a relação entre textos e agentes sociais, Fairclough (2003) afirma que, ainda que os agentes possuam certa liberdade na tessitura de seus textos, eles são socialmente restritos. Desse modo, os poderes causais da agência social entram em embate direto com as forças exercidas pelas práticas e estruturas sociais. Ainda assim, é ao agente social que se delega a tarefa de estabelecer as relações de sentido em um texto.

É importante, também, destacar a complexidade da relação entre textos e eventos sociais, uma vez que textos são constantemente mediados pelas mídias de massa, que interferem na relação tempo-espaço, conectando diferentes eventos sociais. Essas mediações não ocorrem simplesmente de um texto ou evento para outro; há uma série deles envolvidos, no que o autor denomina redes textuais. As ordens de discurso executam um importante papel nessas relações pois, quando associadas às redes de práticas sociais, determinam relações de diferentes redes textuais. Outro tipo de rede ao qual Fairclough faz referência são as redes de gêneros discursivos, ou textuais, que envolvem gêneros ligados regularmente e que sofrem transformações sistemáticas de um gênero para outro. Essas redes atrelam diferentes eventos sociais em diversas práticas sociais, diminuindo a interferência do tempo e espaço, sobretudo com o advento da Internet. As mediações executadas por essas redes são capazes de estabelecer transformações nas relações de poder.

Por essa pesquisa consistir principalmente em análises de gêneros textuais do meio jornalístico, é importante evocar o conceito de estrutura genérica dentro dos gêneros textuais situados, abordado por Fairclough (2003). Gêneros textuais situados estão atrelados a redes de práticas particulares, possuindo uma certa estabilidade que os posicionam dentro dessas práticas (RESENDE e RAMALHO, 2011). A redação de notícias, por exemplo, segue uma estrutura relativamente padronizada, uma vez que possuem um propósito definido: informar os leitores; desse modo, são ligadas à (rede de) prática social jornalística.

No entanto, Fairclough (2003) observa que, enquanto determinados gêneros textuais de fato possuem um *modus operandi* mais característico, eles também podem articular outros gêneros desencaixados, alternando, assim, entre estruturas previsíveis e não previsíveis, de acordo com os objetivos estratégicos pretendidos. A elaboração de textos envolve diversas atividades e relações sociais e, conseqüentemente, de poder, gerando uma pluralidade de vozes que, em maior ou menor escala, intervêm na produção textual. A análise se concentrará, portanto, nessa convergência de diferentes vozes dentro da estrutura moderadamente fixa das notícias, buscando interferências discursivas que potencialmente revelem intencionalidades

implícitas no discurso.

Essas interferências trazem à tona o sentido de intertextualidade, também abordado por Fairclough (2003, p. 17): “como textos recorrem, incorporam, recontextualizam e dialogam com outros textos”. Em todo discurso, há uma gama de outros discursos que o suportam, além de outros que são por ele combatidos. Em ambos os casos, os textos anteriores são fonte para a construção do texto atual, o que confere não apenas um sentido de dialogicidade, como também reafirma a luta pelo poder, usando o discurso para construir ou desconstruir as ideologias que pautam a estrutura social.

As articulações de diferentes vozes dentro de um texto servem a um propósito específico, que é o da defesa do posicionamento discursivo do agente social em questão. Esse posicionamento confere à prática discursiva um caráter ideológico, uma vez que se trata da manutenção ou mudança de determinada estrutura social. Na próxima seção, portanto, trabalharei os conceitos de ideologia e hegemonia e suas influências no discurso.

1.5 Ideologia e Hegemonia

Os conceitos de ideologia e hegemonia estão intrinsecamente ligados à forma como a sociedade entende as próprias práticas sociais e sua constante rearticulação a partir da própria reflexão sobre essas práticas. À reflexividade discursiva que envolve relações assimétricas de poder e sentidos a serviço da dominação, os autores dão o nome de ideologia. Thompson (1995) explica, sob uma perspectiva crítica, que a ideologia sustenta as relações de dominação, reduzindo os conflitos sociais e concentrando-se em desviar a busca de mudança social. A ideologia se encontra na aplicação das formas simbólicas na construção de significados que corroborem com a perspectiva particular e atendam à manutenção da superioridade de um grupo social dominante. Por formas simbólicas o autor entende “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79).

Desse modo, Thompson reconhece o caráter discursivo da ideologia, uma vez que esses significados são identificados, construídos e reconstruídos a partir da comunicação entre sujeitos nas práticas sociais, conforme também entendem Chouliaraki e Fairclough (1999):

Ideologias são construções discursivas, de modo que a questão da ideologia é parte da questão de como o discurso se relaciona a outros momentos das práticas sociais. [...] Podemos dizer que o discurso de uma prática coloniza o de outra, ou que esse apropria aquele, a depender de como as relações de poder são expressas como relações entre práticas e discursos. Desse modo,

ideologias são construções relacionadas à dominação de uma prática a qual é determinada por relações especificamente discursivas entre essa prática e outras. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 26-27)

Essas práticas sociais opressoras de um grupo em relação a outro criam uma relação assimétrica de poder, o que implica uma noção de hegemonia. Gramsci (1988) entende a hegemonia como um consentimento instável por parte do grupo dominado, e não uma submissão estabelecida à força, uma vez que essa inspiraria uma reação. Esse consentimento ocorre por meio da naturalização de determinada estrutura social, que é tratada como um fato inerente àquela sociedade e que jamais será modificado.

No que se refere à instabilidade hegemônica, Fairclough (2001) observa:

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122)

Essa manutenção do poder pode ser analisada discursivamente a partir dos modos de operação da ideologia, bem como as estratégias de construção simbólica sugeridas por Thompson (1995), conforme sintetiza o *Quadro 2*, a seguir:

Quadro 2 - Modos de operação da ideologia

<i>Modos Gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
<i>Legitimação</i>	Racionalização Universalização Narrativização
<i>Dissimulação</i>	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
<i>Unificação</i>	Padronização Simbolização da unidade
<i>Fragmentação</i>	Diferenciação Expurgo do outro
<i>Reificação</i>	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Thompson (1995, p. 81)

Thompson afirma que esses modos e estratégias não são definitivos, sendo passíveis de mudanças, ampliações e reinterpretações. Por esse motivo, o autor demonstra nesse quadro apenas alguns dos modos pelos quais uma ideologia pode manter relações de dominação, além de algumas possíveis estratégias para a construção de formas simbólicas. As estratégias são potencialmente responsáveis pelo sucesso dos modos de operação de ideologia. A cientificidade desses modos e estratégias é garantida por seu aspecto linguístico-discursivo, uma vez que esses elementos são realizados por meio de traços textuais que serão o objeto de análise dessa pesquisa.

Na legitimação, o intuito é justificar relações de poder. A estratégia de racionalização recorre a uma linha de raciocínio que atue numa tentativa de justificar as ações executadas. A universalização ocorre quando os interesses de determinado grupo social são divulgados como desejo de uma maioria, assim, justificando as reivindicações. Na narrativização, essas reivindicações são inseridas num processo histórico, para que não sejam questionadas.

O modo de operação da dissimulação mascara ou nega as relações de poder. Uma possível estratégia é a de deslocamento, que transfere a negatividade (ou positividade) de uma pessoa ou objeto para outra. Outra possibilidade estratégica é a da eufemização, que apara as

pontas de negatividade daquilo que se pretende valorizar positivamente. Há também o tropo, o uso figurado da linguagem, como sinédoques, metáforas e metonímias, com as quais é possível dissimular relações de dominação.

O terceiro modo de operação é o da unificação, a construção a nível simbólico de uma identidade coletiva que force o indivíduo a perder sua condição singular e faz com que sofram um processo de massificação ideológica, transmitindo a ideia de que todos pensam da mesma maneira. Pode ocorrer como padronização, que estabelece uma característica a ser compartilhada por todos os indivíduos, ou como uma simbolização da unidade, na qual a individualidade é completamente apagada em favor de uma identificação do grupo como um todo.

O *modus operandi* da fragmentação vem como uma relativa oposição ao da unificação. Nele, indivíduos ou determinados grupos são marginalizados socialmente, por representarem uma ameaça ao grupo dominante. Há a possibilidade da diferenciação, na qual se enfatizam distinções e divisões entre grupos e indivíduos, no intuito de desuni-los e impedir a congregação social. De maneira mais violenta, há o expurgo do outro, no qual se constrói uma imagem extremamente negativa de um indivíduo ou grupo social, pintando-o como inimigo e, assim desmoralizando sua posição na sociedade.

Por fim, há a reificação, que estabelece relações de dominação a partir da caracterização de determinadas situações que, a princípio, são transitórias, como permanentes e imutáveis. A estratégia de naturalização transforma o que seria uma construção social em uma consequência natural e inevitável. Na eternalização, fenômenos sócio-históricos como costumes, tradições e instituições são retratados como recorrentes e perpétuos. A nominalização e a passivização, por sua vez, retiram o caráter humano dos eventos sociais, apagando, assim, a agência social.

Na próxima seção, apresentarei alguns conceitos referentes às representações de atores e eventos sociais, os quais, dentro de uma análise discursiva crítica, podem trabalhar em conjunto com os modos de operação da ideologia aqui apresentados.

1.6 Representações Sociais

Uma categoria linguístico-discursiva que realiza processos potenciais de legitimação do discurso é o da representação de atores sociais, conforme van Leeuwen (2008). A exclusão (total ou parcial) de um ator social e a inclusão de uma maneira específica de outro no texto cria sentidos que induzem o leitor a uma determinada conclusão em relação ao conteúdo lido. A forma como os participantes de um evento são descritos e caracterizados é, portanto,

imprescindível para a construção de sentido pretendida pelo autor. Há diversas formas de representar atores sociais em um texto; no entanto, o autor frisa que as categorias não são excludentes entre si, e que há várias formas de combinação de diferentes estratégias de representação. No *Quadro 3* abaixo, estão presentes algumas categorias potencialmente produtivas para as análises que serão desenvolvidas neste trabalho:

Quadro 3 - Rede do Ator Social

Exclusão	<i>Backgrounding</i>				
Inclusão	Ativação				
	Passivação	Sujeição			
		Beneficiação			
	Personalização	Determinação	Categorização	Funcionalização	
				Identificação	Identificação física
				Avaliação	
				Formalização	
	Impersonalização	Especificação	Assimilação	Coletivização	
		Agregação			
		Objetivação			

Adaptado de van Leeuwen (2008, p. 52)

A exclusão e inclusão são as formas mais básicas de representação da ação social. Na exclusão por *backgrounding*, é possível remover um ator social ao retirar apenas a presença explícita do ator, colocando-o em segundo plano, de forma que suas ações sejam rastreáveis, embora isso ocorra, em grande parte, por meio de inferências realizadas pelo leitor.

A inclusão, por outro lado, traz diversas possibilidades de representação dos atores sociais em um texto. Na relação entre ativação e passivação, os participantes podem ser representados como forças modificadoras do evento em que se encontram (ativação), ou como submissos às ações ocorridas nos eventos (passivação). Na passivação há, ainda, duas formas de representação: a sujeição, na qual o ator é tratado como objeto da ação, e a beneficiação, que representa o ator como beneficiado ou prejudicado por uma ação.

Outra forma de inclusão é a personalização. Nessa categoria, os participantes são

representados como seres humanos, por meio de pronomes ou substantivos que os identifique como tais, que pode ocorrer de maneira determinada ou indeterminada. Na determinação, os atores são apontados e colocados em evidência no texto; essa distinção pode ser realizada pela categorização, que aloca o participante em um grupo que o represente socialmente no texto. Uma forma de categorizar o ator social é a funcionalização, que coloca em evidência a função social exercida por aquele participante em específico. Na via oposta da personalização, temos a impersonalização, que remove o caráter humano dos atores sociais, identificando-os de maneiras abstratas ou objetivadas. O discurso jornalístico, por exemplo, recorre aos mais variados tipos de personalização e impersonalização para identificar (ou não) as vozes presentes nos textos. Richardson (2007) explica que é uma necessidade jornalística escolher nomes que representem as pessoas envolvidas na notícia; no entanto, a escolha de um nome ao invés de outros determina a visão empregada pela notícia àquela pessoa.

Fairclough (2003) traz a categoria de representação de eventos sociais como um todo, incluindo não só os atores sociais, mas também a forma como processos, o tempo e o espaço são abordados nos discursos. Para o autor, a representação de eventos sociais é uma recontextualização, uma vez que incorpora os elementos de um evento em outro. Desse modo, para esta pesquisa, trabalharei inicialmente com três categorias da representação de eventos sociais: as relações de inclusão/exclusão e concretude/abstração, além da adição de informações na contextualização dos eventos discursivos.

Assim como na representação dos atores sociais, elementos de eventos sociais também podem ser excluídos ou incluídos de maneiras específicas; diferentes textos podem representar eventos sob enfoques completamente distintos, modificando todo o potencial de sentido que pode ser inferido a partir dos discursos e outros elementos não fundamentalmente discursivos realizados – alguns elementos são mais proeminentes que outros, potencialmente determinando o direcionamento dado pelo texto.

Há, também, uma classificação no que diz respeito à concretude/abstração das representações – eventos específicos configuram representações mais concretas, enquanto representações de práticas e conjunturas possuem um caráter mais abstrato.

O último aspecto da representação de eventos sociais é a existência (ou não) de informações adicionais, como explicações, legitimações e/ou avaliações a respeito dos eventos e seus componentes. Essa categoria é essencial para esta pesquisa, uma vez que ela trabalha com a inserção de dados que criam novas possibilidades de sentidos. Nesse aspecto representacional, essa pesquisa tratará das estratégias de legitimação dos eventos sociais,

particularmente nas estratégias de avaliação moral e racionalização (VAN LEEUWEN, 2008): na primeira, a legitimação se dá por meio da atribuição de valores morais. A segunda estratégia se assemelha àquela apresentada por Thompson (1995) anteriormente: são elementos nos eventos discursivos que constroem um raciocínio lógico que confira uma validade cognitiva ao evento em questão.

Os conceitos teóricos acima apresentados não esgotam as possibilidades e ângulos sob os quais a Análise de Discurso Crítica torna possível a união da linguística com a vida social. No entanto, para os fins pretendidos nessa pesquisa, acredito que os conceitos selecionados sejam produtivos no sentido em que forneçam uma análise concisa e, principalmente, crítica dos discursos a serem investigados.

1.7 Linguagem, gênero social e ADC feminista

Conforme explicitado nas seções anteriores, o estudo da vida social a partir do discurso é capaz de gerar *insights* valiosos para o estudo de uma sociedade e a forma como seus membros se relacionam. Tendo isto posto, faz-se necessário frisar a relevância das questões de gênero social no convívio social, uma vez que, se as relações sociais são mediadas por interações discursivas, as características identitárias de seus usuários exercem um papel decisivo nessas interações.

Mills e Mullany (2011) observam que estudos partidos do vínculo entre linguagem e gênero social existem desde o início do século XX; no entanto, esses estudos iniciais tinham como objetivo estereotipar o falar de homens e mulheres, de uma maneira que minasse e ridicularizasse a expressão linguística feminina. Foi apenas nos anos 1970 que os estudos linguísticos de gênero social “começaram a explorar a relação entre linguagem e gênero de maneira sistemática e, principalmente, de uma perspectiva explicitamente feminista” (MILLS e MULLANY, 2011, p. 1).

O estudo que marcou o início dessa nova visão linguística foi o de Robin Lakoff (1973), que observou não apenas uma diferença entre linguagem de mulheres e de homens, como também que o campo lexical reservado às mulheres não tinha valor nas esferas sociais de poder. Também muito relevante para os estudos linguísticos de gênero social estão as observações feitas por Spender (1980), que giraram em torno do controle conversacional realizado pelos homens em conversas com mulheres. Ambas autoras concluíram que essas características linguísticas são reflexos da hierarquia de relações sociais entre homens e mulheres, nas quais os homens assumem o papel superior e relegam as mulheres às margens sociais de menor

relevância. Conclusões semelhantes foram tiradas por autores como West e Zimmerman (2010 [1983]) e Tannen (2010 [1990]).

Eventualmente, conforme observa Lazar (2005), os movimentos feministas dentro da academia iniciaram um processo de cerceamento de áreas de estudos linguísticos. Assim, surgiram áreas como Estilística Feminista, Pragmática Feminista e Análise Conversacional Feminista (MILLS, 1995; CHRISTIE, 2000; KITZINGER, 2000 *apud* LAZAR, 2005). No cerne dessa mudança encontrava-se um desafio à dita objetividade acadêmica que se afastava de uma perspectiva crítica que denunciasses as práticas patriarcais latentes nas relações sociais.

Essa visão crítica chamou atenção para o potencial de encaixe entre as agendas dos movimentos feministas e da ADC. Lazar (2005) explica que as vertentes da ADC já naturalmente trabalhavam em prol da luta por mudança social e ruptura das hegemonias sociais por meio da investigação e denúncia linguísticas e, desse modo, serviam ao propósito de pesquisas de cunho feminista. No entanto, conforme observa a autora, há uma série de motivações para que se adicione a palavra “Feminista” à sigla.

A primeira delas, mais direta, é a que argumenta que estudos em ADC focalizada em questões de gênero social em geral já contam também com a perspectiva crítica feminista no que se refere às relações de gênero social, já que o objetivo desses estudos é a busca pela mudança dessas relações. A segunda motivação é relacionada à representatividade, e questiona a inserção de estudos feministas nas linhas tradicionais da ADC, uma vez que essas vertentes citam trabalhos feministas, mas são formuladas e lideradas por homens brancos e heterossexuais (e cisgêneros, ainda que não tenha sido citado pela autora). Dessa maneira, é extremamente relevante que se adote uma tendência da ADC especificamente feminista, para que sejam estabelecidas políticas de articulação próprias dessa linha, reunindo diferentes representações dentro de uma perspectiva feminista, e não *modi operandi* generalizados e aplicáveis a outros contextos. Por fim, há também a motivação de que haja uma unificação de estudos em ADC voltados para questões de gênero social – estudos em ADC feminista -, para que não apenas o movimento como a vertente linguística ganhem forças dentro do cenário acadêmico global.

Deste modo, a ADC Feminista tem como objetivo e legado a representação do feminismo pelo feminismo e para o feminismo, assumindo assim um cunho ainda mais político do que o originalmente sugerido pela ADC tradicional. A luta social continua sendo, congruente com a sua linha materna, a denúncia às forças hegemônicas e a visibilização de discursos contra-hegemônicos; no entanto, há uma preocupação exclusiva com as questões de gênero social que,

conforme postula Eckert (1989), diferenciam-se de outras desigualdades sociais, pois força a parcela oprimida da sociedade a não apenas a conviver e a se subordinar ao grupo hegemônico, como também a se relacionar intimamente com ele, o que faz com que sejam questões que tocam diferentes intersecções da vida social e privada de todas as pessoas, principalmente as oprimidas pelo sistema patriarcal:

O foco dos estudos discursivos críticos feministas, portanto, é demonstrar as complexas, sutis, e às vezes não tão sutis, maneiras nas quais suposições de gênero frequentemente desconsideradas e relações de poder hegemônico são produzidas, sustentadas, negociadas e desafiadas em diferentes contextos e comunidades. Tal interesse não é uma mera desconstrução acadêmica de textos e diálogos que se encerra em si própria, e sim advém de um reconhecimento de que as questões trabalhadas (com o intuito de efetivar a mudança social) possuem consequências materiais e fenomenológicas para grupos de mulheres e homens em comunidades específicas. (LAZAR, 2007, p. 142)

Por tratar justamente de algumas questões de gênero social e se propor a exercer um trabalho que exacerba os limites do meramente linguístico-acadêmico, o estudo presente nessa dissertação assume uma postura feminista crítica, propondo-se a se encaixar nos estudos referentes à ADC Feminista acima destacada.

CAPÍTULO 2

“O que eu acho maravilhoso, e algo que pode e deve ser celebrado sobre as mulheres, é que nós sejamos seres multifacetados e poderosos – difíceis de definir”

(Dianna Agron)

2 MULHERES-MARAVILHA CONTRA O MUNDO: FEMINISMO, VIOLÊNCIA E LUTA

Por esta pesquisa tratar de questões referentes a relações de opressão de gênero social, considero necessário abrir espaço para uma discussão sobre feminismo(s) e os obstáculos por ele(s) enfrentados em uma sociedade de tradição patriarcal, de maneira a, além de contextualizar as problemáticas de gênero social referentes a minha pesquisa. Desse modo, na primeira seção deste capítulo, farei um breve histórico das três ondas feministas, ocorridas desde o século XIX até os dias atuais, além de dar especial atenção à situação do feminismo no Brasil. Em seguida, tratarei dos movimentos sociais em rede, responsável pela nova formatação das manifestações sociais no mundo atual, a partir de Castells (2013). Na seção dois, trarei o conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL, 1987), traçando um paralelo com a situação de opressão da mulher. Por fim, na seção quatro falarei especificamente sobre a cultura de estupro (CONNELL e WILSON, 1974) e sua legitimação a partir de práticas de culpabilização da vítima (RYAN, 1971), que responsabiliza a vítima e remove a agência do agressor.

2.1 Da unidade às multifaces: as ondas do feminismo

Para compreender onde o feminismo se encontra na sociedade moderna, é necessário que tracemos uma linha temporal que traga os caminhos que os movimentos anteriores fizeram para que possamos ter uma noção de todas as diversidades que atravessam as diferentes definições do que é ser feminista. Nas próximas subseções, portanto, apresentarei um breve histórico das três principais ondas que marcaram a história do feminismo no mundo e, ao final, farei uma específica menção à realidade das lutas feministas no Brasil, de forma a contextualizar os movimentos que situam o estudo realizado nessa pesquisa.

2.1.1 Primeira onda: queremos igualdade!

A primeira onda do feminismo marca o início de uma série de grandes mudanças coletivas no que se refere aos direitos das mulheres no contexto político, econômico e social. O período histórico se situa entre o século XIX e o início do século XX (ainda que houvessem movimentos de mulheres predecessores, sobretudo no Reino Unido (LEIGH-SMITH, 1854), a história feminista favorece os movimentos iniciados nos EUA como mais impactantes), marcadamente na Convenção de Seneca Falls, em 1848, na qual Elizabeth Cady Stanton realizou seu primeiro manifesto, a “Declaração de Sentimentos” (CAMPBELL, 1989). A primeira onda esmaeceu-se consideravelmente após as conquistas do voto para as mulheres em seus respectivos países, e também por conta das consecutivas guerras civis e mundiais por eles enfrentadas.

A exigência basilar da primeira onda era garantir às mulheres a igualdade de direitos civis em relação aos homens, uma vez que lhes era vetado o direito ao sufrágio. A reclamação seguia o fluxo de movimentos igualitários como o dos abolicionistas e, posteriormente, o dos direitos civis para negros, contemporâneos à primeira onda. A luta partia do primeiro obstáculo que era o comportamento esperado das mulheres da época – os espaços de pertencimento da voz feminina se limitavam ao lar e, ainda assim, sob a vigilância dos homens da família. Que uma mulher tivesse voz em um espaço público e reclamasse por direitos era uma subversão aos valores de uma verdadeira mulher (CAMPBELL, 1989).

Por isso mesmo o movimento das *suffragettes* (termo cunhado para se referir às participantes do movimento) teve tamanha relevância: havia ali uma mudança de práticas coletivas que não poderia ser ignorada iniciada por uma classe inferior em termos de gênero social, mas econômica e socialmente confortável – eram majoritariamente mulheres brancas e

educadas de classe média organizando passeatas e piquetes à frente da Casa Branca (KROLØKKE e SØRENSEN, 2006, p. 3).

A demografia dominante do movimento denunciava uma pauta que, embora clamasse por igualdade, ignorava os anseios de minorias igualmente feministas. Kroløkke e Sørensen (2006) defendem essa divisão como uma necessidade primária, dado o contexto delicado em que se encontrava, principalmente, a situação racial nos EUA. Seria mais vantajoso para o movimento que as lideranças refletissem a etnia e posição social “superiores” dos homens que ocupavam postos de poder. Desse modo, em termos de representatividade, a primeira onda feminista serviu a propósitos mais universais e que pouco ecoavam nas necessidades de outras dissidências de mulheres, ponto esse que voltaria a ser debatido na segunda onda feminista.

2.1.2 Segunda onda: queremos liberdade!

A segunda onda feminista teve seu auge durante as décadas de 1960 e 1970, em um contexto global que tentava se reencaixar meio à recuperação das duas grandes guerras e toda a tensão da Guerra Fria, que cumpria o papel de realocar e reconfigurar os papéis sociais da população ressurgente. Conhecido como o movimento pela liberação da mulher, a segunda onda é comumente retratada pelo movimento contra o desfile de Miss América de 1969, que resultou nas icônicas imagens de mulheres queimando sutiãs e atirando sapatos de salto alto nas ruas de Atlantic City, nos EUA. O protesto questionava a opressão destinada a mulheres, reservadas a espaços onde sua beleza era mais importante que sua humanidade e suas ideias por uma “cultura de beleza patriarcal, comercializada e opressiva” (KROLØKKE e SØRENSEN, 2006, p. 8).

Esse episódio, no entanto, representa apenas uma parcela do que foi a segunda onda. As décadas de 1960 e 1970 também contaram com movimentos de lésbicas e gays (iconicamente representados na Rebelião de Stonewall, também em 1969) e pelos direitos civis negros, além do movimento *Black Power*, buscando o empoderamento dos negros na sociedade estadunidense e, reflexivamente, no cenário mundial. Desse modo, o movimento feminista também trouxe consigo a marca dos grupos oprimidos (que não eram representados nos protestos contra os concursos de beleza, uma vez que estes eram compostos por mulheres brancas de classe média), que começaram a ganhar visibilidade no que dizia respeito aos seus interesses.

A nova pluralidade de perspectivas da segunda onda era, em partes, eco da famosa obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1970, originalmente publicada em 1949), que ganhou o mundo a partir do impactante conceito de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”

(BEAUVOIR, 1970, p. 9). Beauvoir partiu da ideia de que o ser mulher não apenas é um construto social com uma carga história secular, como também uma forma de opressão que torna a posição da mulher como socialmente inferior baseada em mitos cristalizados nas diferentes sociedades. A contribuição de Beauvoir para os movimentos da segunda onda foram os questionamentos em relação ao que é ser mulher e a o que a mulher representa para a sociedade, elementos que reuniram os grupos oprimidos em um movimento de empoderamento dos diferentes conceitos do que é ser mulher, ao mesmo tempo em que combatiam os moldes impostos pela sociedade.

No entanto, enquanto o primeiro momento da segunda onda trouxe a sororidade, a união entre mulheres em vínculos estreitos de apoio e proteção mútua, como fator de empoderamento coletivo das mulheres, as diferentes perspectivas eventualmente trouxeram uma nova dispersão em vários movimentos. Enquanto feministas liberais e marxistas debatiam o papel da mulher nas instituições da sociedade, feministas radicais e espirituais/ecológicas recusavam essas mesmas instituições, cunhando-as como a essência do patriarcalismo opressor, e sugeriam um movimento separatista de gênero social (KROLØKKE e SØRENSEN, 2006). Para além disso, a necessidade de atenção específica a cada realidade das diferentes identidades de mulheres fomentou uma separação interna entre feministas, que ainda se queixavam de o movimento ser encabeçado publicamente por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Essa separação baseada em representatividade e diferentes interseccionalidades seriam o prelúdio da chamada terceira onda feminista.

A segunda onda também foi importante, tanto em termos sincrônicos para a pauta libertária como de legado às gerações futuras, para a luta pela liberdade sexual e reprodutiva da mulher. Em 17 de abril de 1971, feministas radicais de Nova Iorque organizaram uma convenção para discutir a questão do estupro contra a mulher, na qual foram compartilhadas ideias de políticas de prevenção, estratégias e auto-defesa e discussões a respeito de questões psicológicas em relação à vítima. Nessa convenção, cunhou-se o termo *cultura de estupro* (CONNELL e WILSON, 1974), que será novamente discutido na seção 2.3. Além da questão do estupro, muito também se discutiu no que se refere aos direitos reprodutivos da mulher. Além do lançamento da pílula anticoncepcional, no final dos anos 60, houve um forte movimento na França, liderado por nomes como Simone de Beauvoir, Françoise Sagan e Gisèle Halimi, que trouxe à tona não apenas a necessidade de que permitissem às mulheres que abortassem, como também que os abortos já ocorriam, independentemente da vontade pública, mas em condições precárias e perigosas à mulher (MACHADO, 2010). Ambas as discussões

foram o pontapé inicial para debates que percorreriam a terceira onda feminista e seguiriam em discussão até os dias atuais.

2.1.3 *Terceira onda: queremos pluralidade!*

A terceira onda veio embalada pelas múltiplas faces do feminismo sugeridas pelas ondas anteriores – em outras palavras, pelos múltiplos feminismos, agraciados pelas conquistas das décadas passadas, mas rejuvenescidos por novas maneiras de entender e construir o mundo social. As décadas de 1980 e, mais contundentemente, 1990, marcaram o início da terceira onda feminista que se estende relativamente até os dias de hoje, e a sua grande virada histórica foi, em grande parte, a desconstrução mais profunda das questões relativas a gênero social, liderada por Judith Butler. Em *Problemas de Gênero* (2015a [1990]), a autora argumenta que gênero social é uma prática discursiva e que, por esse motivo, pode se estabelecer de diversas maneiras, hegemônicas ou contra-hegemônicas, em uma constante construção e desconstrução baseada na performance do sujeito dentro de uma sociedade. Essa nova visão de gênero social respondeu bem não apenas aos movimentos *queer* e transexuais/transgêneros, mas também aos proliferantes feminismos que abraçaram a fluidez da nova concepção de Butler, que nega em definitivo a ideia de um feminismo universal:

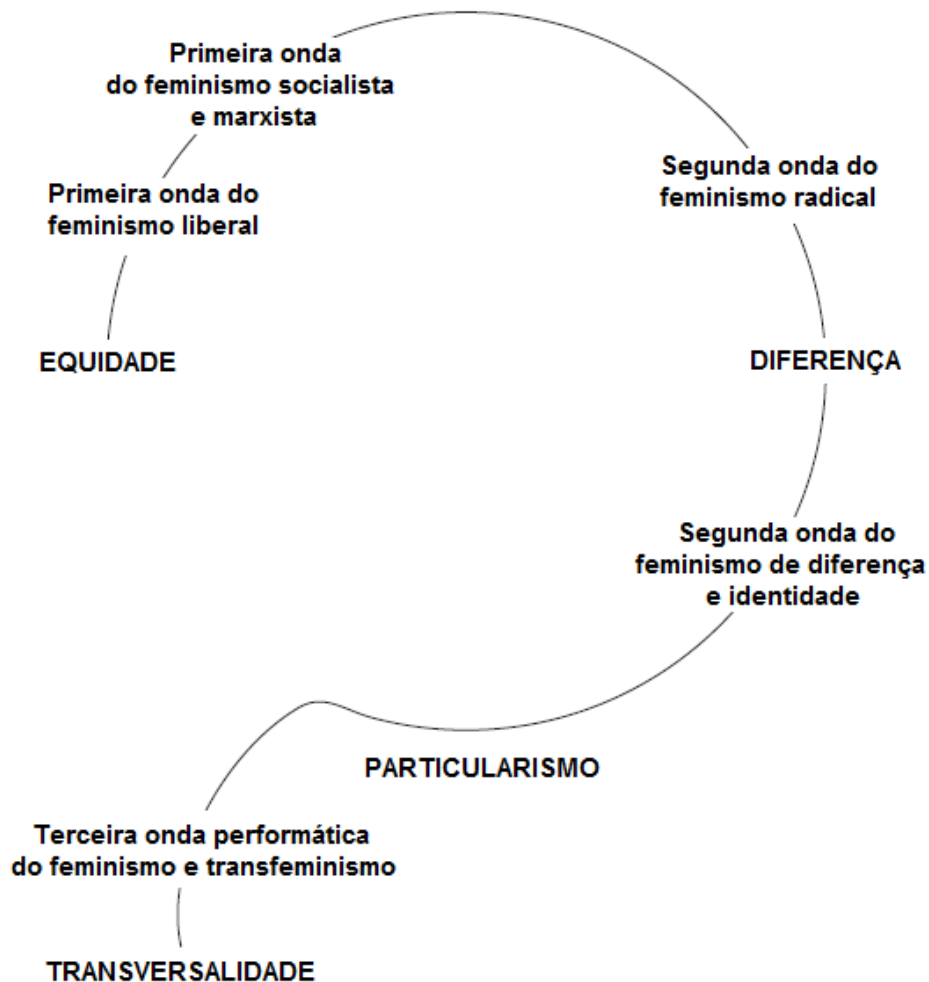
Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2015a [1990], p. 21)

Assim, com a ideia de intersecções e diferentes formas de identidade convivendo em um mesmo espaço, o feminismo ganhou nova força. Conforme Kroløkke e Sørensen (2006) pontuam, os diversos feminismos da terceira onda quebraram o sistema binário no qual os movimentos anteriores se encaixavam até então: o da equidade x diferença ou, nos termos de Beauvoir (1970) emprestados da filosofia hegeliana, do Sujeito-homem e do Outro-mulher. O reconhecimento da existência toda um espectro interminável de maneiras de se identificar tornou possível a adequação dos feminismos de acordo com suas necessidades e posicionamentos, como já acontecia, porém com a possibilidade de uma relação entre as diferentes realidades.

A essas novas perspectivas Yuval-Davis (1997) dá o nome de *políticas transversais*. A

autora parte do conceito de que mulheres podem lutar pelas questões que respondam diretamente aos seus problemas com a/dentro da sociedade, mas também se abrir à possibilidade de reconhecer agendas com as quais não se identifiquem ou se relacionem totalmente, criando uma rede de diálogo e de trocas entre as mais variadas interseções. Dessa maneira, há a contemplação das múltiplas identidades e suas reivindicações, encorajando o empoderamento coletivo (como esperado no início da segunda onda feminista) sem deixar de apreciar e preservar o indivíduo. Por esse motivo, à terceira onda é dado o nome de onda transversal, saindo à tangente do esperado movimento cíclico de volta à união da primeira onda, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1- Posições feministas: da equidade à transversidade



Traduzido de KROLØKKE e SØRENSEN, 2006, p. 22.

O crescimento dessa nova tentativa de coletivização também se explica no assentamento

definitivo da globalização, simbolicamente representada na queda do muro de Berlim e na “derrota” do socialismo soviético, permitindo ao capitalismo alcances praticamente plenos ao redor do planeta. A nova ordem mundial de constante e crescente integração social, mediada principalmente pelo advento da Internet, criou novas maneiras de se relacionar, as quais os feminismos transversais adotaram como veículo para sua expansão (KROLØKKE e SØRENSEN, 2006). Desse modo, adotando a jovialidade típica das relações nas redes de computadores, os feminismos desafiam novos espaços de pertencimento, utilizando-se da Internet para explorar discursos mais incisivos no questionamento dos papéis de gênero social e sexismo, empregando um novo ritmo e ambiente para as lutas feministas.

McRobbie (2009), por outro lado, segue a linha oposta da ideia de que o feminismo persista como uma força subversiva e capaz de realizar grandes mudanças sociais como ocorreram nas décadas anteriores. Para a autora, o feminismo “envelheceu”, e as novas gerações de jovens mulheres, acomodadas com as conquistas proporcionadas pelo feminismo no passado, retomaram os aspectos de “mulherzinhas” com ideais românticos e tradicionais, e a identificação com o feminismo não é mais um requerimento para que suas reivindicações sejam ouvidas. Paralelamente, McRobbie ainda acrescenta que a própria inserção das pautas feministas às agendas político-governamentais e midiáticas significa um enfraquecimento dos feminismos, que, em tese, se tornaram parte do senso comum. Os novos discursos midiáticos, que transformaram a ideia da mulher empoderada como aquela capaz de abraçar sua feminilidade em um mundo moderno igualitário e livre, mas que, na realidade, representam novas maneiras de regulação de gênero social: “mulheres estão sendo desempoderadas com os mesmos discursos de empoderamento que as oferecem como substitutos do feminismo” (MCROBBIE, 2009, p. 49).

Essa visão do feminismo como algo ultrapassado cria uma cisão social entre as próprias mulheres e leva a novos discursos de que feministas querem alcançar a superioridade em relação aos homens, e não a igualdade. McRobbie (2009) argumenta que a nova ideologia pós-feminista serve ao propósito de reinstaurar o poder patriarcal, adaptando o papel tradicional da mulher feminina ao contexto de um mercado de trabalho que também conta com sua força e de novas estruturas familiares centralizadas na figura da mulher. Na opinião de Butler (2015b), a ideia de que estejamos vivendo em um pós-feminismo não é válida, uma vez que ainda vivemos em sociedades nas quais a violência contra mulher é extremamente recorrente, como uma forma continuada de poder ditatorial.

É nessa moldura que se encontra a conjuntura a ser trabalhada nessa pesquisa. Em uma

sociedade na qual os direitos das mulheres são reconhecidos, o papel do feminismo briga por visibilidade justamente por ter sido visibilizado, estando ofuscado por instituições sedimentadas no patriarcado em todas as camadas das esferas sociais. Os movimentos sociais de cunho feminista realizados nas redes sociais (e suas ramificações nas vias públicas) sofrem com uma grande resistência que questiona a sua própria relevância e seriedade, ao mesmo tempo em que a opressão contra a mulher continua a existir (esse assunto será abordado com maior propriedade nos itens 2.3 e 2.4).

Com isso em mente, o estudo realizado nessa pesquisa se situa temporalmente na terceira onda e se pretende feminista transversal, contrário à ideia do pós-feminismo, uma vez que como pesquisadora e feminista reconheço a importância de me posicionar em relação à minha própria pesquisa (falarei mais sobre este aspecto no capítulo 3). No próximo subitem, tratarei das conquistas das mulheres no Brasil nas lutas feministas, de forma a contextualizar melhor a conjuntura da mulher brasileira e suas demandas, foco desta pesquisa.

2.1.4 Ondas de verde e amarelo: a luta e a política para mulheres no Brasil

Os movimentos feministas no Brasil ocorreram com certa simultaneidade em relação ao contexto global das três ondas, embora, a princípio, de maneira mais tímida no que se refere a produção intelectual resultante das novas ideologias. O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado em 1932, sendo constitucionalizado em 1934; a luta pelo sufrágio das brasileiras, no entanto, ocorria desde 1910, com a criação do Partido Republicano Feminino, e ainda antes disso, durante o século XIX, já ocorria a participação de mulheres nas lutas sindicais por melhores condições de trabalho, alimentadas pelos ideais anarquistas e socialistas (COSTA, 2005).

Após a conquista do direito ao voto, porém, os movimentos se dissociaram significativamente, tendência que se agravou com a instauração da ditadura militar no Brasil (ALVES e PITANGUY, 1985). Os reflexos da segunda onda feminista chegariam ao Brasil nos anos 1970 para realimentar os desejos de mudança. Diferentemente dos EUA e da Europa, no entanto, tanto os movimentos feministas brasileiros quanto o de outros países da América Latina sofreram com uma repressão diferenciada: além da ditadura militar, que silenciava as manifestações públicas para reivindicação de direitos, os movimentos feministas também se viram obrigados a se desvincular da oposição de esquerda, que consideravam os apelos feministas “modismos” liberais importados dos países capitalistas (COSTA, 2005).

Sem poderes para significativas mudanças sociais, o feminismo no Brasil se fechou para

reflexão. Ainda que a iniciativa da ONU em promover o Ano Internacional da Mulher em 1975 tenha incentivado a criação de grupos de estudos, jornais feministas e o Centro da Mulher Brasileira (ALVES e PITANGUY, 1985), além de inspirar novas pautas pelos direitos reprodutivos e combate à violência contra a mulher, o regime ditatorial não permitia que essas mudanças ganhassem o campo político. Foi apenas na década de 1980, com a volta dos partidos políticos, que o eleitorado feminino ganhou atenção política. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que foi recebido com certo receio por parte dos movimentos feministas, já marcados pela sua autonomia em relação a posicionamentos político-partidários:

[...] o movimento feminista não podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto como um aliado fundamental na transformação da condição feminina. [...] Caberia, ao feminismo, [...] pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero. (COSTA, 2005, p. 17)

Independentemente das reações contrárias, o CNDM agiu em favor das pautas feministas, e na mesma época foram criadas as primeiras Delegacias da Mulher (DIAS, 2011), responsáveis por receber e assessorar casos de violência contra a mulher. Apesar de todo o aparato legal, no entanto, a Lei Maria da Penha, que viria a reconhecer os tipos de violência praticadas contra a mulher, só seria promulgada em 2006, mais de vinte anos depois, o que revela a significativa precariedade da luta política pelos direitos das mulheres.

Se a justiça ainda falhava em reconhecer as reivindicações das mulheres, o movimento do feminismo acadêmico ganhou força no Brasil. Movidas pela terceira onda e pela teoria *queer* de Butler (2015a [1990]), surgiram muitas revistas feministas – entre elas, a os Cadernos Pagu (Unicamp), a Revista Gênero (UFF) e a Revista Labrys (UnB) (CARNEIRO, 2015). Os estudos acadêmicos a respeito das relações de gênero social e da situação das mulheres brasileiras tomaram o seu espaço nas universidades, e grupos como Anis, CFEMEA e Instituto Patrícia Galvão se fortaleceram na luta pelos direitos das mulheres.

Apenas em 2003 a questão feminista voltaria ao cenário político, na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), responsável por agir em “(a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura,

Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade” (SPM, 2012). A Secretaria articula outros órgãos governamentais para a criação de políticas que contemplem as necessidades das mulheres brasileiras.

Apesar de todos esses avanços, o Brasil (não diferente do contexto mundial) ainda se revela um lugar difícil para ser mulher. Em uma pesquisa divulgada em 2011 pela Fundação Perseu Abramo a respeito da opinião de mulheres sobre a participação feminina nos espaços públicos e privados, 67% das entrevistadas consideraram que existe machismo no Brasil. Além disso, 19% das entrevistadas elencaram a subordinação aos homens como a pior coisa de ser mulher, e 14% falaram sobre a violência de gênero social no espaço privado. Outra observação importante é a de que 68% das entrevistadas não se consideram feministas, o que denota uma concordância com a percepção de perda de força do feminismo manifestada por McRobbie (2009), mesmo quando as entrevistadas reconhecem fatores como machismo, submissão feminina e violência de gênero social.

Os dados acima revelam que ainda há muito a ser feito na busca pela equidade de gêneros sociais, uma vez que ainda nos encontramos em uma sociedade marcada pela violência contra a mulher, entre outras opressões de gênero social. No entanto, é inegável que haja uma nova iniciativa dos movimentos feministas em assumir novos espaços e ganhar novos ambientes de representatividade e empoderamento. Esses espaços encontram-se no meio virtual, conforme abordarei a seguir.

2.1.5 A era dos movimentos sociais na Internet

Segundo Castells (2013), os movimentos sociais são responsáveis por fomentar as mudanças sociais ao longo da história da humanidade. Em geral, movimentos sociais nascem de uma desconfiança institucional aliada a uma necessidade de mudança da realidade social de determinado grupo que se identifica em uma unidade por conta de suas reivindicações semelhantes. Essa conjuntura leva as pessoas a tentarem buscar a mudança por meios distantes daqueles normatizados em sua sociedade. Há, no entanto, um obstáculo importante a ser vencido, que é o medo da repressão institucional à ação contra-hegemônica. Para Castells (2013), esse obstáculo é geralmente vencido por um evento, um estopim, que causa a grande comoção geratriz dos movimentos sociais. Em seguida, há o compartilhamento de sentimentos de entusiasmo, que inspira as pessoas a se organizarem e buscarem suas próprias maneiras de encontrar soluções.

Com a amplificação dos meios e comunicação e a reestruturação das interações sociais

no meio virtual, os movimentos sociais tomaram novas formas. Castells (2013) atribui essa mudança principalmente ao estabelecimento de redes horizontais de comunicação multidirecional propiciadas pela Internet, diferente das hierarquias encontradas nas interações físicas. Assim, os movimentos sociais podem se organizar de maneira relativamente igualitária, não necessitando de uma liderança declarada que tome as decisões em nome do grupo, como normalmente ocorre em movimentos *offline*. A organização ocorre de maneira identitária, em uma estrutura descentralizada que “maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral” (CASTELLS, 2013, p. 164). Além disso, há uma redução da vulnerabilidade do movimento em relação à repressão hegemônica, uma vez que as redes virtuais têm, ao mesmo tempo, a possibilidade de proteger seus atores sociais, e de se reconstituir continuamente, enquanto houver participantes envolvidos nos movimentos.

Ainda que a plataforma virtual forneça todos os recursos necessários para que os movimentos sociais se criem e se mantenham, ainda é necessário que eles existam no plano físico para que se legitimem. A transição constante entre espaço virtual e urbano, para Castells (2013), é o que confere autonomia aos movimentos sociais, uma vez que as redes sociais da Internet se tornam o espaço organizacional das atitudes a serem tomadas nos locais das manifestações. Além disso, a plataforma virtual é a conexão dos movimentos entre si, transportando os espaços de resistência locais para contextos globais. As trocas de experiências são essenciais não apenas para inspirar novos movimentos, como também para angariar novos aliados, demonstrando a característica identitária previamente mencionada, ainda que essa se desenvolva de maneira cosmopolita: “[p]refiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais” (CASTELLS, 2013, p. 165).

Outro fator essencial para a existência dos movimentos sociais em rede é, justamente, o fato de que são finitos. Para Castells (2013, p. 179), “o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com sua ação”. Assim, mais do que analisar os movimentos sociais em si próprios, é necessário observar o desenrolar para além de suas manifestações isoladas. Nos próximos itens, portanto, observarei a maneira como os movimentos sociais mediados pela Internet se integram a movimentos feministas no Brasil, apontando para algumas possíveis mudanças sociais geradas por suas articulações, com atenção especial ao movimento causado pelo protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”.

2.1.5.1 Causas feministas nas redes virtuais brasileiras

No Brasil, podemos observar um crescente no que diz respeito à propagação de ideologias de cunho feminista nas redes sociais, sobretudo o *Facebook*. A facilidade da criação de páginas, bem como a sua divulgação por meio de “curtidas” e compartilhamentos, permitiu que muitas publicações a respeito de questões como a violência sexual, o aborto e o feminicídio ganhassem a esfera social e fossem debatidas entre milhares de usuários pela Internet. Páginas como *Feminismo Sem Demagogia*², *Empodere Duas Mulheres*³, *Feminista Cansada*⁴ e *Blogueiras feministas*⁵ são algumas referências que, com milhares de seguidores, permitiu não apenas a discussão aberta de pautas relacionadas a gênero social como também reuniu diversos feminismos, promovendo assim debates a partir de posturas ideológicas diversas, além de divulgar notícias, críticas e ponderações sobre questões correntes nas esferas políticas, econômicas e sociais.

Fora do *Facebook*, os feminismos também possuem representações individuais e coletivas que ganharam apoio e reprodução pública. É o caso do *blog Think Olga*⁶, projeto de uma jornalista de São Paulo que visa refletir a respeito de questões referentes à defesa dos direitos das mulheres e empoderar as mulheres por meio da informação. Além do *blog*, a *Think Olga* lançou em 2013 o projeto “Chega de Fiu-Fiu”⁷, que é uma espécie de mapa colaborativo do assédio sexual, em que as pessoas possam registrar casos de assédio, abuso, estupro e outras violências contra a mulher, de modo a criar um mapa da violência contra a mulher. O sucesso do mapa na Internet ganhou os olhos do poder Executivo, e em novembro de 2014 a Defensoria Pública do Estado de São Paulo firmou uma parceria com o *blog* e lançou uma cartilha informativa⁸, com o objetivo de informar à população sobre como identificar as diferentes formas de violência sexual e como reportá-las às autoridades. Essa conquista demonstra a força das manifestações em redes sociais na mudança social, conforme apontado por Castells (2013).

Também no âmbito das manifestações, porém também alcançando a esfera urbana estão as marchas de mulheres. A *Marcha das Vadias*, *Marcha das Margaridas*, *Movimento das Camponesas*, entre outras movimentações sociais que utilizam as redes sociais *online* como espaço de organização para as manifestações urbanas. As marchas e movimentos lutam por

² <https://www.facebook.com/Feminismo-Sem-Demagogia-Original-564161453675848/?fref=ts>. Acesso em 09/10/2015.

³ <https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/?fref=ts>. Acesso em 09/10/2015.

⁴ <https://www.facebook.com/feministacansada/?fref=ts>. Acesso em 09/10/2015.

⁵ <https://www.facebook.com/blogueirasfeministas/?fref=ts>. Acesso em 09/10/2015.

⁶ <http://thinkolga.com/>. Acesso em 09/10/2015.

⁷ <http://chegadefiufiu.com.br>. Acesso em 09/10/2015.

⁸ <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/FolderAssedio.pdf>. Acesso em 09/10/2015.

reivindicações referentes aos contextos das mulheres que os representam, mas também defendem o fim da violência contra a mulher, da iniquidade salarial e do machismo, assuntos comuns à realidade de todas as mulheres brasileiras.

Outra ação relevante é a revista mensal virtual *AzMina*⁹, organizada por um time de jornalistas brasileiras e lançada em 2015, que tem como objetivo trazer conteúdos sobre mulheres para “mulheres reais”, rejeitando as representações criadas pelas revistas femininas em circulação na indústria da moda e beleza. A revista é uma colaboração coletiva, patrocinada pelas leitoras, e traz uma proposta de abordar assuntos normalmente ignorados por revistas feministas convencionais, como ativismo social, gênero social, relatos de vida de mulheres de classes econômicas mais baixas, homossexualidade, transexualidade, além das pautas comuns como comportamento, moda, beleza e maternidade, porém sob uma ótica feminista.

Uma terceira iniciativa interessante na conjuntura atual das ideologias feministas na Internet é a *vlogger* (blogueira que mantém um *blog* em forma de vídeo) Julia Tolezano, que utiliza o nome Jout Jout¹⁰ para tratar com humor e ironia dos mais variados assuntos, incluindo questões sobre violência contra a mulher, relacionamentos abusivos, saúde feminina, machismo, homofobia, comportamento etc. Nos vídeos, a *vlogger* incentiva as redes de apoio entre mulheres e o empoderamento feminino na manifestação individual, porém utilizando um discurso menos político e mais casual. A repercussão dos vídeos foi tamanha que, em julho de 2015, Jout Jout foi chamada para palestrar no Parque das Nações Women da comunidade internacional de produção de eventos *TEDx Talks*, patrocinado pela ONU Mulheres, e em outubro do mesmo ano, a *vlogger* foi convidada para o programa de Jô Soares no canal aberto *Globo*.

Paralelamente, no entanto, cresceram as resistências às ideologias feministas. Foram criadas páginas em contraposição ao feminismo e outras ideologias contra-hegemônicas, como o movimento LGBT. Páginas como *Moça, não sou obrigada a ser feminista*¹¹, *Garota Reaça*¹², *Orgulho de ser hetero*¹³ também ganharam foco social e contam com milhares de usuários apoiando seus ideais, sendo inclusive compartilhadas e apoiadas por nomes políticos conservadores.

Essas resistências, ainda que numerosas e influentes, já que propagam discursos hegemônicos com endosso político-social, não apagam a relevância das iniciativas pelo

⁹ <http://azmina.com.br/>. Acesso em 09/10/2015.

¹⁰ <https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>. Acesso em 09/10/2015.

¹¹ <https://www.facebook.com/forafeminismo2/?fref=ts>. Acesso em 09/10/2015.

¹² <https://www.facebook.com/agarotareaca/?fref=ts>. Acesso em 09/10/2015.

¹³ <https://www.facebook.com/OrgulhoHeteroBR>. Acesso em 09/10/2015.

empoderamento feminino; pelo contrário, reforçam a necessidade das ações e manifestações sociais pela defesa dos direitos da mulher, como é o caso do protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada, o qual será descrito no próximo item.

2.1.5.2 O protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada: causas e consequências

O protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada foi um movimento social ocorrido nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*, principalmente, como uma reação direta à publicação, em março de 2014, do resultado da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a respeito da percepção social dos brasileiros em relação à violência contra a mulher. A pesquisa, ainda que fortemente questionada a respeito dos seus critérios de aplicação e apuração, ofereceu respostas que inspiraram discussões nos mais variados meios de comunicação: jornais, revistas, redes sociais, e até mesmo a telenovela veiculada pela *Rede Globo* na época, *Em Família*¹⁴. Muitos dos resultados da pesquisa giravam em torno de questões sobre violência doméstica e a punibilidade dos homens agressores de suas respectivas companheiras.

Os resultados mais polêmicos, no entanto, falavam sobre a violência contra a mulher de maneira generalizada, sobretudo as respostas à afirmativa “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, que, por um erro da publicação, contaram com um representativo de 65,1% dos entrevistados em concordância total ou parcial com a frase. A porcentagem elevada chocou a população, e diversos movimentos sociais e até pessoas desvinculadas de alianças de cunho feminista se manifestaram a respeito do assunto, demonstrando vários níveis de rejeição à suposta opinião pública. A mais contundente manifestação, no entanto, ocorreu na forma de um evento (dispositivo para organização de qualquer tipo de encontro, virtual ou real, entre usuários do *Facebook*; originalmente, o aparato servia ao propósito de organizar eventos como festas e outros tipos de reuniões sociais, porém seu uso para fins de organização de movimentos sociais tem crescido exponencialmente) na rede social *Facebook*, de nome Eu Não Mereço Ser Estuprada.

O evento, organizado pela jornalista Nana Queiroz, chamava mulheres a se manifestarem contra o resultado da pesquisa, demonstrando sua insatisfação com a realidade social de opressão às mulheres. O protesto ocorria na forma da publicação de auto-retratos, ou *selfies*, de mulheres (bem como aliados) levantando placas com os dizeres “Eu não mereço ser

¹⁴ Fonte: <http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/extras/noticia/2014/03/estou-perplexo-diz-maneco-apos-resultado-de-pesquisa-sobre-abuso.html>. Acesso em 09/10/2015.

estuprada”]; era opcional, mas incentivado, que as mulheres fizessem os retratos seminuas para causar maior impacto na manifestação. Em poucas horas, o evento tomou escalas internacionais, recebendo apoio e atenção de mulheres em países como México e Estados Unidos. Portais eletrônicos de notícias como UOL¹⁵ e R7¹⁶ publicaram a respeito das manifestações, que também foram foco de uma matéria no programa *Fantástico*¹⁷, da *Rede Globo*, e inclusive ganhou respaldo da presidenta Dilma Rousseff¹⁸.

Paralelamente, no entanto, houveram diversos discursos contrários ao protesto, ponderando sobre ocasiões em que mulheres se comportam de maneira a propiciar o estupro¹⁹, ao ponto de o protesto se tornar um *meme* (uma forma de expressão típica das redes sociais virtuais que se vale de recursos audiovisuais para reproduzir uma situação jocosa em diversos contextos) em que pessoas aplicaram a expressão “Eu não mereço” em outros contextos em forma de piada²⁰. *Blogs* de mulheres que se consideram antifeministas acusaram o Ipea de manipular as pesquisas em favor de feministas²¹, considerando a pesquisa um “terrorismo psicológico” por supostamente provarem com uma pesquisa “falaciosa” que o estupro é um comportamento inerente a todos os homens. De maneira ainda mais agressiva, a idealizadora do protesto recebeu ameaças de estupro por sua iniciativa, de homens que afirmavam que a estuprariam se a encontrassem²². Por conta da massiva quantidade de ameaças recebidas no evento do protesto, a página do evento foi excluída, dando lugar a uma página gerenciável, ainda na rede social *Facebook*, para que as representantes do protesto pudessem lidar mais facilmente com possíveis atentados às participantes do evento (dentre as quais se incluíam vítimas de violência sexual)

Com a errata publicada pelo IPEA no dia 4 de abril de 2014²³, alegando que a

¹⁵Fonte: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/29/campanha-nao-mereco-ser-estuprada.htm>. Acesso em 09/10/2015.

¹⁶Fonte: <http://noticias.r7.com/distrito-federal/fotos/eu-nao-mereco-ser-estuprada-brasilienses-aderem-ao-movimento-e-publicam-fotos-de-protesto-no-facebook-01042014#!/foto/1>. Acesso em 09/10/2015.

¹⁷Fonte: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/organizadora-de-campanha-contr-estupro-recebe-ameacas-na-web.html>. Acesso em 09/10/2015.

¹⁸ Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/dilma-se-solidariza-com-jornalista-que-criou-campanha-contr-estupro.html>. Acesso em 09/10/2015.

¹⁹Como exemplo, ver:

<http://eunaomerecosestupradadenuncia.tumblr.com/post/82119376256/httpswwwfacebookcomewertondourado5>. Acesso em 09/10/2015.

²⁰Como exemplo, ver: <https://www.facebook.com/IrmaZuleideOficial/posts/502782699845407>. Acesso em 09/10/2015.

²¹Fonte: <https://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/2014/03/31/terrorismo-psicologico-do-estupro-feministas-usam-a-pesquisa-do-ipea-e-manipulam-dados-est/>. Acesso em 09/10/2015.

²² Fonte: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/03/29/organizadora-do-eu-nao-mereco-ser-estuprada-recebe-ameacas-de-estupro/>. Acesso em 09/10/2015.

²³ Fonte: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/ipea-divulga-bcorrecaob-para-pesquisa-sobre-estupro.html>. Acesso em 09/10/2015.

porcentagem de 65,1% se referia a uma outra questão (a de que mulheres que sofrem violência doméstica, porém não se separam de seus cônjuges, gostam de sofrer a violência), e que a proporção correta de respondentes concordantes em relação ao suposto merecimento do ataque à mulher era de 26%, o movimento perdeu sua força, uma vez que sofreu questionamentos ainda mais severos – tanto em relação à confiabilidade dos resultados quanto à relevância do movimento²⁴. Ainda assim, o protesto ganhou manifestações físicas em algumas cidades²⁵ e universidades brasileiras²⁶, fixando sua posição enquanto movimento em busca de mudança social. Nas redes sociais, há várias páginas remetentes ao protesto, inclusive a página “Ninguém Merece Ser Estuprada”, resultante direta do movimento liderado por Nana Queiroz. Na descrição do protesto, as manifestantes afirmam que o protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada” não é um movimento por si só, e sim uma reunião de diversos movimentos sociais feministas em busca do fim das violências contra a mulher (ver Anexo 9). No entanto, seguindo o entendimento de Castells (2013) de que movimentos sociais são instrumentos de mudança social originados de ações coletivas distantes dos meios institucionais com o objetivo de alcançar autonomia social, considero este protesto um movimento social em si mesmo.

2.2 Obstáculos à frente: masculinidade hegemônica nas violências contra a mulher

Como pudemos observar, apesar de todos os esforços dos feminismos acima destacados, a sociedade atual, tanto no Brasil quanto no mundo, ainda se encontra consideravelmente fundamentada no patriarcado, exercendo forte opressão contra todas as formas de feminino e tudo aquilo que fuja ao esperado da estrutura patriarcal tradicional. Castells (1999) entende que o patriarcado ainda se mantenha nas sociedades ocidentais modernas, apesar de todas as movimentações em torno da igualdade de direitos entre os gêneros sociais e em direção à defesa da mulher, porque ainda se encontra arraigado nas instituições de poder. Essa observação é importante no sentido em que estabelece uma reprodução de um sistema que originalmente ocorria no âmbito familiar, mas que, com o advento da modernidade e das novas concepções de estrutura familiar, ganhou outros espaços para que mantivesse sua sobrevivência e relevância. E isso se dá porque, também conforme delineado acima, o último século trouxe

²⁴ Como exemplo, ver: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/pais-de-estupradores-uma-ova-ipea-admite-que-eu-estava-certo-ai-que-chato-maioria-discorda-de-ataques-as-mulheres-so-falta-o-instituto-os-jornais-a-tv-e-os-ativistas-admitirem-o-prose/>. Acesso em 09/10/2015.

²⁵ Como exemplo, ver: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/04/no-ap-mulheres-vaio-para-praca-gritar-eu-nao-mereco-ser-estuprada.html>. Acesso em 09/10/2015.

²⁶ Como exemplo, ver: <http://noticias.r7.com/distrito-federal/alunos-da-unb-protestam-contra-os-65-dos-brasileiros-que-defendem-estupro-de-mulheres-03042014>. Acesso em 09/10/2015.

repetidos e incisivos questionamentos à estrutura patriarcal por intermédio dos diferentes movimentos feministas.

A inserção do patriarcado em uma sociedade mais ciente de sua existência e nocividade deve, portanto, ocorrer de maneira diluída e aparentemente inócua. Com essa perspectiva em mente, e resgatando o conceito gramsciano de hegemonia aqui apresentado no capítulo 1, que Connell (1987) trouxe a ideia de masculinidade hegemônica, que consiste no estabelecimento de um padrão de masculinidade a ser alcançado e apoiado pelos homens. Para a autora, “[a] faceta pública da masculinidade hegemônica não necessariamente é o que os homens poderosos são, mas sim o que sustenta seu poder e o que grande parte dos homens é motivada a apoiar” (CONNELL, 1987, p. 185). Desse modo, o estabelecimento das relações de poder se dá por meio da veiculação reforçada da imagem daquilo que deve ser visto como objetivo a ser alcançado por todos os homens – como financeiramente bem-sucedido, de determinada aparência física, possuidor de determinados bens e heterossexual.

Esses ideais, no entanto, não significam que a masculinidade hegemônica seja um único ponto fixo de referência a todos os homens e buscada por todos eles – ao contrário, essa perspectiva foge a universalismos. Connell e Messerschmidt (2005) observam que homens podem variar em suas abordagens de masculinidade de acordo com seus desejos e objetivos, e inclusive se distanciar da masculinidade hegemônica para determinados fins. A masculinidade seria, dessa forma, “não um tipo de homem, mas uma forma como homens se posicionam por meio de práticas discursivas” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2005, p. 841), o que concorda com a ideia de que a hegemonia não é uma dominância total que apague todas as outras alternativas, já que uma hegemonia só existe quando há uma subordinação consentida (CONNELL, 1987). Além disso, Connell e Messerschmidt (2005) também falam sobre a existência de várias masculinidades hegemônicas dentro de vários escopos (local, regional e global) que estão intrinsecamente conectadas, criando amplas redes de exaltação e opressão de masculinidades.

Independentemente da posição de uma masculinidade dentro de suas respectivas redes, no entanto, a subordinação do feminino é uma característica fixa, e ocorrendo de maneira mais pronunciada nas masculinidades hegemônicas. Segundo Apfelbaum (2009), essa dominação ocorre por meio de uma suposta naturalização no caráter relacional dos gêneros sociais, legitimando a superioridade do homem sobre a mulher ao estabelecer papéis sociais específicos a cada gênero social. A não concordância com essa estrutura social configura uma resistência de que deve ser diminuída. Para explicar essa subordinação natural, Connell (1987) descreve

uma outra rede de conexões análoga à masculinidade hegemônica, mas referente às mulheres – a chamada feminilidade enfatizada, que consiste nos padrões de feminilidade que sejam mais complacentes com os desejos e interesses dos homens.

Desse modo, os desvios a essa norma, considerados afronta à masculinidade hegemônica, são respondidos com represálias – rejeição ao aspecto transgressivo do comportamento desviante com o reafirmar de ideologias que remetam ao patriarcado, como a degradação por meio de piadas, que estabelecem espaços de pertencimento de maneira implícita e jocosa, ou a repetição de verdades universais como a de ser o dever da mulher servir ao homem, apelando à imagem naturalizada da subserviência inerente ao feminino. Lima e Souza (2015) destacam que tanto a ideologia da família patriarcal quanto a imagem da mulher submissa persistem mesmo após tantas mudanças sociais e legislativas no que tangem as relações de gênero social, e que isso é um sinal de que ainda há um discurso que se valha do patriarcado para determinar as relações sociais (sobretudo familiares) entre homens e mulheres e legitimam a dominação masculina, garantindo aos homens a prerrogativa do mando e controle dessas relações.

A forma mais radical dos recursos para a garantia do mando e controle masculino se refere às violências, “atos que, por meio de ameaça, coação ou força, infligem [às mulheres], na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade” (ALEMANY, 2009, p. 271). Para Bourdieu (1999), o comportamento violento do homem se dá para fins de manutenção de questões relativas à sua honra que, para o autor, configura um valor tão incutido e reproduzido socialmente que se torna um “hábito”. Dessa maneira, a violência é uma provação da masculinidade do homem para outros homens, uma reafirmação social para se tornar um “verdadeiro homem”.

Machado (2010) reconhece a violência de gênero social como uma das formas tradicionais de violência na história da humanidade e que persiste até a atualidade, sendo simultaneamente uma forma de afirmar e justificar a posição inferior do feminino, tornando mulheres “vítimas preferenciais e crônicas da força física ou da violação sexual” (MACHADO, 2010, p. 62). Conforme inferido acima, todavia, a hegemonia, para Gramsci (1988), se dá em uma relação de consentimento entre o grupo hegemônico e seus subordinados. Desse modo, as violências, sendo formas extremas de subordinação fortemente questionadas e repreendidas nas sociedades modernas, carecem de mais aportes ideológicos que legitimem a necessidade para que tais medidas fossem tomadas.

A violência física não configuraria hegemonia por si só, uma vez que uma agressão sem uma razão lógica que a suporte dá abertura para questionamentos e reações e, enquanto é inegável que a ordem social da masculinidade hegemônica e do patriarcado ainda sejam consideradas inerentes às sociedades atuais, além de a visão androcêntrica e a dominação masculina não necessitarem de justificativas para exercerem seu poder (BOURDIEU, 1999), os movimentos feministas trabalharam (conforme explicitado no início deste capítulo) com muito afinco em favor da desconstrução dos valores patriarcais naturalizados, transformando pesquisas em políticas públicas na busca pela equidade de gêneros sociais (CARNEIRO, 2015). Com isso, foram capazes de modificar a estrutura sólida e resistente onde antes se encontrava o patriarcado, criminalizando ações que antes eram consideradas naturais e intrínsecas à natureza das relações de gênero social. Com isso, tornou-se necessário que os praticantes de atos de violência contra a mulher, que ainda ocorrem de maneira generalizada tanto no Brasil quanto no mundo, encontrassem novos discursos capazes de justificar sua existência. No próximo tópico, portanto, analisarei as formas de legitimação da violência, concentrando-me especificamente naquela de cunho sexual, ponto central desta pesquisa.

2.3 Golpes na dignidade: o estupro e a culpabilização da vítima

Antes de abordar apropriadamente este tópico, gostaria de frisar que o objetivo da presente pesquisa não é o de explicar as motivações particulares que levam um homem à prática do estupro, ou mesmo de outros tipos de violência contra a mulher. O objetivo, na realidade, é o de entender o estupro como uma prática social fortemente presente nas sociedades atuais, incluindo a brasileira, e cujo combate, ainda que conte com o suporte judicial em forma de leis, ainda é bastante dificultado pelas crenças naturalizadas e institucionalizadas que minam a credibilidade das vítimas, buscando maneiras de justificar a violência ao invés de tratar o estupro como uma prática de opressão de gênero social.

Porter e Tomaselli (1992, p. 92) definem o estupro como a “expressão de uma ideologia social do domínio masculino”. Trata-se de uma prática extrema de opressão, que submete a mulher ao homem, numa relação díspar de poderes que reflete a hegemonia do masculino presente nas esferas sociais, públicas e privadas, mas elevada para além da violência opressora que reafirma a hierarquia social, chegando ao grau do interdito da liberdade sexual da mulher. Para Machado (2010), o estupro tem o significado simbólico da mácula do feminino, que transforma o ‘não’, o interdito da mulher em apoderamento sexual do feminino, removendo o caráter pessoal da mulher e objetificando-a:

O estupro é definido pelo senso comum, como um ato desumano, inumano, inconcebível e indizível. Imprime a marca da vergonha e da impureza na mulher vítima, torna impuro o local onde foi realizado, mas parece não tornar impuros os sujeitos do ato, a não ser que eles venham a ser denunciados, julgados e presos. (MACHADO, 2010, p. 76)

Para os agressores, a autora observa, o ato de cometer o estupro não causa interrupções em suas atividades cotidianas, a não ser que haja uma intervenção legal que o rebaixe socialmente. No entanto, no que se refere à sua posição social de agressor impune, não há nenhum tipo de desonra anexada à sua (auto)imagem.

No caso das mulheres, por outro lado, há o estigma da violação, da mácula, mesmo quando o conhecimento do estupro não vem a público. Segundo Figueiredo (2014, p. 143), há toda uma “aura de sigilo” em torno da questão do estupro em relação à vítima, e a autora deduz que isso se dá porque sofrer tal violência envolve “sentimentos como vergonha, culpa, medo e dor (medo do tratamento policial e jurídico, da exposição pública, da sanção social e da perda de status)”. Há um forte sentimento de desonra ligado à violação do corpo, o qual foi removido de seu estado de pureza (MACHADO, 2010).

Burt (1980) atribui essa estigmatização da mulher a uma percepção social permeada por estereótipos e mitos envolvendo o ato do estupro, bem como suas vítimas e agressores. A maioria dessas categorizações envolvem a vítima, e não o agressor. Afirmações como “apenas garotas que se comportam mal são estupradas”, ou “ela pediu por isso” não são estranhas à esfera de reações típicas a casos de estupro. Nesse estudo, o qual foi repetido por Edmonds e Cahoon (1986), Kopper (1996) e McCaul *et al.* (2006) com resultados semelhantes, a autora realiza entrevistas com universitários a respeito de suas percepções sobre situações de estupro, e identificou a aceitação de mitos de estupro para justificar a ocorrência dos crimes. O estudo de Edmonds e Cahoon (1986), em específico, demonstrou uma tendência a atribuir à vestimenta utilizada pela mulher no momento da violação sexual a causa para tal ato. Verificou-se, portanto, uma tendência a culpar a vítima pela agressão sofrida, ignorando a agência do estuprador e tornando-a uma mera consequência.

Connell e Wilson (1974), reunindo pautas e discussões realizadas na conferência sobre estupro ocorrida em abril de 1971 no livro *Rape: the first sourcebook for women*, estabeleceram aquilo que seria chamado de *cultura de estupro*, presentes no condicionamento da reflexão sobre a prática sexual do estupro como uma agressão realizada por homens com disfunções psicossociais, ao mesmo tempo em que atribui à vítima a responsabilidade de atrair tal tipo de atenção, seja por agir de maneira “sedutora” ou por cometer “erros” como se embriagar demasiadamente em uma ocasião social.

(...) mulheres são vitimizadas e abusadas não apenas pela violência urbana e sexualidade desviante, mas, de fato, pelo sistema sexual da cultura vigente em sua totalidade, uma cultura que as priva de autonomia sexual e as explora como objetos sexuais inferiores. Por *estupro* entendemos qualquer ato invasivo ou humilhante perpetrado contra uma mulher por meio de seu status sexual diminuído. Entende-se que o estupro é fundamentalmente uma agressão sexual ao invés de um ato, que sua motivação e dinâmica nasce mais da hostilidade do que da necessidade sexual, e que essa hostilidade é apenas a expressão final de uma série de indignidades e preconceitos continuamente acumulados sobre as mulheres nessa cultura. (MELANI e FODASKI, 1974, p. 82)

Para explicar o comportamento social de uma população branca que atribuía aos negros a culpa pelas desvantagens sociais a que se submetiam nos EUA durante a década de 1970, William Ryan (1971) cunhou o termo *culpabilização da vítima*, que viria a se perpetuar pelas décadas seguintes até os dias de hoje, assumindo novas formas em outros contextos. A explicação do autor é a de que a culpabilização da vítima ocorre no criar de uma ideologia que se pretende humanitária, mas falha em visualizar as verdadeiras causas dos problemas que identificam, uma vez que as assumir significaria sair da própria zona de conforto. Desse modo, problemas sociais são explicados em termos simplistas, como a pobreza dos guetos como falta de dinheiro inerente à realidade negra, ou o baixo rendimento escolar das crianças negras como falta de cultura típica de famílias negras.

Nós não podemos acreditar confortavelmente que *nós* sejamos a causa daquilo que consideramos problemático; portanto, nós somos praticamente forçados a acreditar que *eles* – os problemáticos – sejam a causa, e isso imediatamente sugere uma busca por desvios. A identificação do desvio como causa do problema é um passo simples que normalmente sequer requer evidência. (RYAN, 1971, p. 13)

A transposição para o contexto da culpabilização de vítimas de estupro ocorre de maneira semelhante. Trata-se de uma prática social e discursiva que reafirma o *status quo* da hegemonia por intermédio de discursos que construam um entendimento de que a vítima foi responsável por causar a violência contra si mesma ao agir ou se comportar de determinada maneira em relação ao seu agressor – por se portar de forma desviante à norma. Essa transferência de culpa confere legitimidade à violência perpetrada, removendo o destaque da atuação do agressor e redirecionando-a para a mulher, que termina sendo enquadrada como cúmplice da violência por ela mesma sofrida.

Para além disso, entende-se a violência contra a mulher como uma característica partilhada por uma parcela mínima da população masculina, ignorando assim o traço

generalizado de hegemonia do masculino em relação ao feminino que deve ser reafirmado constantemente. Coulouris (2004) observa que constantemente, ao longo das décadas, os processos judiciais atrelaram a prática do estupro a algum tipo de distúrbio mental, marginalizando os estupradores em relação à sociedade masculina e tornando o estupro um evento isolado. Independentemente de como o agressor seja considerado, no entanto, o comportamento da vítima sempre estará sob um julgamento mais severo:

O conceito de estupro atualmente presente no imaginário dos agentes jurídicos deve ser considerado como a principal referência para esta desconfiança da palavra da vítima. É considerado estupro o ato violento, praticado de preferência por um desconhecido agressivo e perverso contra uma mulher 'inocente'. O não-consentimento deve ser claro. Serão somente as marcas de violência extremas que podem comprovar sem sombra de dúvidas o não-consentimento da mulher. Se não há grave violência, não há estupro: ou a mulher é vítima e seu comportamento ou as marcas de agressão comprovam sua passividade, ou a mulher é cúmplice de sua própria denúncia. (COULOURIS, 2004, p. 6)

Ainda que o estupro tenha sido criminalizado e, legalmente, o agressor esteja sujeito a severas sanções, a prática dessa agressão sexual ainda segue sendo tolerada pela sociedade na forma de culpabilização da vítima. Figueiredo (2000, 2014) observa que ainda existe a circulação de discursos que corroboram com a percepção social preconcebida de que a vítima tenha algum nível de cumplicidade ou causalidade em relação ao ato por ela sofrido. Segundo a autora, assim como no estudo realizado por Coulouris (2004), há uma mistificação em torno das vítimas que as separa em categorias de inocência e culpa, o que pode tornar suas violências genuínas ou não. Um “episódio de estupro padrão é aquele no qual o estuprador é um estranho, a vítima está completamente impotente e livre de culpa, e o ato sexual é completo” (FIGUEIREDO, 2000, p. 88). Um estupro é mais facilmente identificado quando esses três requerimentos são preenchidos, mas o mais complexo deles é relacionado à vítima. Vítimas “genuínas” são reconhecidas, em geral, em: virgens, meninas muito jovens, mulheres de idade avançada, mulheres que tenham resistido fortemente ao ataque e esposas clementes.

Percebe-se, então, uma preocupação com a virtude da mulher de boa reputação (ou, no mínimo, com uma reputação que não pode ser questionada), o que Figueiredo (2000) argumenta ser um reflexo do patriarcado, que define a castidade da mulher como uma característica a ser exaltada. No caso da esposa clemente, há a ideia de que uma boa e submissa companheira sempre perdoa os erros de seu parceiro dentro da relação matrimonial. Quando as vítimas caem nesses critérios, os agressores são reconhecidos como estupradores, mas, no caso, como pessoas incapazes de conter seu apetite sexual. Coates e Wade (2004) observam o quão problemática é

essa visão, que confunde violência sexual com relação sexual, quando na realidade a relação envolve duas pessoas, e a violência é unilateral.

No sentido contrário, vítimas com um conhecido histórico de vida sexual ativa são mais questionadas e dificilmente encontram o respaldo e a simpatia judiciais relegadas às vítimas “inocentes”: “qualquer indicação de uma relação prévia com o acusado ou de um ‘notório’ passado de vida sexual é normalmente interpretada como uma cassação do status de ‘vítima’” (FIGUEIREDO, 2000, p. 106). A autora as separa nas categorias de: ex ou atual parceira, a sedutora (“a vadia”) e a mentirosa, revelando uma inclinação ao julgamento da vítima que “saiu da linha” do moralmente aceito (castidade e reputação imaculada) – nas palavras de Nussbaum (1999 *apud* BIROLI, 2013, p. 108): “uma mulher sexualmente ativa com outros terá relações sexuais com qualquer um”. Quando se trata de agressores conhecidos, a posição da mulher enquanto vítima é ainda mais questionável; Raphael (2013), em uma série de entrevistas com vítimas de estupro, denunciou uma elevada tendência, por parte de participantes do convívio social da vítima, a invalidar a existência do estupro quando vítima e agressor se conheciam previamente. Essa invalidação faz com que os agressores saiam impunes; paralelamente, as vítimas são culpadas pelo ocorrido e por tentarem manchar a reputação dos homens por suas próprias escolhas, o que as torna desacreditadas em seu convívio social.

O estupro só foi considerado crime hediondo no Brasil em 1994 e, até 2005, o acusado poderia ser absolvido do crime de estupro caso contraísse matrimônio com a sua vítima. Ainda nesse sentido, até o mesmo ano, o crime de posse sexual mediante fraude era definido como “ter conjunção carnal com mulher honesta”, e possuía agravante para o caso de conjunção carnal com mulher virgem, o que dava respaldo legal para a ideia da castidade e boa reputação.

Biroli (2013, p. 115) argumenta que “é fundamental compreender quem controla os recursos para a produção e circulação de discursos que estimulam compreensões, concepções e hábitos, estimulando nesse processo a formação de determinadas preferências e colaborando para tornar outras menos visíveis, menos expressivas socialmente”. Assim, voltamo-nos à questão da masculinidade hegemônica em relação à feminilidade enfatizada. Quando o homem exerce um poder de opressão direta, como a violência sexual, necessita de fatores que justifiquem sua agressão – os desvios encontrados no processo de culpabilização da vítima de estupro servem ao propósito de legitimar o crime, isentando o homem de uma responsabilização total e garantindo a manutenção da hegemonia do masculino, uma vez que consistem em desvios à feminilidade enfatizada, naturalmente submissa ao homem. No entanto, quando a mulher atende aos critérios da feminilidade enfatizada, sendo casta, subserviente e detentora de

uma reputação imaculada, o estupro é reconhecido – mas como algo fora do cotidiano, característica de um agressor descontrolado e problemático.

Tendo elencado elementos de ambas a evolução dos movimentos feministas e algumas práticas sociais em defesa da masculinidade hegemônica a partir da opressão das feminilidades desviantes, tive a pretensão de estabelecer os pontos-chave a serem analisados, dentro da perspectiva das relações de gênero social, nessa pesquisa. Assim sendo, meu foco é investigar as relações de gênero social encontradas nos textos em análise, com enfoque específico em possíveis práticas de culpabilização da vítima do estupro e, inversamente, discursos contra-hegemônicos, observando a forma como movimentos sociais atuam na desconstrução de discursos que concordem com o *status quo*.

CAPÍTULO 3

"Se significar interferir em um sistema acomodado e ultrapassado para ajudar ainda que uma mulher, homem ou criança...Eu estou disposta a arcar com as consequências."

(Mulher Maravilha, Mulher Maravilha nº 200)

3 A JORNADA DA HEROÍNA: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Neste capítulo, delinearei os contornos teórico-metodológicos que permeiam essa pesquisa, a partir dos critérios ontológicos e epistemológicos que os precedem. Para tanto, trarei, na seção 3.1, o desenho de pesquisa realizado para que o projeto se estruturasse, observando as escolhas teóricas e metodológicas que fiz e refiz ao decorrer dos estudos e análises. Por minha pesquisa ser de cunho qualitativo a partir de análise documental e etnográfica, também descreverei essas abordagens e as maneiras como elas se relacionam entre si. Em seguida, falarei a respeito da construção do *corpus* e a geração de dados dele decorrente. Reunirei todos esses aspectos de pesquisa para explicar a triangulação de *corpus* realizada na mistura entre pesquisa documental e etnográfica, tendo em vista as motivações que inspiraram tal escolha metodológica. Por fim, na seção 3.2, refletirei a respeito do papel da ADC na análise do *corpus* de pesquisa, a nível textual, e das práticas sociais que o inspira e são por ele evocadas, no âmbito contextual, contribuindo para uma percepção mais ampla do problema de pesquisa em questão.

3.1 Vitórias e percalços: o trajeto de pesquisa

Sob a luz da declaração da super-heroína Mulher-Maravilha, trago o capítulo que trata do caminho de pesquisa que me trouxe a este momento da dissertação. Antes de enveredar por estes caminhos, no entanto, gostaria de esclarecer minhas intenções dentro da temática dos títulos dos capítulos. A minha ideia era contar, nos títulos dos capítulos, a história do caminho que percorri não apenas dentro da pesquisa, mas na história das lutas feministas no Brasil e no mundo.

Escolhi a imagem da Mulher-Maravilha, super-heroína vinda de outro planeta para estabelecer ordem no mundo dos homens com seu laço da verdade e ideologia de justiça, não porque quisesse descaracterizar a realidade das lutas feministas, removendo o aspecto humano de nossa essência. Pelo contrário: a minha ideia não era que fôssemos todas a Mulher-Maravilha, e sim que incorporássemos a Mulher-Maravilha que todas podemos ser em nossos espaços de empoderamento e dentro de nossos contextos de vida e de fala. A partir de nossas perspectivas individuais, não apenas dentro das diferentes intersecções dos feminismos, mas também de nossas próprias vivências, sofremos retaliações e silenciamentos que fazem com que estejamos em uma constante luta por nossos direitos, sempre em uma espécie de guerra contra a opressão. Os títulos dos capítulos, portanto, remetem a todas essas lutas diárias, das quais trago um pequeno recorte para esta dissertação.

Tendo isto posto, nessa seção falarei a respeito dos preceitos ontológicos, epistemológicos e metodológicos escolhidos para essa pesquisa; no entanto, é impossível fazê-lo sem inserir meu posicionamento e reflexões como pesquisadora, uma vez que esses, também, são partes essenciais do estudo realizado nessa dissertação. Assim, abordarei os três eixos da pesquisa a partir da minha própria evolução dentro dela.

Esse estudo teve início muito antes do meu ingresso na pós-graduação. Desse modo, para explicar a trajetória que me levou até a dissertação, é necessário fazer uma volta relativa no tempo, para o ano de 2013, quando pensei seriamente em estudar o assunto. Enquanto mulher e consumidora da mídia jornalística hegemônica, sempre me saltavam aos olhos as notícias relativas a casos de estupro por sua estrutura peculiar, que me causavam a impressão de haver uma espécie de culpabilização da vítima incrustada no texto. À época, minhas análises eram superficiais e, apesar de terem respaldo linguístico – sendo eu, então, uma graduanda em Letras –, pecavam na realização de uma ponte consistente entre investigação linguística e conclusões a respeito da percepção social que potencialmente causavam.

Foi na ADC que encontrei a possibilidade de analisar esses textos da forma que

considerarei mais produtiva. Eu não estava interessada em fazer somente a análise linguística pela análise linguística, e sim pontuar considerações que tivessem impacto na sociedade que, em sua estrutura social, davam espaço e voz para a produção e consumo dessas notícias. O encaixe, portanto, foi perfeito; a ADC trabalha, sob uma perspectiva linguística atrelada às ciências sociais, com o conceito de práticas sociais (conforme explicitado no primeiro capítulo), trazendo o lado sociológico que, ao meu ver, seria interessante e produtivo para que essa pesquisa tivesse um valor extraacadêmico.

3.1.1 Perspectivas ontológicas

Escolhida a teoria, era chegado o momento de estabelecer uma perspectiva ontológica. Mason (2002) observa a importância de haver um entendimento sobre o que é a realidade social em torno do problema de pesquisa a ser estudado. A autora comenta que, embora o que seja realidade social possa parecer uma noção tão óbvia que torne sua conceptualização difícil, é essencial que se tome não apenas um ponto de vista, mas que se entenda que é apenas um conceito de realidade de diversos que poderiam ser representados; em outras palavras, é importante que se tenha consciência de que não há uma verdade absoluta, uma relação dicotômica de certo e errado dentro do mundo social.

A ADC tem no Realismo Crítico de Bhaskar (1986) sua visão ontológica, conforme descrevi no capítulo 1. Nela, há um entendimento de que existem incalculáveis resultados possíveis dentro do âmbito de mecanismos estabelecidos na vida social. Além disso, e mais importante em termos de pesquisa, há a consciência de que o conhecimento empírico que se tem dessa vida social é apenas um feixe ínfimo sob o qual se pode vê-la e entendê-la. Isso foi relevante para a minha posição enquanto pesquisadora, porque essa perspectiva permite que as minhas crenças, ideias e conhecimentos de mundo sejam partes integrantes e contribuintes para a minha própria pesquisa, e que eu não suprima a minha opinião em favor de uma (falsa) ideia de imparcialidade. Assim, assumo que minha posição de mulher, branca, homossexual, de classe média e acadêmica interfere na minha pesquisa, porém não de maneira negativa, a partir do momento em que eu tenho a consciência de que apresento apenas uma perspectiva dentre uma miríade de possibilidades.

A partir disso, estabeleci, em um primeiro momento, que estudaria o mundo social sob uma perspectiva feminista em relação à estrutura social hegemônica do patriarcado (CASTELLS, 1999), o qual se vê ameaçado pelo constante e crescente protagonismo feminino

dentro da sociedade. Estudaria, dessa forma, esse protagonismo feminino como uma forma de resistência à estrutura social, estabelecendo um embate direto entre duas frentes.

Após algumas leituras e reflexões, no entanto, decidi que essa perspectiva reduziria o mundo social a perspectivas muito simplistas e que, para mim, empobreceriam a minha pesquisa no que diria respeito ao que seria estudado. Iria, de certo modo, contra a minha perspectiva ontológica dentro do Realismo Crítico, porque determinaria uma relação dicotômica e rasa entre patriarcalismo x papel da mulher na sociedade. Foi, então, que recorri ao conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL, 1987), que me permitiria trafegar melhor entre as diferentes nuances que a masculinidade poderia realizar dentro de um espectro infinito de possibilidades.

Não apenas essa noção concordaria com a ontologia do Realismo Crítico, como também seria congruente com a ideia do feminismo transversal proposto na Terceira Onda Feminista. Desse modo, eu garantiria não que seria capaz de abarcar todas as intersecções possíveis dentro da masculinidade e do feminismo – uma vez que, na minha perspectiva empírica crítico-realista, isso seria impossível -, mas que eu estaria ciente de que não estudaria tudo o que há para ser estudado, e sim pinçaria alguns aspectos de uma realidade muito maior.

Enquanto fazia estas pesquisas e reflexões, descobri a possibilidade de estudar a ADC a partir de uma perspectiva completamente feminista. Em Lazar (2005; 2007), percebi o potencial de estudar a ADC feminista dentro da minha pesquisa, uma vez que esta vertente da análise discursiva crítica pressupõe que o mundo seja composto de relações assimétricas de gênero social, e que é importante que a ADC se concentre nesses problemas sociais e assuma uma postura de luta contra a desigualdade de gênero social, visto que as relações de poder entre gêneros sociais estão assumindo formas cada vez mais sutis nas relações sociais contemporâneas (LAZAR, 2005). Desta maneira, a ADC feminista (utilizando os instrumentos de análise já estabelecido por outras vertentes da ADC) se encaixou ainda mais perfeitamente na minha perspectiva ontológica, e me permitiu assumir uma posição ainda mais clara de combate à desigualdade de gênero social dentro da minha pesquisa.

Estabelecida a perspectiva ontológica da pesquisa, seria chegado o momento de estabelecer a perspectiva ontológica do problema de pesquisa. Conforme dito anteriormente, meu interesse era o de analisar discursos que tratassem da temática do estupro contra a mulher. Por isso, retomo a fala de Harvey (1996) para estabelecer o estupro como uma instituição da sociedade brasileira, sedimentada nas relações sociais de poder alimentadas pelas crenças do patriarcado de objetificação e apropriação do corpo da mulher e reproduzida em momentos

discursivos que legitimassem sua prática. Desse modo, resolvi me focar na cultura de estupro (CONNELL e WILSON, 1974), prática que banaliza o estupro contra a mulher, suavizando sua gravidade. Mais especificamente, concentrei-me na prática da culpabilização da vítima (RYAN, 1971), que retira ou diminui a culpa do agressor pela violência cometida, focalizando a responsabilidade pelo ato na vítima.

3.1.2 *Perspectivas epistemológicas*

O segundo momento de reflexão sobre a pesquisa traz questionamentos a respeito da epistemologia de pesquisa, a partir da base ontológica apresentada. Mason (2002) explica que a epistemologia é “literalmente, a sua teoria de conhecimento, e deve, portanto, trabalhar os princípios e regras sob os quais você decidirá se e como fenômenos sociais deveriam ser conhecidos, e como o conhecimento pode ser demonstrado” (MASON, 2002, p. 16). Desse modo, a epistemologia é responsável pela geração de conhecimento dentro de uma pesquisa.

Dentro do afunilamento realizado dentro da ontologia dessa pesquisa, desenvolvi a hipótese de que há possíveis práticas de culpabilização da vítima nas notícias sobre estupro, e que essas notícias seriam um modo de gerar dados a respeito das práticas de cultura de estupro e culpabilização da vítima. No entanto, logo decidi que analisar apenas as notícias não seria o suficiente para estabelecer uma pesquisa fundamentada.

O contexto de que eu precisava para fazer a ponte entre o texto e o contexto social, no entanto, logo se apresentou para mim: em abril de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou uma pesquisa de opinião a respeito da tolerância social em relação à violência contra as mulheres. Ainda que a pesquisa em si tenha gerado muitas controvérsias a respeito de sua representatividade e acuidade dos dados, sua repercussão é inegável, sobretudo no que concerne a percepção social reportada de que 65,1% (26%, após a errata) dos entrevistados acreditavam que mulheres que usassem roupas que “mostrasse o corpo” mereciam ser “atacadas” (IPEA, 2014).

A divulgação dos dados gerou debates a respeito da liberdade social e sexual da mulher brasileira, os quais, até então, eram reservados às esferas feministas da sociedade. O impacto nas redes sociais e na mídia brasileira, de forma geral, foi de tamanha proporção que, tão logo a pesquisa havia sido divulgada, um movimento – entendendo, aqui, o termo conforme colocado por Castells (2013), de uma organização de pessoas, indignadas com determinada realidade social, que decidem tomar providências por si próprias em conjunto – condenando a cultura de estupro supostamente confirmada pelas estatísticas logo tomou a rede de computadores

brasileira: o protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada.

Para além do protesto (e atrelado a ele), surgiram réplicas, em favor e contrárias ao protesto, inclusive na imprensa. O protesto gerou sua própria rede de debates (reunindo a palavra de diversos movimentos sociais representantes das mulheres brasileiras, além de alcançar visibilidade internacional), que perduraram mesmo após a divulgação da errata por parte do Ipea. Logo percebi que ali seria capaz de reunir dados dentro do contexto social sobre essa percepção do estupro, e então delimito minha reunião de *corpus* ao período anterior e posterior à divulgação da pesquisa. Essa delimitação temporal concorda com o que Bauer e Gaskell (2003) alertam que deva ser o norte de uma pesquisa qualitativa: a sincronicidade de *corpus*:

[...] um *corpus* é uma interseção da história. A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança. Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos. O ciclo normal da mudança irá definir o intervalo de tempo dentro do qual um *corpus* de materiais relevantes e homogêneos deve ser selecionado. (BAUER e GASKELL, 2003, p. 56)

Quanto à escolha das fontes, a decisão não foi difícil; logo recorri a duas das imprensas hegemônicas de maior alcance no jornalismo brasileiro: *Rede Globo* e *Rede Record*. A delimitação em relação às notícias divulgadas na Internet se deu pela imprensa situada no âmbito *online* contar com uma quantidade maior de notícias a respeito de estupro. Isso ocorre porque o jornalismo eletrônico não tem a necessidade de respeitar um contingente de notícias, uma vez que o espaço para a publicação é ilimitado, o que não ocorre em noticiários televisionados ou impressos. Com isso em mente, recolhi três notícias de cada portal (*GI*, pertencente à *Rede Globo*, e *R7*, da *Rede Record*), distribuídas entre os meses de novembro de 2013 e julho de 2014.

Para trazer o contraponto do contexto social, decidi recolher dois pontos de vista a respeito da violência sexual contra a mulher dentro do contexto da repercussão da pesquisa do Ipea (2014), além de referências à deflagração do protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada. Um seria a coluna publicada no blog da revista *Veja*, de autoria de Rodrigo Constantino, a respeito da relação entre a vestimenta da mulher e a propensão ao estupro, refletindo a partir dos resultados da pesquisa. A outra, publicada no portal de notícias *Brasil Post* por Gabriela Loureiro, tratando do protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada. Ainda faltava, no entanto, um *corpus* que representasse a opinião pública diretamente. Diante disto, selecionei o texto usado como descrição do protesto na rede social *Facebook* para ocupar a posição de representação de

uma perspectiva feminina (e feminista) em relação à cultura de estupro e culpabilização da vítima.

Meus *corpora* de pesquisa, portanto, estabeleceram-se conforme a

Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Corpora de pesquisa

Texto	Título	Fonte
Texto 1	Adolescente marca encontro e é estuprada em Pernambués, diz polícia	G1
Texto 2	Jovem manda foto nua para foragido da prisão e sofre tentativa de estupro	G1
Texto 3	Mulher diz ter sido estuprada em carona com desconhecido, diz PM	G1
Texto 4	Adolescente diz ter sido estuprada por DJ após sair de baile funk no Rio	R7
Texto 5	Mulher é vítima de estupro em festa de república em Lavras	R7
Texto 6	Jovem argentina é estuprada em festa convocada por evento no Facebook	R7
Texto 7	Protesto online motivado por pesquisa do Ipea convoca selfies de topless contra o estupro	Brasil Post
Texto 8	O estupro é culpa da mulher seminua? Não! Mas...	Veja
Texto 9	Descrição do protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada	Facebook

Nessa perspectiva, desenvolvi os seguintes objetivos geral e específicos:

Objetivo geral:

- Entendendo o estupro como uma prática de opressão de gênero social, investigar discursos publicados nas mídias jornalísticas e nas redes sociais a respeito de violência sexual contra a mulher, com enfoque na busca de potenciais práticas de culpabilização da vítima de estupro.

Objetivos específicos:

- Analisar as representações dos participantes e dos eventos nos textos selecionados.
- Investigar potenciais estratégias ideológicas presentes nos textos analisados.
- Explicar as análises realizadas a partir da perspectiva de vozes hegemônicas e contra-

hegemônicas no que se refere à violência sexual contra a mulher.

Os *corpora* serão analisados segundo as categorias da Análise de Discurso Crítica apresentadas no capítulo 1: modos de operação da ideologia, representação dos atores sociais e representação dos eventos sociais. A escolha das categorias de análise ocorreu em vários momentos durante a pesquisa. Em um primeiro momento, havia selecionado os modos de operação da ideologia (THOMPSON, 1995a) como principal categoria de análise, uma vez que tinha a intenção de investigar práticas linguístico-discursivas de legitimação do estupro e culpabilização da vítima. Essa categoria logo não se mostrou suficiente, uma vez que meu interesse era entender, também, como os participantes dos textos figuravam discursivamente ao longo das narrativas. Assim, resolvi utilizar a categoria da representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 2008), de modo que me atentasse às relações de gênero social implícitas nas representações de cada participante. Durante as análises primárias, no entanto, percebi que não poderia deixar de tratar da representação dos eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003; VAN LEEUWEN, 2008) ocorridos nos textos, uma vez que parto da perspectiva de que o estupro é uma prática institucional de opressão ao feminino, e as formas de legitimá-lo ocorrem também a partir da associação com outros eventos sociais que supostamente justificariam sua ocorrência.

Dessa maneira, com essas categorias linguístico-discursivas, julguei possível analisar discursivamente diversos aspectos que compõem os textos selecionados, para responder a perguntas como:

- Como se dão as representações dos atores e eventos sociais tratados nos textos?
- Quais sentidos potencialmente ideológicos são predominantes nos textos?
- De que maneiras os discursos veiculados nas notícias se diferenciam (ou não) daqueles propagados pelos artigos e pela descrição do protesto?
- É possível identificar traços textuais de processos de culpabilização da vítima de violência sexual nos textos analisados?

3.1.3 *Perspectivas metodológicas*

Para essa pesquisa, conforme já havia citado acima, escolhi a metodologia qualitativa como norte para os estudos. Mason (2002) define a pesquisa qualitativa como uma forma de

engajar o pesquisador em assuntos referentes ao mundo social de maneira a contemplar os participantes desse mundo, estudando suas relações, discursos, instituições dentro de seus contextos de uso. Essa perspectiva, naturalmente, entra em consonância com a ontologia crítico-realista na qual se baseia a ADC e, portanto, pareceu-me o caminho mais adequado a ser seguido para uma pesquisa eu envolva como as pessoas se relacionam no mundo.

A pesquisa qualitativa é interpretativa por natureza. Ou seja, convoca o pesquisador a participar ativamente de sua pesquisa, e rejeita a possibilidade de que ele seja um mero coletor de dados, imparcial e não-participativo. O objetivo da pesquisa qualitativa é a geração de dados que permita uma construção de argumentos a respeito do problema de pesquisa estudado, o que envolve processos de análise, explanação e argumentação. Dentro desses processos, é sempre importante e essencial que o pesquisador reflita a respeito de seus estudos e conclusões, criando uma relação de reflexividade em torno da pesquisa.

Mason (2002) alerta que, para que uma pesquisa qualitativa tenha valor acadêmico-social, ela deve ser rigorosamente conduzida no sentido de aplicação de métodos sobre os dados coletados e a própria organização dos argumentos. No entanto, o pesquisador não pode assumir que sua argumentação esteja acima de questionamentos; ele deve entender que há diferentes perspectivas sob as quais o problema de pesquisa pode ser analisado, e que essas perspectivas podem gerar inúmeros e divergentes argumentos e considerações.

Conforme estabeleci na subseção acima, eu decidi por recolher um conteúdo homogêneo de *corpora* de pesquisa documental, uma vez que os dados consistem exclusivamente de textos escritos. No entanto, por ter acompanhado o desenrolar do protesto de uma posição relativamente próxima, além de ter me integrado consideravelmente à luta contra a violência contra a mulher, considero que houve um certo grau de pesquisa etnográfica envolvida nesse estudo. Esses dois tipos de pesquisa qualitativa serão descritos abaixo.

3.1.3.1 Pesquisa documental

Desde o início da ideia da minha pesquisa, o seu aspecto documental estava incluído, uma vez que o objetivo principal do estudo é analisar textos escritos e publicados nos domínios dos jornais eletrônicos selecionados para a análise. Mason (2002) explica que, para que se tome a decisão de utilizar dados documentais para uma pesquisa qualitativa, é necessário primeiro verificar se esse instrumento de pesquisa colabora para as visões ontológicas e epistemológicas propostas.

A partir da perspectiva crítico-realista adotada, dentro do paradigma do feminismo

interseccional e a masculinidade hegemônica, e considerando a Análise de Discurso Crítica como teoria e metodologia de análise, as notícias selecionadas são extremamente produtivas para analisar as práticas sociais que desejo estudar, uma vez que representam uma visão institucional dessas práticas, e me proporcionaria a possibilidade de investigar se esses textos institucionalizados contribuem para a manutenção da masculinidade hegemônica.

Mason (2002) também aponta para a necessidade de se certificar de que os fenômenos a serem estudados “*não estão disponíveis em outras formas e você deve, portanto, escolher usar documentos ou métodos visuais*” (MASON, 2002, p. 108, grifo da autora). Como o meu interesse era justamente nas representações empregadas pela imprensa da maneira como são consumidas pelo público, não haveria outra forma de abordar o tema se não a partir das próprias notícias.

É importante, também, frisar, tanto em termos de instrumento de pesquisa quanto em relação à sua representatividade, que as notícias serão estudadas porque elas existem. Sua existência enquanto meios de levar a informação a público colocam as notícias em uma posição de poder e influência no que diz respeito ao seu consumo. A forma como essa informação é repassada para os/as leitores/as é, portanto, de extrema importância no que se refere às práticas sociais e a manutenção ou enfrentamento da estrutura social.

Utilizarei, também, algumas técnicas complementares de natureza etnográfica, de grande relevância para a composição de argumentos e considerações em torno da estrutura, conjuntura e práticas sociais, e sobretudo como um contraponto mais social em relação à pesquisa documental. Cresswell explica que a “*etnografia é um desenho qualitativo no qual o pesquisador descreve e interpreta os padrões aprendidos e disseminados de valores, comportamentos, crenças e a língua em um grupo cultural*” (CRESSWELL, 2007, p. 68).

Via de regra, uma pesquisa etnográfica prevê imersão no meio o qual será estudado. Eu optei por não realizar essa imersão pelos motivos explicados anteriormente: falta de tempo hábil e complicações éticas que poderiam diminuir ainda mais o tempo de convívio. Uma pesquisa de mestrado dura apenas dois anos, o que configura muito pouco para o que poderia ser uma imersão, nos termos canônicos da etnografia (cf. CRESSWELL, 2007; MASON, 2002).

No entanto, eu poderia considerar que houve um certo grau de imersão nos termos em que eu participei do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência Contra a Mulher, realizado em São Paulo durante os dias 20 e 21 de maio de 2015. No seminário, entrei em contato com diversas realidades e perspectivas a respeito das múltiplas violências contra a mulher, tanto no Brasil quanto no mundo. O objetivo do seminário foi realizar um debate profundo e propositivo

em direção a um pacto de não tolerância da violência contra a mulher.

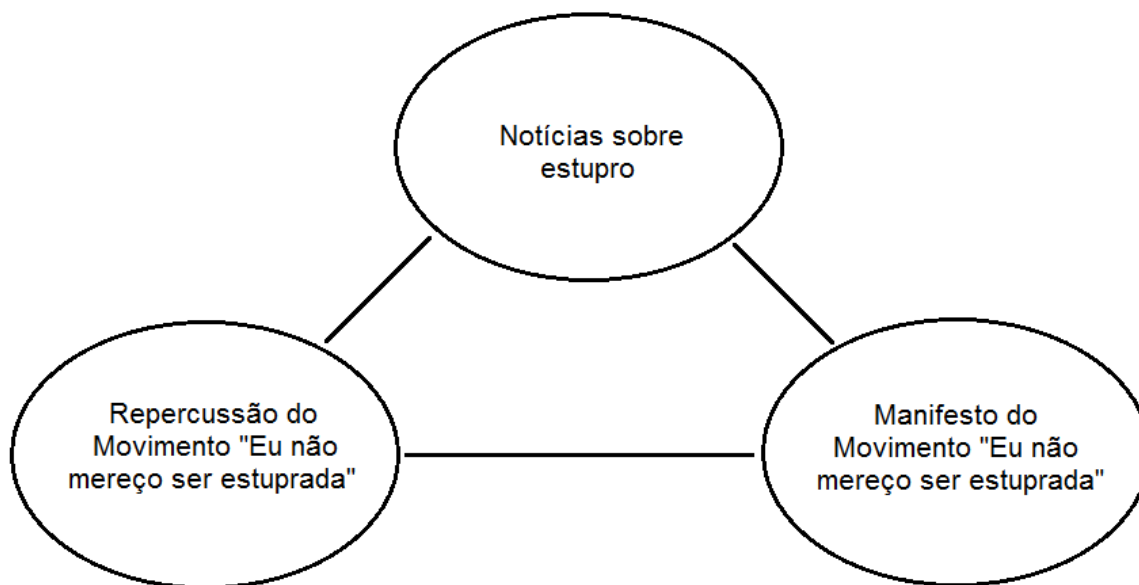
Durante os dois dias, os palestrantes e debatedores pontuaram temas importantes a respeito não apenas das violências de gênero social praticadas nos mais diversos graus, mas também discursaram sobre o papel da mídia na cultura de violência contra a mulher, como na produção e distribuição da indústria pornográfica e a publicidade sexualizada, que naturaliza a objetificação da mulher como instrumento sexual. No entanto, pouco se falou a respeito do papel do jornalismo em específico, e seu importante papel na representação das mulheres reais em suas vidas cotidianas. Esse aspecto chamou ainda mais atenção para a importância de estudos como o que me propus a realizar.

Outro ponto relevante para essa pesquisa discutido no seminário foi o estabelecimento das redes sociais como espaço de resistência das mulheres. Com o advento das redes sociais como relativa democratizadora de espaços de fala, as mulheres – sobretudo as mais jovens – têm maior acesso a diferentes ideologias, inclusive as feministas, e fizeram das redes sociais um local com potencial subversivo de questionar e debater o conteúdo veiculado em propagandas e notícias da imprensa hegemônica. Essa abertura para uma maior liberdade de expressão ideológico-social é um dos aspectos principais que analisei ao longo dessa pesquisa.

3.1.3.2 Triangulação de dados

Reuni todos os *corpora* gerados nessa pesquisa na pretensão de realizar uma triangulação de dados que contribuísse para uma análise mais ampla em torno do problema de pesquisa. Denzin (1970) explica que a triangulação de dados consiste em reunir diferentes pontos de vista em posições sociais distintas, para que seja possível representar uma imagem mais completa do contexto em que o fenômeno estudado se insere. Por meio do cruzamento dos textos citados, espero trazer variados discursos em torno da violência sexual contra a mulher, oferecendo um enfoque que possibilitará identificar as práticas sociais que permeiam o problema em questão. A pesquisa, então, tratará de três vertentes do mesmo problema de pesquisa, conforme a *Figura 2* abaixo:

Figura 2 - Triangulação de Dados



Com essa reunião de dados, espero alcançar aquilo que Bauer e Gaskell (2003) chamam saturação de *corpus*: uma reunião de diferentes representações que seja satisfatória ao ponto de não haver possibilidades de inclusões que possam acrescentar novos dados ao problema em análise. Tenho consciência, no entanto, de que haveria muitas outras maneiras de abordar esse assunto e de gerar dados para análise em torno de e sobre ele. Não espero que minha pesquisa esteja à prova de questionamentos, uma vez que se trata de uma pesquisa qualitativa e, como tal, está propensa a falhas.

3.2 A ADC na análise de *corpus*

Conforme comentei no Capítulo 1, a ADC possui sua metodologia para a aplicação de sua teoria de análise, que consiste no arcabouço teórico-metodológico apresentado no *Quadro 4* abaixo:

Quadro 4 - Arcabouço teórico-metodológico da ADC

Percepção de um problema social com aspectos semióticos
Identificação de obstáculos para que o problema seja superado <i>análise da conjuntura</i> <i>análise da prática particular</i> <i>análise de discurso</i>
Investigação da função do problema na prática
Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos

Dentro dessa perspectiva, o primeiro passo descrito em Chouliaraki e Fairclough (1999) é selecionar um problema social a ser investigado, para que então se inicie a análise da sua conjuntura, ou seja, das redes de práticas onde esse problema se localiza. Em seguida, analisar-se-á a prática particular do problema social, especificando o contexto de análise. Essa mudança em relação ao modelo tridimensional é bastante relevante, uma vez que delinea mais claramente aquilo que será analisado, e não apenas a prática social como antes se fazia. A partir de então que será feita a análise dos momentos discursivos dentro dessa prática particular. Nesta pesquisa, não realizei a análise da prática particular, atentando-me somente às análises da conjuntura e dos discursos dos textos selecionados, uma vez que entendi que havia contextualizado a pesquisa de maneira suficiente.

A etapa seguinte consiste na investigação da função do problema na prática. Aqui, a análise volta ao contexto, após passar pelo discurso específico, para que se catalogue possíveis mecanismos que sustentem as estruturas mantidas pelos discursos analisados. Após essa categorização, chega o momento em que se elencam possíveis maneiras de subverter as estruturas estabelecidas nessas práticas sociais, de modo a alcançar a mudança social. E, finalmente, há a proposta para que a pesquisa se volte em si mesma, refletindo criticamente sobre as análises feitas, de modo localizar a pesquisa como um momento que permita novas investigações, e não como uma verdade absoluta com fim em si mesma. É importante que o pesquisador tenha em mente que suas conclusões não são definitivas, e que podem fomentar diferentes perspectivas que enriqueçam seu trabalho, alimentando interdiscursivamente o problema de pesquisa em questão.

Desse modo, o primeiro passo é a identificação do problema social que será investigado. No caso dessa pesquisa, trata-se da cultura de estupro e a prática de culpabilização da vítima de violência sexual dentro de uma sociedade hegemonicamente dominada por uma masculinidade idealizada heterossexual, branca e cisgênero, na qual casos de estupro são recorrentes e disseminados em todas as esferas sociais, estruturas sociais identificadas no capítulo 2.

A conjuntura selecionada, de maneira mais ampla, seria o embate atual entre o jornalismo *online* e as redes sociais, explicado no capítulo 4. Mais especificamente, seria aquela na qual se insere a repercussão causada pela divulgação dos resultados da pesquisa realizada pelo Ipea (2014) – o protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada. A análise de discurso, realizada a partir da seção 4.2, divide-se em três partes: as notícias sobre estupro veiculadas nos portais

G1 e *R7*; os artigos a respeito da repercussão da pesquisa do Ipea (2014) e o protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada; por fim, a descrição publicada no *Facebook* pelas próprias representantes do protesto. Aqui, serão aplicadas as categorias linguísticas previstas no Capítulo 1 para investigar possíveis respostas às perguntas de pesquisa levantadas anteriormente. Essa pesquisa pretende identificar aspectos que possam indicar a interferência de discursos consonantes com a masculinidade hegemônica na redação dessas notícias, nos discursos dos artigos de opinião e na publicação no *Facebook*.

A partir dessa análise discursiva crítica, investigarei a função do problema de pesquisa nas práticas encontradas, dando atenção a possíveis aspectos que corroborem com a estrutura social de hegemonia masculina. A intenção é oferecer soluções para que a mudança social seja possível. Por fim, haverá um momento para a reflexão a respeito da análise realizada, estabelecendo o que já foi estudado e enfatizando aquilo que ainda poderá ser investigado em estudos futuros, de modo a sempre aprofundar e enriquecer as investigações já existentes.

CAPÍTULO 4

*“Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem”*

(Engenheiros do Hawaii, Somos Quem Podemos Ser)

4 A BATALHA: IMPRENSA HEGEMÔNICA VS. FEMINISMO DAS REDES SOCIAIS

Neste capítulo, apresentarei reflexões a respeito da conjuntura do jornalismo *online* (*webjornalismo*) e das manifestações sociais em redes de computadores. Para tanto, colocarei em oposição a tradição jornalística, que busca manter sua hegemonia de produtora e modeladora de pontos de vista na plataforma da Internet, e os movimentos sociais na *web*, que utilizam o espaço seguro das redes sociais para organizar e reunir pessoas em prol de seus objetivos e direitos reclamados. Em seguida, partirei para a análise do *corpus* principal de pesquisa, utilizando os instrumentos de análise citados no capítulo 1 para registrar minha investigação em relação a potenciais ideologias e representações sociais que contribuam para a opressão do feminino na culpabilização da vítima de violência sexual.

4.1 Ruptura da hegemonia? Sociedades em rede e tradição jornalística

Vivemos atualmente em uma sociedade marcada pela presença, mediação e interação da Internet. É muito mais raro, mesmo em países ditos de terceiro mundo, como é o caso do Brasil, que haja pessoas não conectadas a algum tipo de rede virtual do que o contrário. O surgimento da Internet, desenvolvida no final dos anos 1960, porém com crescimento significativo apenas a partir dos anos 1990, causou uma mudança na maneira como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo, uma vez que alterou a maneira como lidamos com questões referentes ao espaço e tempo.

Thompson (1995b, p. 36-37) fala sobre a questão da simultaneidade não espacial, que seria a possibilidade da vivência de eventos ocorrentes ao mesmo tempo, os quais tradicionalmente necessitariam da presença física dos atores sociais, sem que elementos de tempo e espaço estejam alinhados, trazendo uma noção de “agora” desvinculada da ideia de lugar. Recuero (2014) comenta que a Internet possui essa capacidade de manter relações assíncronas pois, ao manter a interação protegida dentro do meio, a rede virtual torna desnecessária a necessidade de alinhamento espaço-temporal, fortalecendo vínculos para além dos paradigmas tradicionais da interação interpessoal. Em sentido semelhante, Giddens (1991) comenta a separação de sentido entre espaço e lugar para se referir às ideias de esvaziamento de tempo e espaço, adventos da modernidade que permitem que locais sejam influenciados socialmente por elementos espacialmente distantes.

Para além disso, há a questão de que a rede mundial de computadores e a sua transposição virtual do contexto local (ou desencaixe, nos termos de Giddens (1991)) ocorre em uma rede de comunicação com infinita capacidade de armazenar conteúdos, criando novas ramificações de interações sociais que transcendem e questionam as estruturas sociais tradicionais. Essa seria, conforme entende Castells (2003), a cultura da Internet, a qual reinventou a sociedade, operando a partir dos conceitos de liberdade, de comunicação horizontal e interação em rede, conferindo uma certa autonomia aos seus usuários em relação à sua própria produção e consumo de conteúdos.

A autonomia alcançada pela mediação da Internet permitiu aos usuários seus próprios recursos de transmissão de informações, feito antes reservado ao campo do jornalismo, forçando o fazer jornalístico a se adaptar aos novos tempos. Castilho (2005) entende que um dos pontos cruciais enfrentados pelo jornalismo nesse momento de transição seja justamente a perda do controle da informação pelo jornalista, uma vez que os mesmos consumidores do conteúdo da imprensa também são capazes de emitir seus próprios relatos no meio virtual,

fazendo valer o seu papel de ator social no combate à estrutura hegemônica vigente.

Além disso, como observa Castells (2013), esses consumidores, organizados em suas redes interativas on-line, estão também aptos a se reunirem em busca de suas próprias respostas e mudanças sociais. Dessa maneira, as sociedades em rede não apenas tornam os discursos jornalísticos passíveis de questionamentos, desafiando a hegemonia da produção de conteúdo tradicionalmente relegada ao jornalismo, como também questionam as próprias sociedades como um todo, utilizando-se do conforto da realidade virtual para superarem o medo e buscarem mudanças.

No entanto, conforme observa Wolton (1999 *apud* PALACIOS, 2003), o aumento do acesso à informação não significa um aumento no uso da informação; no caso, o autor defende que há uma necessidade cada vez maior, e não o contrário, do jornalismo para a mediação dos conteúdos disponíveis para o consumo dos leitores, os quais não são capazes de absorver todos dados acessíveis sem um processo de “filtragem e ordenamento” (PALACIOS, 2003, p. 22). Thompson (1995b, p. 188) já concordava com essa ideia, ao afirmar que a disponibilidade de materiais simbólicos, ao mesmo tempo em que pode enriquecer o *self*, pode desorientá-lo de forma que ele não consiga assimilar tantos dados. A forma de vencer essa sobrecarga seria confiar em processos seletivos provocados por sua convivência com outros indivíduos e pela mediação dos meios de comunicação.

Por esse motivo, apesar de toda a autonomia individual providenciada pela Internet, a imprensa prossegue como intermediária do acesso à informação. Essa intermediação, no entanto, não ocorre de maneira imparcial, uma vez que meios de comunicação são controlados por forças internas e externas que trabalham discursivamente os fatos jornalísticos de acordo com vieses específicos e objetivos próprios (MOTA, 2012). Para Amaral (2002, p. 77-78), a informação teria se tornado um bem de consumo, pois não apenas é mediada pelos meios de comunicação, como também se concentra na parcela mais favorecida das sociedades, a qual dita a opinião pública.

No entanto, se a informação é mediada pelos meios de comunicação, são eles que moldam a opinião pública, uma vez que estabelecem o contato da sociedade com a realidade a partir de suas representações discursivas. Ademais, o crescimento quantitativo de informações disponíveis não se traduziu em uma democratização do conhecimento, e sim em uma desigualdade social no que se refere à quantidade de informações de que se dispõe, separando as sociedades “entre cidadãos ricos em informação e cidadãos pobres em informação” (AMARAL, 2002, p. 94-95).

Essa desigualdade se multiplica exponencialmente quando levamos em consideração que há um oligopólio sobre os meios de comunicação, que são controlados por um número limitado de famílias detentoras das grandes empresas de comunicação brasileiras, como é o caso do *Grupo Abril* (família Civita), *Grupo Folha de S. Paulo* (família Frias), *Organizações Globo* (família Marinho), *SBT* (família Abravanel), *Rede Bandeirantes* (família Saad) e *Rede Brasil Sul* (família Sirotsky), além das empresas compradas dessas famílias, como é o caso da *Rede Record* (construída pela família Abravanel) e *RedeTV!* (criada pela família Bloch, que controlavam a extinta *Rede Manchete*). Para Amaral (2002), essa concentração de poder é um reflexo do neoliberalismo no qual se encaixa, de maneira generalizada, o contexto político-econômico mundial, sobrepondo-se à autoridade estatal. Assim, as empresas de meios de comunicação tradicionais se posicionam como veículos neoliberais, levando a público agendas que defendam os interesses dos grandes poderes econômicos locais e globais.

Paralelamente, entretanto, correm as informações mediadas pelas redes sociais na Internet, onde as representações sociais ganham um outro nível de projeção, ampliando a visibilidade do indivíduo ao ponto da criação de ícones que exercem certa influência sobre outros usuários em rede, que confiam em suas afirmações legitimadas por sua própria influência. Essa nova dinâmica de interação social forçou o jornalismo a se adaptar às novas correntes de informação, levando seu legado tradicional de mediadora dos fatos reais à esfera digital.

Apesar das mudanças e adaptações para o mundo digital, o *webjornalismo* ainda apresenta problemas com a amplitude das redes sociais as quais tem a função de suprir com informações. Segundo Bradshaw (2014), o aspecto da velocidade da veiculação de informações é a maior ameaça a ser enfrentada pelo jornalismo no mundo digital. Tradicionalmente, o jornalismo já é marcado pela capacidade de apurar informações o mais rápido possível para que as notícias sejam veiculadas em um tempo hábil que garanta a confiabilidade do jornal. Com a capacidade da própria Internet de mediar a veiculação de informações em tempo real entre seus usuários, o jornalismo se vê ameaçado, uma vez que as “suposições sobre o que constitui ‘ser o primeiro’ estão sob pressão” (BRADSHAW, 2014, p. 111).

Esse embate constitui a conjuntura desta pesquisa, uma vez que trata de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. A partir deste delineamento, parto para a análise dos textos selecionados de acordo com as categorias descritas no capítulo 1, observando sempre a luta social entre a manutenção da estrutura social e a busca pela mudança social no que se refere às relações de gênero social.

4.2 No certame da informação: análise das notícias

A primeira parte da análise de *corpus* desta pesquisa é composta de seis notícias, que tratam de casos de violência sexual, recolhidas nos portais G1 e R7 no período de novembro de 2013 a julho de 2014. A escolha pelo gênero textual notícia foi motivada pelo caráter informativo inerente a este gênero textual, sobretudo na Internet que, conforme colocado acima, possui a capacidade de armazenamento de notícias que outros veículos informativos não possuem, tornando-a recipiente de uma variada gama de notícias e conteúdos que podem se expandir constantemente. Por este motivo, contei com as notícias *online* para ter acesso a casos de violência sexual, as quais, pelos critérios de noticiabilidade, nem sempre figuram em veículos como televisão e jornal impresso.

Dessa maneira, os Textos 1, 2 e 3 foram veiculados no portal G1, nas respectivas datas: 27 de novembro de 2013, 21 de maio de 2014 e 26 de junho de 2014. Os Textos 4, 5 e 6, veiculados no portal R7, datam de: 20 de novembro de 2013, 14 de abril de 2014 e 22 de julho de 2014. A escolha das datas em períodos semelhantes foi motivada pela conjuntura da pesquisa de IPEA e o protesto eu não mereço ser estuprada. Meu objetivo é verificar, também, se haveria alguma mudança linguístico-discursiva na forma como as notícias são relatadas antes, durante e depois das manifestações que trouxeram à tona a questão da culpabilização da vítima de violência sexual, conforme será melhor explicado nas próximas seções.

O portal G1, dentro do site *Globo.com*, é o sexto endereço mais acessado no Brasil, sendo o segundo em termos de portal de notícias (perdendo apenas para o portal *Uol*, que também é usado como provedor de e-mail), com uma média de 53% de acesso dos usuários dentro do site das *Organizações Globo*. O site foi lançado em 2006, e desde 2011 conta com versões para celulares e *tablets*, aprimorando o seu alcance de usuários. Estima-se que a audiência majoritária do site é de público masculino que cursam ou possuem pós-graduação, acessando o endereço de redes de instituições de ensino²⁷.

O portal R7, por sua vez, é o quinquagésimo quarto endereço mais acessado no Brasil, sendo o sexto portal de notícias, com uma média de 46% de acesso ao seu portal de notícias. O site foi lançado em 2009 pelo *Grupo Record*. Segundo o analisador de tráfego *Alexa*, assim como é o caso do *G1*, estima-se que a maioria de seus usuários se identifique como homens que curse ou possuem pós-graduação, porém o acesso é efetuado, em sua maioria, de suas residências ou locais de trabalho²⁸.

²⁷ Fonte: <http://www.alexa.com/siteinfo/globo.com>. Acesso em 15/10/2015.

²⁸ Fonte: <http://www.alexa.com/siteinfo/r7.com>. Acesso em 15/10/2015.

Notícias possuem estruturas de gênero textual relativamente fixas. Por conta do caráter de evento único dos textos selecionados (no caso, não se trata de eventos sequenciais de uma conjuntura que precisaria ser explicada em várias notícias), podemos afirmar que a estrutura dos textos selecionados não recorre a hipertextos, e o evento, *a priori*, encerra-se em si mesmo. Canavilhas (2007) apresenta uma nova perspectiva do fazer notícia *online*, que seria a ideia da “pirâmide deitada”, dividida em quatro níveis de leitura: a Unidade Base, do *lead*, que responde a questões relativa a o quê, quando, quem e onde; o Nível de Explicação, que responde ao Por quê e Como; o Nível de Contextualização, em que informações adicionais, textuais ou multimidiáticas, são oferecidas para explicar as questões anteriores; e o Nível de Exploração, que utiliza hipertextos para ligar a notícia a outras sobre o mesmo fato jornalístico ou sobre assuntos semelhantes. Desse modo, a leitura das notícias se torna mais dinâmica e aprofundada, possibilitando ao leitor se manter informado de vários aspectos que revolvem o assunto de seu interesse. Em relação às notícias selecionadas, de acordo com Canavilhas (2007), o texto se limita aos três primeiros níveis da notícia: Unidade Base, Explicação e Contextualização. A unidade básica fica armazenada na lide para informar ao leitor os dados basilares (o que, quem, quando e onde) sobre o fato jornalístico que será descrito.

Nos textos selecionados, podemos observar que, à exceção dos textos 3 e 4, há uma tendência a iniciar o texto com a presença da vítima (quem), e em seguida informando o a ocorrência do estupro (o que). É interessante apontar que, nos textos 5 e 6, assim como no texto 3, o estupro é informado por meio da denúncia do fato, e não do fato em si, o que indica um outro evento social intermediário entre a notícia e o ocorrido (que será melhor analisado em 4.2.3). As informações seguintes são quando e onde, cumprindo o que pede a tradição jornalística da lide e encerrando a unidade básica. No Texto 4, a primeira informação é a autoria do crime – interessante, na única notícia que contempla a voz direta da vítima, como veremos no próximo item.

No que se refere aos níveis de Explicação e Contextualização, a maioria dos textos (exceto os Texto 1 e 4) traz a narração registrada em Boletim de Ocorrências, sugerindo uma cadeia de gêneros textuais. Para Fairclough (2003, p. 30), ao falar sobre cadeias de gênero textuais, jornalistas recorrem a determinadas fontes de maneira relativamente regular, “transformando os materiais de fonte de acordo com convenções muito bem estabelecidas”. Podemos entender, então, que a recorrência ao registro oficial da polícia é uma convenção da prática de redação de notícias, que transforma o gênero textual do registro de denúncia em fato jornalístico, configurando uma cadeia de gêneros textuais para esse determinado tipo de evento.

O Texto 1, ainda que não ocorra a cadeia de gênero com o Boletim de Ocorrências, a Explicação e a Contextualização são dadas pelos órgãos de autoridade, que são responsáveis, na notícia, por relatar o ocorrido. No Texto 4, por outro lado, há uma mistura de gênero textual com o gênero entrevista, uma vez que os fatos são explicados e contextualizados pela própria vítima. É importante salientar que essa diferença entre o Texto 4 para os demais textos possivelmente ocorre porque a mesma notícia havia sido televisionada anteriormente, e a notícia escrita é uma transcrição da reportagem televisiva, que teria tomado o tempo de entrar em contato com a vítima, o que reforça a noção de que esta não seria uma característica comum da estrutura genérica uma notícia *online*.

Os títulos das notícias são importantes para o gênero textual, uma vez que têm a função de resumir o fato jornalístico em um enunciado, simplificando o aspecto macro da notícia (BERTOLINI, 2014). É importante que um título seja atraente ao leitor, e por isso, deve sintetizar aquilo que há de mais importante da notícia. Para Amaral (1978, p. 86 *apud* BERTOLINI, 2014, p. 102), títulos dão o tom da publicação e, por isso, dizem muito a respeito da identidade do jornal: “A sua ideia é a ideia central, a mais jornalística possível, do assunto que ele assinala”.

Nos textos selecionados, os títulos giram em torno do fato jornalístico do estupro, com específico foco à vítima:

- (1) Adolescente marca encontro e é estuprada em Pernambués, diz polícia (Texto 1)
- (2) Jovem manda foto nua para foragido da prisão e sofre tentativa de estupro (Texto 2)
- (3) Mulher diz ter sido estuprada em carona com desconhecido na PB (Texto 3)
- (4) Adolescente diz ter sido estuprada por DJ após sair de baile funk no Rio (Texto 4)
- (5) Mulher é vítima de estupro em festa de república em Lavras (Texto 5)
- (6) Jovem argentina é estuprada em festa convocada por evento no Facebook (Texto 6)

Podemos notar, nos três primeiros textos, uma tendência a assinalar as ações da vítima (no caso do Texto 3, haveria um sentido implícito de que a vítima havia pedido carona a um desconhecido) anteriores à violência, enquanto os demais textos se concentram no local onde a

violência ocorreu. É possível inferir, dessa maneira, que os eventos que se destacaram para figurarem nos títulos das notícias antecederam ou situaram o crime sob a ótica de como a vítima se portou ou onde ela se encontrava no momento da agressão sexual, em oposição à possibilidade de a notícia se focar no agressor e em suas ações. Apesar de ser sabido que as notícias são elaboradas a partir do depoimento da vítima (mediado pelos Boletins de Ocorrências, à exceção do Texto 4), a maneira como o título é redigido potencializa a culpabilização da vítima antes mesmo da leitura completa da notícia, como veremos nas próximas categorias de análise.

4.2.1 *Modos de operação da ideologia*

Na análise dos modos de operação da ideologia encontrados nas notícias, podemos encontrar uma possível tendência à figuração de estratégias de legitimação e dissimulação, como podemos identificar nos exemplos abaixo:

- (7) Uma adolescente de 17 anos **foi estuprada** na noite de terça-feira (26), no bairro de Pernambués, em Salvador, **após marcar um encontro com uma amiga**.²⁹ (Texto 1, grifo próprio)
- (8) Uma dona de casa de 24 anos **sofreu uma tentativa de estupro** (...) A jovem afirmou à polícia que **conheceu o suspeito** porque ele estava preso junto com o pai dela e que **chegou a enviar fotos sem roupa para ele via Facebook** (Texto 2, grifo próprio)
- (9) uma mulher de 33 anos informou aos policiais ter **pegado uma carona** com um homem desconhecido, mas, segundo ela, ele desviou o caminho e a levou até um matagal, onde **aconteceu o estupro**. (Texto 3, grifo próprio)
- (10) De acordo com a adolescente, o crime aconteceu na madrugada do último sábado (16), quando ela teria ido a um baile funk com mais três amigas **escondida dos pais**. Após a festa, ele teria oferecido carona para elas, porém a adolescente teria recusado. Como as amigas insistiram, **a vítima acabou aceitando**. (...) de acordo com ela, **as amigas de 13 e 14 anos decidiram manter relações sexuais** com o DJ e um amigo dele, **mas ela teria sido obrigada** (Texto 4, grifo próprio).
- (11) Segundo o Boletim de Ocorrências registrado pela PM, **a vítima alega ter ingerido bebida alcoólica e ido para um dos quartos da casa com um rapaz**. O casal teria praticado sexo e, em seguida, o homem teria saído do quarto

²⁹ Os trechos em negrito apresentam os elementos linguístico-discursivos em análise.

enquanto a **mulher teria ficado dormindo nua em uma das camas**.
(Texto 5, grifo próprio)

- (12) Segundo a publicação, o **abuso** aconteceu durante uma festa chamada “Alternativa”, **convocada pelo Facebook**, que acontecia no lugar. A jovem **teria sido seduzida** por um homem de olhos claros que teria puxado ela pelas mãos, para um canto escuro do salão. Lá, ele teria começado a **ter relações** com ela, contra a vontade da vítima. Outros três homens, aparentemente amigos do primeiro, chegaram e também **abusaram** dela. Como o salão estava cheio e com som alto, ninguém ouviu ela **reclamar** do que acontecia. (Texto 6, grifo próprio)

No exemplo (7), encontramos a informação de que o estupro ocorreu após a vítima marcar um encontro com uma amiga. No entanto, os eventos não são consequentes (como veremos na representação de eventos sociais), e ainda que fossem, não estão relacionados; o encontro marcado com a amiga não se relaciona com o fato de a vítima ter sido estuprada. No entanto, a notícia retrata os dois eventos dentro de uma mesma conjuntura, potencializando a noção de que um seria consequência do outro. Podemos entender nisso uma estratégia de racionalização que, segundo Thompson (1995a), consiste em uma cadeia lógica para justificar determinada ação, evento ou prática. A racionalização agiria como uma maneira de legitimar o estupro ocorrido a partir do comportamento da vítima de marcar um encontro em um local supostamente perigoso, onde ela estaria sujeita a sofrer a violência sexual. Por esta racionalização potencialmente tirar o foco da ocorrência do estupro, podemos também entender como uma forma de deslocamento, que transfere as conotações positivas ou negativas de um objeto ou pessoa para outro. Assim, a negatividade do estupro é potencialmente demovida do agressor e transferida para a vítima, por conta de seu comportamento supostamente inadequado.

De maneira semelhante, o exemplo (8) traz dois eventos separados, mas supostamente relacionados; o envio da foto íntima pela vítima (ocorrido um mês antes do evento da violência sexual) se relacionaria com a agressão sexual perpetrada pelo homem em uma linha lógica de causa e efeito. Assim, a vítima seria a causa do comportamento do agressor por supostamente ter provocado a ação contra si mesma – configurando também uma forma de deslocamento, por focar a notícia no comportamento da vítima.

No exemplo (9), o agressor sequer é associado diretamente ao estupro, e sua participação no evento da violência sexual é completamente implícita. Dessa maneira, podemos entender o deslocamento ocorrido em relação ao comportamento da vítima, que pediu carona a um homem desconhecido e, por isso, foi estuprada, caracterizando também uma estratégia de racionalização.

No exemplo (10), a informação do *lead* é a de que o estupro ocorreu após a vítima sair

de casa escondida dos pais. Essa cadeia de eventos também pode representar uma relação de causa e consequência, uma vez que evidencia o comportamento da vítima, o que teria desencadeado a violência sexual; tivesse a adolescente não saído de casa para frequentar uma festa sem a autorização parental e, posteriormente, aceitado a carona de um desconhecido, o estupro não teria ocorrido. Desse modo, entendemos que há uma estratégia de racionalização implícita na informação e, conseqüentemente, uma estratégia de deslocamento. Para além disso, a notícia detalha o consentimento das amigas em manter relações sexuais com os agressores (ainda que, no caso de uma das amigas da vítima, seria invariavelmente considerado estupro de vulnerável, segundo o Artigo 214³⁰ do Código Penal Brasileiro, por conta de sua idade). Esta colocação põe em dúvida a palavra da vítima, mesmo quando, na mesma notícia, a própria vítima afirma que tanto ela quanto as amigas teriam ido ao hospital, o que não condiria com o consentimento prévio que as amigas supostamente teriam dado aos agressores. Podemos entender, assim, que o consentimento teria sido forçado, assim como ocorreu com a vítima. A forma como a notícia representa os eventos, no entanto, não permite com facilidade essa associação, dando espaço para uma possível culpabilização da vítima e o não reconhecimento das demais participantes como vítimas, o que pode ser entendido como um novo deslocamento.

No exemplo (11), é possível inferir o raciocínio lógico traçado pela notícia a partir da informação de que a vítima havia ingerido álcool, tido relações sexuais com um homem e dormido nua durante uma festa antes da violência ocorrer. A descrição do estupro em si ocorre de maneira superficial; o comportamento da vítima anterior ao ocorrido, no entanto, é o foco da notícia. Assim, a notícia potencialmente deixa de reportar o crime e passa a reportar como a mulher agiu de maneira a se colocar em uma posição vulnerável para sofrer o crime, o que podemos entender como um deslocamento.

O exemplo (12) traz em destaque a informação de que a festa onde o crime ocorreu teria sido convocada pelo Facebook, dado que não se relaciona com a violência sexual. É possível entender, aqui, uma tentativa de deslocamento e racionalização, removendo o foco da violência sexual para o local onde o estupro ocorreu. Ao se referir ao estupro, a notícia alterna entre os termos estupro e abuso sexual. Legalmente, tanto no Brasil quanto na Argentina³¹, não se diferencia estupro de abuso sexual, sendo ambos um constrangimento da vítima à submissão na prática de atos libidinosos; no entanto, semanticamente, o abuso sexual ainda é considerada uma prática mais branda. Sua ocorrência na notícia poderia conferir um eufemismo por parte

³⁰ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art217a

³¹ Fonte: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm#10> (Art. 119). Acesso em: 09/10/2015

do texto, uma outra estratégia de dissimulação definida por Thompson (1995a) como a redescritção de ações sociais de maneira a lhe emprestar valores positivos. Podemos encontrar um eufemismo, também, na expressão “teria sido seduzida por um homem de olhos claros”, que confere um teor romantizado à narração de uma ocorrência de estupro e, assim, removendo a seriedade do evento.

É importante também comentar a possibilidade da utilização da estratégia de narrativização nos textos em análise. A narrativização, para Thompson (1995a), institucionaliza tradições a partir de narrativas de eventos anteriores que legitimem o evento atual. Uma vez que as notícias contam o fato jornalístico a partir da perspectiva da vítima incorporada na voz policial, que narra apenas as ações anteriores da vítima, podemos entender que a narração policial (ou da própria notícia, no caso do Texto 4) cria esta legitimação ao normalizar a prática do estupro como consequência de ações específicas da vítima que supostamente a levariam a sofrer a violência sexual. Assim, a ocorrência do estupro é institucionalizada como uma resposta ao suposto comportamento “impróprio” da vítima em relação ao agressor ou ao contexto social em que se encontrava (enviar fotos nua, pegar carona com desconhecido, ir escondida ao baile funk etc.), normalizando assim a cultura do estupro e a culpabilização da vítima.

A partir dos exemplos citados acima, podemos entender que os textos potencialmente trabalham com estratégias de legitimação e dissimulação na reconfiguração o evento do estupro, além das participações de agressor e vítima, de forma a trazer para o foco as ações das vítimas em relação à violência sexual por elas sofrida, e potencializando o apagamento da participação dos agressores nos crimes por eles cometido. Essas percepções se repetem nas categorias de análise de representação dos atores e eventos sociais, como veremos a seguir.

4.2.2 Representação dos atores sociais

Em relação aos atores sociais representados nos textos, os papéis mais evidentes encontrados na análise foram as ativações e passivações. A diferenciação entre ativação e passivação, segundo van Leeuwen (2008, p. 33), é o que separa atores sociais entre forças motrizes e subordinados de uma ação social. Nos textos, os atores sociais que mais figuram os eventos são as vítimas, como nos exemplos a seguir:

(13) Adolescente **marca** encontro e é **estuprada** (Texto 1)

- (14) Jovem **manda** foto nua para foragido da prisão e **sofre** tentativa de estupro (Texto 2)
- (15) uma mulher de 33 anos **informou** aos policiais **ter pegado carona** com um homem desconhecido (Texto 3)
- (16) De acordo com a adolescente, o crime aconteceu na madrugada do último sábado (16), quando ela **teria ido** a um baile funk com mais três amigas escondida dos pais (Texto 4)
- (17) Uma mulher de 28 anos **acionou** a Polícia Militar (PM) na madrugada desse domingo (13) **alegando** ser vítima de um estupro (...). a vítima alega ter **ingerido bebida alcoólica** e **ido** para um dos quartos da casa com um rapaz (Texto 5)
- (18) Uma jovem de 19 anos **denunciou** quatro homens (...) por **terem abusado sexualmente dela** (...). A jovem **teria sido seduzida** por um homem de olhos claros (Texto 6)

Em todos os textos, as vítimas alternam entre papéis sociais ativos e passivos relacionados à violência por elas sofrida. No exemplo (13), a primeira ação social da vítima (“adolescente”) é marcar o encontro, o que a transforma em ator social ativo no evento em questão. Em seguida, ela sofre a ação do estupro, sendo um ator social passivo. No entanto, o fato de a primeira representação da vítima ser em uma ação social executada por ela potencializa a sua participação ativa no evento da violência sexual, possibilitando a sua culpabilização, ainda que o texto da notícia esclareça que o encontro não havia sido marcado com o homem que a abduziu. O mesmo ocorre no exemplo (14), em que a ação primeira do texto, no título, são as fotos que a vítima (“jovem”) haveria enviado para o agressor e, em seguida, há a tentativa de estupro sofrida pela vítima, o que também dá abertura para uma possível culpabilização da vítima, que teria sofrido na tentativa do estupro uma consequência do envio de suas fotos ao agressor. No exemplo (15), a ação em evidência é o da vítima (“mulher”) pegando carona com um homem desconhecido antes de o estupro acontecer, enaltecendo sua agência e, por consequência, sua potencial participação no próprio estupro, uma vez que a violência supostamente não teria ocorrido caso a mulher não tivesse tomado a atitude de pedir carona.

No exemplo (16), a vítima (“adolescente”) relata o crime, que haveria ocorrido após a ação social da vítima de sair de casa sem a autorização dos pais, o que potencializa a sua culpabilização, uma vez que a vítima estaria frequentando um local não permitido. A vítima ter saído de casa escondida dos pais é uma informação que não se relaciona com o crime, mas atribui um sentido de clandestinidade para as ações da adolescente. O Texto 4 também aponta para o fato de que ela aceitou (com relutância, por pressão das amigas) a carona que o DJ

oferecera, o que pode ser interpretado como um prévio consentimento; ou seja, a vítima teve agência no evento, uma vez que a atitude de aceitar a carona partiu dela. Mesmo quando a notícia relata o momento do estupro, quando a vítima foi obrigada a manter relações sexuais com o agressor, há a informação de que suas amigas consentiram em praticar o ato, empregando uma suspeita implícita quanto à veracidade do testemunho da vítima, que pode ser identificada na estruturação: “mas ela teria sido obrigada”.

O exemplo (17) conta com várias ações partidas do ator social vítima (“mulher”), desde o acionar das autoridades até a sua afirmação de ter ingerido bebida alcoólica e ido até um quarto com um homem (onde os dois tiveram relações sexuais). O momento do estupro só é explicado no parágrafo seguinte, fora do *lead*; desse modo, as informações mais relevantes a respeito do evento são ações exercidas pela vítima. As informações da ingestão de álcool e da relação da vítima com outro homem que não seu agressor, dentro do *lead*, configuram dados relevantes para a notícia. Assim, podemos entender que há uma culpabilização pelo evento do estupro na ênfase dos atos da vítima anteriores à violência sexual (como também veremos na representação dos eventos sociais no próximo item).

No exemplo (18), podemos mais uma vez ver a vítima em posição ativa ao denunciar seus agressores, e em posição passiva em “teria sido seduzida”. A escolha lexical em “seduzida”, conforme já dito anteriormente, chama a atenção para uma possível inocência da vítima em “ser enganada” pelo agressor, que a teria atraído para a agressão sexual. De acordo com o dicionário *Michaelis*, o ato de seduzir implica, entre outros significados, em “Desviar do caminho da dignidade e da honra; enganar com astúcia, levando à prática de atos censuráveis ou contrários à virtude, persuadir de coisa oposta à moral ou aos bons costumes”³². Dessa maneira, a vítima teria sido “corrompida” por um de seus agressores antes de a violência sexual ocorrer, o que poderia colocar em dúvida sua conduta moral ao ser levada pelo homem.

No que se refere à representação dos agressores, os textos, diferentemente do tratamento das vítimas, limitam-se a suas ações ligadas à violência sexual:

(19) ele a **levou** para um matagal e a **estuprou** (Texto 1)

(20) Um vidraceiro de 39 anos, foragido da prisão, foi detido enquanto **tentava ter relações sexuais forçadas** com ela (Texto 2)

(21) ele **desviou** o caminho e a **levou** até o matagal, onde **aconteceu o**

³² <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=seduzir>

estupro (Texto 3)

- (22) Após a festa, ele teria **oferecido carona** para elas (...). O homem **levou** as menores para o estúdio de música (...). Ele me **levou** pro quarto, **fechou** a porta e **tirou** a roupa. (...) ele me **jogou** na cama e **começou a fazer** várias coisas comigo. (Texto 4)
- (23) ela teria acordado com um outro homem sobre ela **praticando sexo sem seu consentimento** (Texto 5)
- (24) Lá, ele teria **começado a ter relações** com ela, contra a vontade da vítima. Outros três homens, aparentemente amigos do primeiro, chegaram e também **abusaram** dela. (Texto 6)

Ainda que a representação seja esperada, uma vez que as notícias são redigidas a partir dos relatos da vítima, é interessante comentar o déficit de foco dado aos agressores em relação às vítimas. No exemplo (19), o agressor (ou os agressores, de maneira implícita) são apenas representados sob uma perspectiva de agência uma vez, justamente no trecho acima. As demais informações da notícia são referentes às ações da vítima, como dito anteriormente.

No exemplo (20), o agressor aparece primeiramente em posição passiva, como beneficiário – segundo van Leeuwen (2008, p. 33), terceiros que se beneficiam (positiva ou negativamente) de uma ação social – do envio das fotos efetuado pela vítima. Apenas após essa informação há a ação social das “relações sexuais forçadas” do agressor contra a vítima. O perpetrador só volta a ser mencionado no nível de Explicação da notícia, em que há o relato de que ele havia ligado para a vítima e invadido sua casa para cometer o delito (“recebeu nesta terça uma ligação do rapaz (...) ele invadiu a casa dela e tentou obrigá-la a manter relações sexuais com ele”).

No exemplo (21), a relação do agressor com a ação do estupro é implícita. Van Leeuwen (2008, p. 29) fala sobre as diferentes maneiras de excluir a representação de um ator social dentro do texto. Uma delas é o *backgrounding*, que não menciona o ator social em relação a determinada ação, porém há a possibilidade de traçar a conexão por meio de inferências. No caso do agressor do Texto 3, a sua relação com o estupro é subentendida a partir da noção de que ele havia levado a vítima até um matagal. Em nenhum momento da notícia, no entanto, menciona-se que o mesmo homem a ter oferecido carona à vítima seria aquele a ter cometido o estupro. O mecanismo do *backgrounding*, portanto, retira completamente a agência do agressor, revertendo toda a atenção à vítima.

O exemplo (22) é o que contém mais informações sobre a ação social do agressor; podemos concluir que esta diferença seja por conta do discurso direto da vítima inserido na

notícia. Aqui, temos detalhes de todas as ações do homem (“oferecido carona”, “levou as menores” “levou pro quarto”, “jogou na cama, tirou minha roupa e começou a fazer várias coisas comigo”) que facilmente o enquadram como agressor. Entretanto, como já analisado anteriormente, as ações do homem seriam uma consequência das ações anteriores da vítima, que permanece em destaque na notícia.

Assim como no exemplo (19), o exemplo (23) também faz uma única menção à ação do agressor em relação à violência sexual contra a vítima. Pode-se entender, na diferença das representações (a vítima do Texto 5 havia consumido álcool e dormido nua em uma festa) entre agressor e vítima como uma relação de causa e consequência, como veremos no próximo item.

O exemplo (24), assim como no subtítulo do Texto 6, traz a informação de que o homem teria violentado a vítima, acompanhado de outros três homens. A informação, porém, só figura após a colocação de que a vítima teria sido “seduzida” por um de seus agressores, o que potencialmente remove o foco da ação social dos homens.

É possível, a partir da representação dos atores sociais, fazer associações com as vozes intertextuais dos textos. Podemos encontrar nas notícias as vozes de representações da força policial, seja pela citação direta de autoridades policiais, seja pela transposição do texto dos Boletins de Ocorrências registrados acerca dos crimes:

- (25) De acordo com informações da Central de Polícias (Centel), (...) (Texto 1)
- (26) Segundo a delegada Ana Cricia Macêdo, (...) (Texto 1)
- (27) Conforme informações da Polícia Civil, (...) (Texto 2)
- (28) De acordo com o relato da vítima aos guardas (...) (Texto 2)
- (29) Segundo as informações do relatório de ocorrências do Centro Integrado de Operações Policiais da PM (Ciop), (...) (Texto 3)
- (30) O G1 entrou em contato com a Polícia Civil, (...) (Texto 3)
- (31) A polícia já iniciou as investigações sobre o caso (...) (Texto 4)
- (32) Segundo o Boletim de Ocorrências registrado pela PM, (...) (Texto 5)
- (33) Ainda segundo ela relatou aos militares, (...) (Texto 5)
- (34) Segundo informações da Delegacia de Lavras, (...) (Texto 5)

Como podemos observar, a cadeia de gêneros se confirma nas referências do texto à voz policial, configurando uma potencial prática da produção de notícias a respeito desse tipo de caso. É evidente, ademais, a ausência da voz direta da vítima, que tem sua voz redirecionada pelo texto do Boletim de Ocorrências. Segundo Fairclough (1995, p. 81):

Reportagens são raramente equilibradas em relação às várias vozes representadas. A algumas é dada prominência, e outras são marginalizadas. Algumas são usadas para enquadrar outras. Algumas são legitimadas por serem assumidas pela voz do leitor ou repórter, e outras não são.

Assim, é possível entender que a voz policial ganha prominência nos textos acima, uma vez que configura a autoridade capaz de legitimar o fato jornalístico – uma titulação que, para van Leeuwen (2008), consiste em um tipo de categorização dos atores sociais a partir de seu título honorífico que ocupam na sociedade. A partir disso, podemos traçar a hipótese que a voz da vítima sozinha não tem caráter fatural, e necessita de um aparato legal para suportá-la. Mesmo no Texto 4, que contempla a voz direta da vítima na narração de seu depoimento, pode-se inferir uma relativa incerteza na validade do depoimento da vítima a partir do termo “Adolescente diz ter sido estuprada” logo no título da notícia. É possível verificar uma diferença no tratamento do discurso da vítima e do poder policial, que também pode ser observado nos Textos 3 e 5, respectivamente: “Mulher diz ter sido estuprada” e “...alegando ter sido vítima de um estupro”. As informações dadas pelas autoridades policiais possuem caráter oficial e são fatos jornalísticos, enquanto os depoimentos das vítimas a essas mesmas autoridades potencialmente configuram informação duvidosa, mesmo que nos Textos 4 e 5 o estupro tenha sido constatado via exame médico, e o 3 registre que a vítima foi encaminhada ao atendimento médico emergencial, o que também indicaria a violência sexual.

No Texto 6, é interessante notar que a fonte da notícia é outro jornal, aumentando ainda mais a distância entre notícia e fato jornalístico. Além disso, trata-se de um caso ocorrido em outro país, o que leva à dúvida a respeito de qual critério teria incentivado a produção dessa notícia. De acordo com Aguiar (2009), quanto mais negativo for um fato jornalístico em relação à realidade de seus leitores, maior é a probabilidade de que seu conteúdo seja noticiado. Assim, podemos entender que a notícia, que trataria de uma suposta violência sexual coletiva em uma festa seria um fato a ser veiculado, ainda que sob a tutela de outro portal de notícias. Aqui, a autoridade que configura a validade da notícia é o outro jornal, e as informações por ele veiculadas bastam à confecção da notícia.

Assim, é possível inferir que, na intersecção entre representação dos atores sociais e

intertextualidade, a voz da vítima não teria valor suficiente para conferir credibilidade à produção de uma notícia. É preciso enfatizar que a recorrência ao discurso policial é uma prática jornalística, e não podemos afirmar que a desvalorização da vítima seja deliberada. No entanto, o fato de haver uma cadeia de gêneros textuais a respeito da ocorrência de crimes que ignora o caráter humano do evento em favor da entidade institucional é uma característica a ser observada, pois não apenas potencializa a desvalorização da vítima como sua culpabilização, uma vez que os relatos dos Boletins de Ocorrências (que são redigidos pelos policiais, ainda que a partir da narração das vítimas), bem como as vozes diretas das autoridades policiais possuem sua própria carga de modalização que poderia vir a atribuir um pré-julgamento à posição da vítima.

Podemos entender, portanto, que, à exceção do Texto 3, em que o agressor não tem relação explícita com a violência sexual, todos os agressores são representados a partir de suas ações dentro das narrações oferecidas pela voz policial (e a voz da vítima no texto 4, porém também limitada ao evento do estupro). No entanto, suas ações são ofuscadas pelas ações executadas pelas vítimas, simultânea ou anteriormente ao evento do estupro, as quais poderiam potencialmente legitimar as ações perpetradas pelos agressores. Na próxima seção, portanto, veremos como se relacionam os diferentes eventos sociais mencionados nos textos em análise.

4.2.3 *Representação dos eventos sociais*

Quanto aos eventos sociais representados nos textos, como dito anteriormente, o evento principal da notícia é a violência sexual perpetrada contra a vítima. A representação, no entanto, é indireta, uma vez que as notícias dependem de relatos para remontar o fato jornalístico. Assim, podemos entender que as representações de um evento se dão em termos de outro; no caso, o relato das autoridades, do Boletim de Ocorrências ou da própria vítima, no caso do Texto 4. Os relatos que passam pelas vozes das autoridades, todavia, proporcionam uma representação ainda mais indireta do evento da violência sexual, uma vez que se trata de um relato de um relato, configurando um segundo filtro representativo do ocorrido.

Conforme van Leeuwen (2008, p. 106), a necessidade desse segundo filtro seria o caso de uma legitimação por autorização, uma vez que, assim como constatado nos termos da intertextualidade, o discurso policial confere ao relato reportado na notícia o status de verdade inquestionável. À exceção do Texto 6, que legitima o evento do estupro coletivo a partir da autorização do outro jornal cuja notícia servira de fonte, todos os textos utilizam a autorização do evento do estupro a partir do evento da confirmação dada pela entidade policial, seja de

maneira pessoal – “a autoridade legitimada é confiada a pessoas por conta de seus status ou papéis em uma instituição específica” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 106) – ou impessoal – legitimação a partir da palavra de outros textos e discursos. Nos textos em análise, podemos considerar a palavra policial direta ou em forma documental igualmente legitimadoras, uma vez que o registro dos Boletins de Ocorrências é feito por policiais; é a partir de sua palavra, direta ou indireta, que o evento se confirma. Mesmo o Texto 4, como pudemos ver anteriormente, que traz a representação da violência a partir do relato direto da vítima, traz na reportagem elementos discursivos que potencialmente colocam em dúvida a palavra da vítima.

Essa dúvida possivelmente ocorre porque tanto o Texto 4 quanto as demais notícias trazem eventos anteriores ou paralelos à violência, como forma de Contextualização do estupro, como podemos ver já nos títulos das notícias:

(35) Adolescente **marca encontro e é estuprada** em Pernambués, diz polícia (Texto 1)

(36) Jovem **manda foto nua** para foragido da prisão e **sofre tentativa de estupro** (Texto 2)

(37) Mulher diz ter sido **estuprada em carona com desconhecido** na PB (Texto 3)

(38) Adolescente **diz ter sido estuprada** por DJ **após sair de baile funk** no Rio (Texto 4)

(39) Mulher é **vítima de estupro em festa de república** em Lavras (Texto 5)

(40) Jovem argentina é **estuprada em festa convocada por evento no Facebook** (Texto 6)

A forma como eventos são ordenados em suas representações, segundo Fairclough (2003, p. 141) alude para uma potencial relação de sentido entre diferentes acontecimentos. No caso do exemplo (39), o evento “festa de república” é simultâneo, e contextualiza o local do evento “estupro”. No entanto, a ordenação dos eventos unida à posição passiva do ator social “mulher” poderia sugerir que a mulher estivesse em um local propício para a ocorrência de violência sexual, uma vez que festas universitárias comumente registram casos de estupro. Esta noção se amplia com a ação social da mulher de ingerir bebidas alcoólicas e dormir nua em um quarto durante uma festa, o que a teria deixado vulnerável e propensa a sofrer a violência sexual, como já vimos anteriormente.

Nos demais textos, os eventos possuem caráter consequente. No exemplo (35), título do Texto 1, bem como no *lead* (“Uma adolescente de 17 anos foi estuprada (...) após marcar um encontro com uma amiga”) o evento do encontro marcado se relaciona com o estupro, ainda que, na parte da Explicação da notícia, conste a informação de que a vítima não havia marcado o encontro com o(s) suposto(s) estuprador(es); ainda que fosse o caso, a relação de causa e consequência incentivada pelo título potencializa a culpabilização da vítima, pois pode levar o leitor a julgar prematuramente a vítima como alguém que teria deliberadamente ido de encontro à própria violência.

O título do Texto 2, exemplo (36), segue o mesmo padrão; o foco no evento “jovem manda foto nua para foragido da prisão” leva à uma potencial relação de causa e consequência, não apenas pelas representações dos atores sociais “jovem” e “foragido da prisão”, mas pelo ato do envio das fotos em si, que configuraria uma possível motivação para o estupro. No decorrer da Contextualização, o evento do envio das fotos volta a ser repetido, detalhando o conhecimento do agressor pela vítima e os antecedentes de seu relacionamento. Mais uma vez, o ordenamento dos eventos possibilita a culpabilização da vítima, uma vez que evoca a ideia de que a vítima não teria sofrido a agressão se não tivesse mantido contato íntimo com um foragido da prisão, configurando um pré-julgamento das ações da vítima perante o agressor.

No exemplo (37), podemos encontrar uma relação de causa e consequência na sobreposição dos eventos do estupro e da “carona com desconhecido”. É importante salientar que, no caso do Texto 3, o evento estupro só é citado uma vez no corpo do texto, sem ação social ou detalhamento do ocorrido (não há, por exemplo, informações sobre como ou quando a vítima teria conseguido acionar a polícia), enquanto o evento “carona” é detalhado duas vezes, no *lead* e na Explicação, enaltecendo a ação social da vítima. Essa evidenciação chama atenção para o possível julgamento da suposta “imprudência” da vítima, que não deveria ter pedido carona a um homem desconhecido, sob risco de sofrer violência sexual.

No exemplo (38), o evento “baile funk”, ainda que seja informação pertinente para o *lead* por informar o local onde o crime se iniciou, poderia ocasionar em um pré-julgamento da vítima por conta do valor social atribuído a este tipo de evento social (um local propenso a supostos “atos libidinosos”, como veremos também na análise do Texto 8). Além disso, há a especificação de que a vítima teria ido à festa sem o consentimento ou conhecimento dos pais, amplificando a sua possível culpa, uma vez que não possui a autorização parental para legitimar sua ação social. A culpabilização da vítima, entretanto, poderia estar mais associada ao evento “carona”, em que a vítima, ainda que pressionada por suas amigas, aceita o convite do futuro

agressor. Mais uma vez, o ordenamento dos eventos leva a uma potencial culpabilização de uma vítima que não deveria confiar em estranhos.

No exemplo (39), podemos questionar a relevância da informação de que a festa teria sido convocada por meio da rede social *Facebook*, uma vez que o dado não é determinante para o evento do estupro. Aqui, então, podemos entender na ordenação dos eventos um pré-julgamento das condições em que o crime ocorreu, pois supostamente se trataria de um evento não recomendável. Conforme já constatado anteriormente, entendemos que há uma eufemização no evento do estupro, a partir de termos que potencialmente abrandariam a violência sexual, trazendo à tona a suposta “sedução” sofrida pela vítima em relação ao seu agressor. Esta colocação também poderia configurar um pré-julgamento da vítima, que teria se “deixado levar” por um homem desconhecido “de olhos claros”, que a teria agredido sexualmente em seguida. Também é importante salientar que a fotografia inserida no corpo do texto retrata a cena onde o crime teria ocorrido. Essa fotografia poderia se tratar de uma legitimação multimodal, que, de acordo com van Leeuwen (2008, p. 119-120), é uma maneira de utilizar recursos visuais ou auditivos para representar determinado evento, com a finalidade de reiterar o que é expressado discursivamente em texto. Na legenda, encontramos a informação de que “Durante a festa, o ambiente estava escuro e iluminado apenas por um globo”; podemos, assim, entender que a fotografia foi utilizada como uma maneira de explicar por que o crime teria ocorrido – não pela ação dos agressores, e sim porque o ambiente estava escuro, facilitando o estupro.

Em todos os textos, podemos encontrar potencial linguístico-discursivo para legitimações por racionalização voltadas para o meio. Segundo van Leeuwen (2008, p. 114), essas legitimações constroem o propósito da ação como um meio voltado para o fim, em um sentido que não acentua a agência dos atores sociais, e sim trata o evento como uma fórmula circunstancial, do tipo “Chegar a x por meio de y”. No caso das notícias, pois, a ação anterior da vítima legitima o estupro sofrido, ignorando a agência do agressor. No Texto 1, a vítima teria sido estuprada por meio do encontro marcado; no Texto 2, pela foto íntima enviada ao agressor; no Texto 3, pela carona pedida a um desconhecido; no Texto 4, por aceitar a carona do DJ (e por sair de casa sem a autorização dos pais para ir a uma festa, o que também poderia configurar com uma espécie de avaliação moral da conduta da vítima); no Texto 5, pela ingestão de álcool e por dormir nua em uma festa; no Texto 6, por ser “seduzida” por um homem desconhecido.

4.3 No certame da opinião: análise dos artigos

O segundo vértice de análise desta pesquisa é o de dois artigos de opinião publicados em portais jornalísticos da Internet. A escolha pelo gênero textual artigo de opinião ocorreu pela intenção de obter noções discursivas a respeito de algumas ideologias que giram em torno do tema estupro e culpabilização da vítima no cenário jornalístico opinativo brasileiro. Enquanto as notícias me forneceram dados sobre como os eventos concretos de casos de estupro são representados, os artigos possuem o potencial de apresentar a representação das práticas sociais vigentes no que concerne o assunto em específico. Para isso, resolvi selecionar dois textos os quais julguei apresentarem visões diferentes sobre a questão do estupro e culpabilização da vítima.

O Texto 7 é um artigo da jornalista Gabriela Loureiro, publicada no portal *Brasil Post* no dia 28 de março de 2014 (para texto na íntegra, conferir Anexo 7). A seleção do texto ocorreu por conta da crescente expansão do site *Brasil Post* na Internet brasileira. Versão do jornal eletrônico americano *Huffington Post* em parceria com o *Grupo Abril* no Brasil, o *Brasil Post* foi lançado em janeiro de 2014, sendo o décimo país a abrigar uma versão do *Huffington Post* no mundo e primeira na América do Sul. Segundo o próprio site³³, as publicações do jornal assumem posições deliberadamente progressistas, colocando-se a favor de pautas como respeito aos direitos humanos, direitos LGBT, empoderamento feminino etc. Além disso, a premissa do site é reunir blogueiros de várias origens e contextos sociais³⁴ para estabelecer discussões amplas sobre diversos assuntos da realidade brasileira, reunida à opinião pública presente nos comentários, os quais o site alega sempre responder.

No caso do Texto 7, de título *Protesto online motivado por pesquisa do Ipea convoca selfies de topless contra o estupro*, o foco do texto é falar a respeito do protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, motivado pela publicação dos resultados da pesquisa do IPEA (2014), especificamente por conta do resultado que demonstrou que 65,1% (26%, após a errata) dos entrevistados concordavam total ou parcialmente com a noção de que mulheres que se vestem com roupas curtas merecem ser atacadas.

O Texto 8 é o artigo do jornalista Rodrigo Constantino, publicada no *blog* da revista *Veja* no dia 28 de março de 2014 (para o texto na íntegra, conferir Anexo 8). A escolha pelo texto foi motivada pela grande visibilidade evocada pela revista *Veja*, revista semanal de expressivo consumo pelo público da classe média brasileira. Com uma tiragem semanal que

³³ Fonte: http://www.brasilpost.com.br/2015/01/28/entenda-o-brasil-post_n_6551094.html. Acesso em: 11/10/2015

³⁴ Fonte: http://www.brasilpost.com.br/arianna-huffington/boasvindas-apresentando-o_b_4676219.html. Acesso em: 11/10/2015.

ultrapassa a marca de um milhão de cópias, a revista, que também pertence ao *Grupo Abril*, ocupa uma posição de destaque no que se refere à distribuição de conteúdo jornalístico no Brasil, ainda que esse conteúdo seja constantemente contestado por sua suposta posição liberal e conservadora, e sua tendência a reproduzir discursos preconceituosos que sejam concordantes com o pensamento da classe média brasileira. (KUCINSKI, 1999).

A versão em *blog* da revista conta com uma maior quantidade de artigos dos colunistas que também escrevem para a revista, com o diferencial de que esses artigos podem ser publicados a qualquer momento, uma vez que o conteúdo *online* não possui um contingente a ser respeitado. É o caso do texto selecionado, de título “O estupro é culpa da mulher seminua? Não! Mas...”. A premissa do artigo é refletir sobre o resultado da pesquisa do IPEA (2014), anunciado dois dias antes da publicação do texto, sobretudo no que diz respeito à porcentagem (anterior à reaplicação da pesquisa) de 58,5% dos entrevistados que concordaram total ou parcialmente com a ideia de que haveria menos estupros caso as mulheres soubessem se comportar.

O gênero textual situado a ser abordado neste artigo é o artigo de opinião, que faz parte da esfera social referente ao jornalismo (RODRIGUES, 2000), e possui características que determinam sua organização em termos gerais. Os artigos de opinião têm como pauta questões que estejam sendo discutidas no cotidiano social, político ou econômico; parte do autor o recorte temático a ser feito (ao contrário de notícias, que possuem uma estrutura mais concreta), bem como as observações realizadas ao longo do texto.

Artigos de opinião possuem o objetivo de argumentar em resposta a alguma dessas questões sociais. Há, portanto, um diálogo intertextual entre o artigo e os assuntos por ele tratado, no qual o autor irá sempre discordar ou concordar com o que lhe foi propositado, e sempre em um movimento de resposta – um artigo de opinião, via de regra, não inicia um diálogo. O objetivo dessa argumentação é, segundo Bräkling (2000, p. 226): “convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes”. Desse modo, o autor busca forjar uma aliança com seus leitores por meio da construção lógica realizada em seu texto. O discurso é diretamente voltado para os leitores, o que difere o artigo de outros gêneros textuais jornalísticos como notícia, coluna e editorial.

Também é válido observar que os artigos em questão foram publicados em meio eletrônico e, portanto, seguem uma linha diferenciada em relação ao jornalismo opinativo

impresso tradicional. Para Seixas (2003), o artigo de opinião, quando escrito para a Internet, carrega a marca do autor, sua representatividade. Isso ocorre porque colunistas do jornalismo na rede, ou *webjornalismo*, em geral possuem uma página dedicada às suas publicações, o que lhe garante uma espécie de estatuto social, que associa o conteúdo dos textos ao nome que os assina: “o colunista, assim como qualquer agente do ambiente digital, atua através de uma representação de si mesmo, de imagem tecnológica” (SEIXAS, 2003, p. 90). Assim, enquanto no jornalismo impresso, a organização do conteúdo ocorre por meio da lógica da periodicidade, o jornalismo eletrônico se vale da assinatura do autor, o qual tem a liberdade/responsabilidade de criar ou se adaptar aos hábitos de seus leitores, os quais terão um acesso muito mais amplo do que teriam na versão impressa.

Enquanto o Texto 8 se adequa mais tradicionalmente ao gênero textual artigo, fazendo ponderações a respeito dos dados apresentados, o Texto 7 potencialmente denota características de entrevista, ao trazer uma voz direta externa que depõe a respeito de questões levantadas no texto. Desse desencaixe genérico (cf. FAIRCLOUGH, 2003), é possível inferir que há uma importância maior dada à voz da participante entrevistada, o que também pode identificar nas demais categorias de análise. Essa maior importância que potencialmente justifica a presença do gênero desencaixado serve a um possível objetivo de enfatizar a voz do ator social em questão (o que será analisado também no item 4.3.4).

4.3.1 Modos de operação da ideologia

No que se refere aos modos de operação da ideologia, os sentidos potenciais das estratégias simbólicas dos textos 7 e 8 seguem linhas diversas. É importante entender, a princípio, que ainda que o Texto 7 potencialmente defenda ideais contra-hegemônicos de luta contra a estrutura social machista, sua representatividade enquanto artigo publicado em um jornal eletrônico lhe confere uma certa visibilidade em relação a outros discursos contra-hegemônicos. Thompson (1995a) observa que:

A ideologia dominante, ou a ideologia do poder dominante, pode incorporar elementos tirados dos grupos ou classes subordinados, e podem existir ideologias ou “subsistemas ideológicos” que correspondam a grupos ou classes subordinados e que tenham uma “relativa autonomia” com respeito à ideologia dominante. Mas esses subsistemas ideológicos são pressionados pela ideologia dominante; eles são parte de um campo ideológico que é, em última instância, estruturado pela ideologia da classe dominante. (THOMPSON, 1995a, p. 126)

A partir dessa perspectiva, escolhi analisar os modos de operação da ideologia presentes no Texto 7 entendendo-o como contra-hegemônico, mas relativamente autônomo. Assim sendo, como podemos entender que o Texto 7 propaga ideologias feministas de sororidade entre mulheres (o que já havia sido identificado na análise da intertextualidade), é possível encontrar uma recorrência da estratégia de padronização, uma vez que o texto se refere a todas as mulheres como uma unidade, como pode ser observado no trecho a seguir:

(41) Se as próprias **mulheres** não se unirem contra a violência contra a mulher, “quem poderá nos defender”? A cavalaria não está a caminho, **senhoras**. Eu não mereço ser estuprada, e você? (Texto 7, grifo próprio)

Ao utilizar o termo “mulheres” e “senhoras”, o texto se destina a todas as pessoas que se identificam como mulheres, convocando-as a assumirem uma postura de solidariedade entre si mesmas. Ainda nesse trecho, também é possível identificar duas estratégias de tropo como metáforas nos termos “quem poderá nos defender” e “A cavalaria não está a caminho”. O primeiro termo se refere a uma máxima do programa mexicano Chapolim Colorado, exibido na televisão aberta brasileira; a pergunta é feita sempre quando uma personagem está em perigo, e a resposta esperada é a aparição do super-herói Chapolim Colorado. No texto, então, podemos entender que a referência serve ao propósito de demonstrar às mulheres referidas que não há um super-herói que as possa salvar. No mesmo sentido, o segundo termo se refere à ideia de uma cavalaria que viria em socorro dos oprimidos.

É possível ponderar a respeito de as duas metáforas se referirem ao imaginário de homens que salvam mulheres, criando o sentido potencial de que as mulheres não devem contar com os homens para resolverem seus problemas sociais. Lakoff e Johnson (2002) apontam que as estruturas metafóricas presentes em uma dada cultura estão coerentes com os conceitos fundamentais dessa cultura. Dessa maneira, há a correlação entre a ideia do masculino e a representação do herói, presente no imaginário da sociedade consumidora de produtos de entretenimento que propagam essa ideologia; no Texto 7, no entanto, há uma possível tentativa de desconstrução desse imaginário, como uma maneira de empoderar as mulheres a assumirem o papel de suas próprias salvadoras.

Outra metáfora pode ser encontrada no trecho previamente citado, que se refere à ideia de que o apelo sexual simbolizando a liberdade sexual da mulher seria uma prisão para as mulheres. O termo “prisão” potencializa a ideia de que as mulheres estão reféns da própria ideologia que supostamente as libertaria. Assim, o texto coloca que o apelo sexual interfere na liberdade da mulher, uma vez que as torna objetos que, por natureza, são manuseados e

desprovidos de volição. Podemos inferir que a intenção do texto seja chamar as mulheres a combater essa noção, e entenderem que são autônomas em relação a seus próprios corpos.

No Texto 8, por outro lado, há a presença de um discurso potencialmente hegemônico; ainda que o texto afirme que a mulher não deve ser culpada pelo estupro sofrido, sua argumentação apresenta algumas ressalvas a respeito do assunto:

(42) O Brasil precisa evoluir e muito ainda. Ao menos a imensa maioria acha que o homem que bate na mulher deve ser preso. Menos mal. **Mas essa mentalidade que culpa a própria vítima pelo estupro é absurda, chocante. É análoga àquela que culpa o rico pelo seqüestro ou assalto, como se a própria desigualdade em si desse o direito de o ladrão roubar.**

Dito isso, e deixando bem claro que nada justifica estupro ou assalto, **podemos ser realistas e compreender que, se a ocasião não faz o ladrão, ao menos pode estimulá-lo.** Veja bem: Sakamoto cai no ridículo quando culpa o dono do carro pelo assalto, apelando para o sensacionalismo de esquerda; mas **eu não iria com o Porsche que (infelizmente) não tenho para a Rocinha desfilar.**

(...)

O que quero dizer com isso? Que ninguém tem o direito de estuprar ou roubar, que ninguém “merece” passar por isso, e que a vítima não pode ser transformada em culpado; mas que, feita essa ressalva importante, **seria bom manter o realismo e compreender que, nem por isso, devemos dar tantas chances ao azar.** (Texto 8, grifo próprio)

Neste exemplo (42), o Texto 8 introduz sua proposta: estabelecer uma analogia entre a culpabilização da vítima de estupro e a vítima de assalto. Enquanto, *a priori*, o autor afirma que não concorda com a culpabilização da vítima, os parágrafos seguintes se apegam à ideia de “ser realista” para afirmar que, da mesma forma que uma pessoa de grande posse econômica não deveria ostentar seus bens materiais, a mulher não deveria ostentar o próprio corpo e se colocar a mercê de possíveis estupradores. Essa pode ser considerada uma estratégia de racionalização: o autor introduz uma explicação lógica para fundamentar seu argumento, comparando o corpo da mulher a objetos de valor material. Desse modo, ao mesmo tempo em que nega apoiar a culpabilização da vítima, o autor potencialmente reitera a percepção social, além de objetificar o corpo da mulher como um atributo a ser colocado à mostra e que atrai estupradores tal qual ladrões são atraídos por bens materiais – o que também pode ser interpretado como uma estratégia de tropo, uma vez que se estabelece uma comparação entre o corpo da mulher e objetos de valor material, dissimulando a existência da mulher enquanto participante da vida

social. Para Lakoff e Johnson (2002), metáforas estruturais, nas quais um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro, criam similaridades entre conceitos. Assim, pode-se entender que uma possível comparação entre o corpo da mulher e bens materiais cria a similaridade de objeto, o que também havia sido identificado no Texto 7, porém de maneira explícita e denunciativa.

- (43) **Há estudos e pesquisas, como já comentei aqui, mostrando correlação entre a revolução sexual e o aumento nos casos de estupro. E não é um fenômeno brasileiro, mas mundial. Sexualidade cada vez mais precoce, funk estimulando a vulgaridade, mulheres provocativas rebolando seminuas até o chão, tudo isso atrai estupradores como moscas ao mel.**

Reconhecer essa obviedade não é o mesmo que culpar a mulher pelo estupro. Claro que não. É apenas **ser realista a ponto de atestar que, dado o ambiente pré-civilizatório em que ainda vivemos, tudo isso acaba estimulando o crime, da mesma forma que um desfile com Rolex nas favelas cariocas faria (a menos que te confundam com o traficante do pedaço).** (Texto 8, grifo próprio)

No exemplo (43), o texto faz a referência aos estudos e pesquisas sobre a chamada revolução sexual. É possível entender esse momento como uma legitimação a partir da estratégia de narrativização, trazendo um aspecto ocorrido ao longo da história da humanidade para explicar uma prática atual; ou seja, que a sexualidade exacerbada legitima a ocorrência de estupros na sociedade moderna. Novamente, é possível identificar uma estratégia de deslocamento, uma vez que o autor remove a negatividade do estupro e a transfere para a liberdade sexual da mulher – mais uma vez, potencialmente aferindo à mulher a responsabilidade pela violência que poderá vir a sofrer a partir de seu comportamento “vulgar”.

No parágrafo seguinte, podemos encontrar uma estratégia de naturalização quando o autor se refere ao “ambiente pré-civilizatório” como uma condição da sociedade brasileira. Há também, uma outra potencial estratégia de tropo na comparação explícita entre as mulheres se portarem com “vulgaridade” e a ostentação de um bem material de alto valor em uma região habitada por pessoas com poucos recursos financeiros. Ao fazer essas afirmações para justificar a “estimulação” ao crime, o Texto 8 naturaliza, assim, não apenas a prática do estupro como a de outros delitos, relegando-as à natureza do povo brasileiro.

- (44) Isso não nos impede, todavia, de constatar que a **licenciosidade e a libertinagem crescentes têm colaborado como estimulante para os tarados em potencial.** Junte-se a isso a cultura machista e o ambiente de impunidade, e temos o quadro perfeito para a desgraça.

Enquanto a cultura do machismo não desaparece, e a punição exemplar não vem, **seria recomendável, sim, que as moças apresentassem um pouco mais de cautela, mostrassem-se um tiquinho só mais recatadas, e preservassem ligeiramente mais as partes íntimas de seus corpos siliconados. Não tenho dúvidas de que “garotas direitas” correm menos risco de abuso sexual.**

Vou apelar para o *reductio ad absurdum* na esperança de deixar meu ponto ainda mais claro: **a mulher que vai a um canteiro de obras no final do expediente, começa a rebolar até o chão dançando “na boquinha da garrafa” seminua, acha que exerce alguma influência no risco de descontrole sexual de algum potencial tarado no local, ou não?** (Texto 8, grifo próprio)

É possível encontrar, no primeiro parágrafo do trecho, a estratégia de tropo na denominação de estupradores como “tarados em potencial”, uma eufemização que age na dissimulação do caráter violento do estupro, diminuindo a natureza da transgressão sexual do estuprador e potencialmente banalizando um ato criminoso. E, mais uma vez, há uma estratégia de racionalização, uma vez que o autor estabelece uma relação de causa (“licenciosidade e libertinagem crescentes”) e consequência (“a desgraça” – casos de estupro) para a realidade da violência sexual contra a mulher.

Em seguida, o texto enfatiza as diferenças entre mulheres “direitas” e as que se vestem com roupas não consideradas “recatadas”. Aqui, uma potencial estratégia de fragmentação, a diferenciação, marginaliza as mulheres que, no ponto de vista do texto, são o alvo dos estupros na sociedade, apontando que a violência sexual não ocorre com mulheres que se vestem de maneira mais “cautelosa”. Ocorre, ainda, uma possível unificação por padronização, na descrição do que o texto implicitamente declara ser a mulher estuprada – não “recatada”, com as partes íntimas “não preservadas” e “corpos siliconados” –, estabelecendo um padrão de vítima a partir de sua aparência.

Ademais, tal qual “tarados em potencial”, o texto banaliza e potencialmente ridiculariza a imagem da “típica” mulher estuprada, criando uma relação de metonímia (tropo) entre “corpos siliconados” e a vulgaridade que se opõe ao pudor por ele celebrado nas mulheres “direitas”. Podemos entender, portanto, que o texto se contradiz mais uma vez ao recomendar que as mulheres fiquem atentas à exposição de seus corpos de modo a não incentivar o estupro, configurando uma prévia culpabilização da vítima.

Fairclough (2003, p. 55) afirma que pressuposições, implicações lógicas de sentido, são instrumentos discursivos valiosos, servindo ao propósito da manutenção hegemônica e dominação a partir da “capacidade de moldar de maneira significativa a natureza e o conteúdo”

dos sentidos compartilhados socialmente. Isto posto, podemos entender que há uma pressuposição no texto de que as mulheres estupradas possuem características específicas que supostamente atraem o estupro, enquanto mulheres “direitas” estariam seguras e livres da ameaça de violência.

O terceiro parágrafo do trecho é ainda mais assertivo em termos de argumentação – o próprio autor assume que recorre a uma situação absurda. No entanto, o recorrer é em si uma potencial forma de legitimação por racionalização; ao apelar a um contexto fora da realidade, o texto deixa clara a sua intenção de estabelecer um vínculo direto entre o comportamento da vítima e a reação do agressor de praticar o estupro. Desse modo, o texto potencialmente legitima o *status quo* de repressão da sexualidade do feminino por meio da culpabilização da vítima, confirmando a tese de que seu texto nega a tese por ele proposta no próprio título.

Podemos entender, assim, que, no que concernem os modos de operação da ideologia, os artigos divergem significativamente no que se refere ao entendimento da posição da mulher vítima de estupro. Enquanto o Texto 7 apela para a união das mulheres no combate ao entendimento da culpabilização da vítima, o Texto 8 potencializa a percepção da culpabilização da vítima, legitimando discursivamente a violência e sugerindo que mulheres ocupem os espaços de pertencimento e tenham a conduta considerados adequados para a masculinidade hegemônica para que não sofram com a ameaça do estupro.

4.3.2 Representação dos atores sociais

Nos dois artigos, as representações dos atores sociais giram em torno, principalmente, da mulher como ator social. “Mulheres” é um termo recorrente, que denota uma identificação por classificação, uma vez que são reconhecidas por seu papel social de gênero textual. Em ambos os textos, também pode-se observar que os atores sociais “mulheres” estão quase sempre em posição de ativação, com destaque em suas ações sociais. A diferença de um texto para o outro nesse quesito reside em quais são essas ações relacionadas a esses atores.

No Texto 7, “mulheres” estão, em geral, associadas a ações de combate à repressão da liberdade sexual, como um chamado à ação para o protesto e pela sororidade feminina, como nos trechos:

- (45) É preciso falar a elas, dizer que elas podem, sim, **questionar e abusar** dos decotes e das minissaias com a convicção de que não merecem ser vítimas de nenhuma violência

(46) Se as próprias mulheres **não se unirem** contra a violência contra a mulher (...) (Texto 7, grifo próprio)

A associação dos atores sociais “mulheres” às determinadas ações sociais acima grifadas potencializam a ideia de uma nova representação das mulheres como atores sociais que se diferencie dos papéis passivizados como encontrados em “As mulheres **são tão oprimidas**”, da classificação das mulheres como “**‘vadia’, ‘baranga’**”, ou das ações sociais relacionadas a valores negativos, em “**‘quer aparecer’, ‘não se dá o respeito’** ou **‘fez por merecer’**”.

No Texto 7, há uma preocupação em trazer a reação do público à publicação do resultado da pesquisa, uma vez que a premissa do artigo é falar sobre o protesto gerado por essa reação. O texto, então, conta com citações diretas de diversas publicações em redes sociais (*Facebook* e *Twitter*), as quais convocam pessoas a protestarem e firmarem suas posições contrárias a suposta realidade social brasileira de opressão à liberdade sexual da mulher.

A principal voz encontrada no Texto 7 é a da organizadora do protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, Nana Queiroz. Além de descrever as medidas tomadas pela organizadora, falando a respeito do evento criado na rede social *Facebook*, da quantidade de participantes e da maneira como o protesto se daria, o artigo toma forma de reportagem ao fornecer depoimentos da organizadora ao jornal, tornando explícita a intertextualidade. Podemos inferir que o papel social de jornalista, nesse caso, ganha um valor positivo de autoridade, o que lhe daria fundamento intelectual para opinar sobre o assunto. Além disso, o ator social “Nana Queiroz” está ativado nas ações:

(47) A jornalista Nana Queiroz **criou** um evento no Facebook (...)

(48) Nana **disse** ao Brasil Post que **teve** a ideia quando **viu** o resultado da pesquisa (...)

Essas ativações permitem a inferência de que o protagonismo da criadora do evento possui uma carga positiva e, por isso, merece o destaque dado. Dessa maneira, podemos entender que a iniciativa do protesto é algo a ser celebrado e de onde as mulheres deveriam se inspirar para que exerçam a “solidariedade” proposta pelo texto. Além disso, podemos afirmar que a presença marcada da fala de Nana Queiroz possui uma conotação positiva, uma concordância do texto com as ações realizadas pela organização do protesto e as motivações que o trouxeram à tona, além de trazer a justificativa para a suposta grande maioria de mulheres concordantes com a ideia de que mulheres que se vestem com “roupas curtas” merecem “ser

atacadas”:

- (49) “Muita gente tem falado que a maioria das entrevistas eram mulheres e usado isso para atacá-las, afirmando que são machistas. Eu proponho um novo viés: as mulheres são tão oprimidas que apenas reproduzem a opinião masculina, sem sentir-se no direito de ter uma opinião própria. **É preciso falar a elas, dizer que elas podem, sim, questionar e abusar dos decotes e das minissaias com a convicção de que não merecem ser vítimas de nenhuma violência**”, afirmou Nana ao Brasil Post. (Texto 7, grifo próprio)

Podemos entender, no exemplo (49) acima, que o empréstimo da voz da participante se dá em uma tentativa de não apenas discursar a respeito da motivação do protesto, mas de inspirar a atitude de conscientização em direção à libertação sexual da mulher e da não culpabilização da vítima. Essa visão é potencialmente reafirmada em outra voz externa, dessa vez na menção de uma discussão proposta em um evento anterior, que questionava o *status* de liberdade sexual da mulher ocidental, quando comparada à realidade das mulheres do Oriente Médio, ponderando que a suposta libertação da mulher ocidental na forma de apelo sexual poderia ser transformar em uma prisão. A partir dessa menção, o texto traz a ressalva:

- (50) Sempre foi uma prisão, na verdade. Faz parte de uma mentalidade misógina que objetifica o corpo da mulher. Durante o Huff Post Live, cantei a bola de que falta solidariedade entre as mulheres. Em outras palavras, **falta se entender como um ser humano livre e dono de seu corpo e suas vontades, assim como todo mundo**. (Texto 7, grifo próprio)

A partir desse posicionamento identificado no exemplo (50), o texto retoma os dois textos anteriores para estabelecer o entendimento de que as mulheres precisam se unir para derrubar a perspectiva misógina do corpo objetificado da mulher, trazendo uma conotação feminista ao discurso veiculado e, assim, chamando à ação social das mulheres.

É importante ressaltar que os homens não são citados ao longo do texto. Há a inferência de sua participação em “uma mentalidade misógina que objetifica o corpo da mulher”, porém de maneira impessoalizada e generalizada. Dentro do contexto do texto, que eleva o protagonismo da mulher em defesa de seus corpos, podemos entender essa supressão do papel do homem como uma tentativa não de discutir a questão do estupro contra a mulher e a maneira como ele ocorre, e sim o que as mulheres podem fazer a respeito. A supressão, portanto, serve ao propósito potencial de empoderar as mulheres, promovendo a união feminina contra a violência.

No Texto 8, a ativação do papel social das mulheres possui significados potenciais

diversos. Há uma noção de que as mulheres tenham atitudes prévias que podem ou não colaborar para o estupro, a depender do caráter dessas atitudes, em:

- (51) “**seria recomendável**, sim, que as **moças apresentassem** um pouco mais de **cautela**, **mostrassem-se** um tiquinho só mais **recatadas**, e **preservassem** ligeiramente mais **as partes íntimas de seus corpos siliconados**. Não tenho dúvidas de que **‘garotas direitas’ correm menos risco de abuso sexual**” (Texto 8, grifo próprio).

Essa noção ocorre a partir da modalização em “seria recomendável”; para Fairclough (2003), partindo de Halliday (1994), a modalidade é um julgamento feito sobre uma prática social, o qual denota a posição do ator que a julga. No caso do texto em questão, haveria uma modalização de obrigação, uma recomendação feita às mulheres sobre a sua forma de agir. A partir desse argumento, o texto potencializa a ideia de que a opção de sofrer ou não o estupro esteja no controle da mulher, de acordo com seu comportamento ou aparência. São, assim, na perspectiva do texto, os atores ativos da prática do estupro, uma vez que são consideradas as forças que influenciam a prática, como em:

- (52) (...)a mulher que **vai** a um canteiro de obras no final do expediente, **começa a rebolar** até o chão dançando ‘na boquinha da garrafa’ seminua, acha que **exerce** alguma **influência** no risco de descontrole sexual de algum potencial tarado no local, ou não? (Texto 8, grifo próprio)

Ainda nessa vertente, é importante observar a avaliação, a forma de classificação dos atores sociais de acordo com conceitos positivos ou negativos (VAN LEEUWEN, 2008, p. 45), presente nas expressões “garotas direitas”, “corpos siliconados” e “potencial tarado” (ou “tarado em potencial”). No primeiro caso, a avaliação é positiva, e o que pode ser considerada uma metáfora orientacional, nos termos de Lakoff e Johnson (2002), que apontam que as metáforas orientacionais ou de espacialização variam de acordo com a cultura em que se inserem. Dessa maneira, e principalmente considerando que o Texto 8 é de uma publicação com tendências liberais e conservadoras, podemos entender que “direita” é um termo positivo a partir dos preceitos políticos, uma vez que se trata de uma metáfora da posição política conservadora, existente desde a Revolução Francesa (cf. LAPONCE, 1981). Assim, a ideia de que uma garota seja direita, conservadora, é uma característica a ser enaltecida (também nos termos da feminilidade enfatizada em relação à masculinidade hegemônica).

Em contraposição, mulheres com “corpos siliconados” ganham uma conotação negativa, em um entendimento de que há uma ideia metonímica – ou somatização, que, para

van Leeuwen (2008, p. 47), “pode adicionar conotações positivas ou negativas a uma ação ou enunciado de um ator social” –, na referência do corpo representando a mulher. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 96), metonímias são sistemáticas a partir da maneira como se organizam pensamentos e ações, uma vez que “permitem-nos conceptualizar uma coisa por sua relação com outra”. Assim, a somatização da mulher a partir de seu corpo é uma desumanização em si próprio, uma vez que permite a inferência de que o argumento do texto se organiza partindo dessa premissa. A avaliação em “siliconados” se refere a um corpo modificado cirurgicamente e, dentro do contexto de que são partes de corpos a serem “preservados” da exposição, possibilita a compreensão de que são ações a ser repreendidas.

Já em “potencial tarado”/“tarado em potencial”, existe uma avaliação que potencialmente marginaliza homens que exercem a prática do estupro. Segundo o dicionário *Michaelis*, as concepções de “tarado”³⁵ giram em torno da ideia de um indivíduo “desequilibrado moral ou mentalmente”, ou “indivíduo maníaco ou apaixonado por alguma coisa”. Assim, há a possibilidade da inferência de que homens que praticam estupro são desequilibrados, caricatos, e, por esse motivo, não são uma regra social.

Além disso, os termos “potencial tarado” e “tarado em potencial”, bem como os termos “estupradores” e “crime”, estão sempre em posição passiva, como sofrendores de ações alheias a eles:

- (53) **Sexualidade** cada vez mais precoce, **funk estimulando a vulgaridade, mulheres provocativas** rebolando seminuas até o chão, **tudo isso atrai estupradores como moscas ao mel.**
- (54) (...) **tudo isso acaba estimulando o crime**, da mesma forma que um **desfile de Rolex nas favelas cariocas** faria (...)
- (55) (...) **licenciosidade e libertinagem** crescentes **têm colaborado como estimulante para os tarados em potencial.**
- (56) (...)acha que **exerce alguma influência** no risco de descontrole sexual de algum **potencial tarado** no local, ou não? (Texto 8, grifo próprio)

Nos exemplos acima, podemos entender que há uma tendência a colocar o agressor em posição passiva de beneficiação, sofrendo a influência/o estímulo externos que o leva a tomar a atitude do estupro. As comparações a “moscas ao mel” e “desfile de Rolex nas favelas cariocas”, unidas a “eu não iria com o Porsche que (infelizmente) não tenho para a Rocinha

³⁵ Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tarado>

desfilar” e “eu não faria um banquete diante de uma legião de famintos” intensifica essa percepção de inevitabilidade do estupro diante da suposta “tentação”, e potencializa, assim como observado nos modos de operação da ideologia, a noção de causa (“provocação” da mulher e do ambiente sexualizado) e consequência (estupro).

É importante observar que o Texto 8 utiliza-se de outros textos para estabelecer relações de discordância. Há uma constante recorrência à voz de um texto do blogueiro Leonardo Sakamoto, que supostamente defende a não ostentação de bens materiais como forma de combate à criminalidade. A partir dessa premissa, o texto traça analogias para estabelecer sua argumentação, como pode ser observado no trecho abaixo:

(57) Dito isso, e deixando bem claro que *nada* justifica o estupro ou assalto, podemos ser realistas e compreender que, se a ocasião não faz o ladrão, ao menos pode estimulá-lo. **Veja bem: Sakamoto cai no ridículo quando culpa o dono do carro pelo assalto, apelando para o sensacionalismo de esquerda; mas eu não iria com o Porsche que (infelizmente) não tenho para a Rocinha desfilar.** (Texto 8)

Dessa maneira, o texto recorre ao mecanismo da intertextualidade para realizar uma transferência de contexto, potencialmente comparando a ação social da suposta ostentação do corpo da mulher a uma situação de assalto de bens materiais, o que pode ser entendido como uma objetificação do corpo da mulher, além de potencializar a culpabilização da vítima, que supostamente exibiria seu corpo tal qual um indivíduo exibiria um carro importado em uma comunidade carente.

Essa percepção se amplia em uma outra voz presente no texto, que é a de estudos e pesquisas que apontam para uma suposta correlação entre a revolução sexual ocorrida no final da década de 1960 e início da década de 1970 (com os movimentos feministas e LGBT) e o aumento de casos de estupro. A partir desses dados, o texto aponta que a exposição da sexualidade seja uma forma de atrair o estupro:

(58) Há estudos e pesquisas, como já **comentei aqui**, mostrando correlação entre a revolução sexual e o aumento nos casos de estupro. E não é um fenômeno brasileiro, mas mundial. (Texto 8, grifo original)

Pode-se inferir, portanto, que há uma tentativa de justificar as respostas dadas por meio de vozes anteriores ao texto. Diferentemente do Texto 7, que realiza um chamado pela libertação sexual da mulher e sororidade feminina (que, concordante com as ideias propostas nas ondas feministas, consiste no empoderamento feminino a partir da união e suporte de

mulheres em laços de empatia) apesar da reprodução do pensamento machista supostamente encontrada na pesquisa, o Texto 8 aponta para esse mesmo pensamento machista como uma motivação para a repressão sexual da mulher.

Feitas essas observações, podemos entender que há uma diferença significativa entre os textos 7 e 8. Enquanto no Texto 7, os atores sociais “mulheres” encontram-se em posição ativa para ações relacionadas à união e combate à violência contra a mulher, afirmando que a mulher não pode ser culpada pela violência sofrida, o Texto 8 associa os atores “mulheres” a ações que potencializam a violência contra a mulher. Assim, entendemos que o Texto 7 representa as mulheres de forma contra-hegemônica no que se refere à masculinidade hegemônica, enquanto o Texto 8 representa tanto mulheres quanto homens de acordo com a hegemonia do masculino e a submissão da feminilidade enfatizada.

4.3.3 Representação dos eventos sociais

Tanto no Texto 7 quando no Texto 8, há menções a eventos concretos e abstratos. O evento concreto comum aos dois textos é o da pesquisa do IPEA (2014), o qual, a priori, possui uma representatividade negativa para ambos os textos. A maneira como os eventos são discursivamente representados, entretanto, é destoante, concordando com a premissa de Fairclough (2003) de que os mesmos eventos podem ser representados de maneiras distintas, a depender do ponto de vista ideológico tomado pelo texto analisado:

(59) Os dados realmente **mostram uma realidade absurda**: 65% dos entrevistados acreditam que mulher que usa roupa curta merece ser atacada. Pior: 66% dos entrevistados eram... Mulheres. Oi?

(...) Para mim, o fato de que 66% dos entrevistados de **uma pesquisa em nível nacional que mostrou uma mentalidade machista** são mulheres só comprova que falta solidariedade. (Texto 7, grifo próprio)

(60) O Brasil precisa evoluir e muito ainda. Ao menos a imensa maioria acha que o homem que bate na mulher deve ser preso. Menos mal. Mas **essa mentalidade que culpa a própria vítima pelo estupro é absurda, chocante**. É análoga àquela que culpa o rico pelo seqüestro ou assalto, como se a própria desigualdade em si desse o direito de o ladrão roubar. (Texto 8, grifo próprio)

No Texto 7, há uma concentração na questão de que supostamente haveria uma porcentagem maior de mulheres do que de homens concordando total ou parcialmente com a

ideia de que mulheres com “roupas curtas” merecem “ser atacadas”. Ainda que não concorde com a resposta dada pela pesquisa, o texto se dispõe a justificá-la, utilizando-se de uma possível estratégia de legitimação por racionalização:

- (61) “Muita gente tem falado que a maioria das entrevistadas eram mulheres e usado isso para atacá-las, afirmando que são machistas. **Eu proponho um novo viés: as mulheres são tão oprimidas que apenas reproduzem a opinião masculina, sem sentir-se no direito de ter uma opinião própria.** É preciso falar a elas, dizer que elas podem, sim, questionar e abusar dos decotes e das minissaias com a convicção de que não merecem ser vítimas de nenhuma violência”, afirmou Nana ao Brasil Post.

Por meio da fala da criadora do protesto, o texto encontra uma justificativa para o número superior de mulheres concordantes com a questão apontada pela pesquisa e, assim, potencialmente reafirma a posição oprimida das mulheres em uma sociedade na qual sua opinião não é valorizada. Segundo van Leeuwen (2008), essa racionalização seria a do tipo explicação, uma vez que o texto utiliza-se de argumentos para legitimar a ideia de que as mulheres não são machistas, e sim oprimidas.

A outra representatividade da pesquisa no Texto 7 é a de justificar, também por racionalização, o surgimento do protesto “Eu não mereço ser estuprada”. Esse tipo de racionalização seria o voltado para o objetivo (VAN LEEUWEN, 2008), já que a partir da indignação sentida pela criadora, o protesto foi criado para reunir mais pessoas discordantes da percepção social apontada pela pesquisa, em:

- (62) Indignada com os resultados da pesquisa, a jornalista Nana Queiroz criou um evento no Facebook para o protesto online ‘#EuNãoMereçoSerEstuprada’ (Texto 7).

Desse modo, o protesto em si assume a posição de evento social concreto e ativado no texto (já no título do artigo, que o coloca em posição de destaque), uma vez que exerce o papel de catalizador dessa união entre as mulheres, como em:

- (63) O protesto reverberou nas redes e **o evento começou a ser utilizado como lugar** de debate sobre políticas públicas voltadas ao problema, desabafos e, claro, discussão sobre como proceder no protesto. (Texto 7)

É interessante notar a compreensão do protesto online como um local, concordando com a visão de Castells (2013) de que os movimentos em redes sociais na Internet servem como um local seguro para os manifestantes expressarem suas opiniões sem medo da repressão

institucional. Conforme exposto acima, o propósito que legitima a existência do evento social do protesto é, primariamente, a necessidade vista pela criadora e compartilhada pelos participantes de informar às mulheres que elas não merecem ser estupradas.

Há, no Texto 7, três representações de práticas abstratas a serem mencionadas. Uma delas é a opressão sofrida pelas mulheres, citada em “as mulheres são tão oprimidas”. O estabelecimento dessa prática no texto não apenas justifica as respostas dadas na pesquisa, como situa o posicionamento ideológico do texto, que concorda com essa visão da opressão do feminino a partir de uma avaliação negativa da situação da mulher na sociedade. No mesmo viés, a prática citada em “mentalidade misógina/machista” também avalia negativamente a mentalidade compartilhada por uma sociedade que potencialmente objetifica o corpo da mulher. Para vencer essa mentalidade, o texto sugere uma nova prática, que é a da solidariedade entre as mulheres (conotação positiva), para que a luta contra a objetificação e a violência da mulher tenha sucesso.

Inversamente, no Texto 8, o resultado da pesquisa é um evento concreto que serve como motivação para a busca de argumento que justifiquem a violência sexual contra a mulher, ainda que haja comentários no texto alegando discordar da noção da prática social que entende que mulher seja culpada pela violência sofrida. No próprio título, há a negação da culpa da mulher “seminua” pelo estupro. No entanto, a adição do termo “Mas...” em seguida potencializa a ideia de que haveria algum tipo de ressalva a ser pontuada a respeito.

Um possível recurso de representação de evento social frequentemente encontrado no texto é o da mitopoese. Para van Leeuwen (2008), a mitopoese é um recurso linguístico-discursivo de legitimação por meio da narração de histórias que tracem paralelos com a argumentação a ser estabelecida pelo texto. No caso do Texto 8, podemos entender que tenha ocorrido a utilização de contos cautelares, que “transmitem o que acontecerá caso você não se conforme às normas das práticas sociais” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 118). Esses recursos foram encontrados nos trechos:

(64) (...) mas eu não iria com o Porsche que (infelizmente) não tenho para a Rocinha desfilas.

(65) Mas eu tampouco iria com o Rolex de ouro que (infelizmente) não tenho para a favela da Maré.

(66) (...)da mesma forma que um desfile de Rolex nas favelas cariocas faria

(67) (...) a mulher que vai a um canteiro de obras no final do expediente,

começa a rebolar até o chão dançando ‘na boquinha da garrafa’ seminua, acha que exerce alguma *influência* no risco de descontrole sexual de algum potencial tarado no local, ou não?

(68) (...) eu não faria um banquete diante de uma legião de famintos. (Texto 8)

Por meio da narração de situações hipotéticas, o texto estabelece sua argumentação, fazendo paralelos com outros contextos e outros participantes e, inclusive, admitidamente recorre a um “*reductio ad absurdum*” para esclarecer seu argumento de que a mulher supostamente exerce influência na prática do estupro.

Outros eventos concretos e abstratos potencialmente corroboram com a ideia de que haveria uma relação de causa e consequência na violência sexual contra a mulher:

(69) Há estudos e pesquisas, como já **comentei aqui**, mostrando correlação entre a revolução sexual e o aumento nos casos de estupro. E não é um fenômeno brasileiro, mas mundial. Sexualidade cada vez mais precoce, funk estimulando a vulgaridade, mulheres provocativas rebolando seminuas até o chão, tudo isso atrai estupradores como moscas ao mel.

(70) (...) *dado o ambiente pré-civilizatório em que ainda vivemos*, tudo isso acaba estimulando o crime, (...)

(71) Algum grau de adaptação por vivermos no país dos “malandros”, que criaram um país de otários, precisa ocorrer. (...) Mas não dá para negar a influência cultural. (Texto 8)

Segundo van Leeuwen (2008), tratam-se de legitimizações por racionalização voltadas para o efeito, que “ênfatisa o desenrolar de ações. Aqui, o propósito é observado pelo outro lado, como algo que veio a existir em retrospecto, ao invés de algo que foi, ou poderia ter sido, planejado antecipadamente” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 115). Assim, os trechos acima servem ao propósito de estabelecer o estupro como um efeito de causas anteriores a eles, que não necessariamente estão ligadas ao estupro de maneira direta, mas que, em retrospecto, seriam as forças influenciadoras da prática.

Esses eventos hipotéticos e abstratos potencialmente legitimam os eventos abstratos da prática do estupro, o qual pouco é citado no texto, ainda que esse seja supostamente o assunto do artigo. Essa diferença na visibilidade entre os eventos hipotéticos e as práticas factuais também é percebida na avaliação moral das diferentes práticas comportamentais entre as mulheres, em:

(72) Enquanto a **cultura do machismo não desaparece**, e a punição exemplar não vem, **seria recomendável**, sim, que **as moças apresentassem** um pouco mais de **cautela**, **mostrassem-se** um tiquinho só mais **recatadas**, e **preservassem** ligeiramente mais **as partes íntimas de seus corpos siliconados**. Não tenho dúvidas de que **‘garotas direitas’ correm menos risco de abuso sexual**. (Texto 8, grifo próprio)

A partir da modalização em “seria recomendável”, o texto estabelece um padrão de comportamento a ser seguido pelas mulheres, o que configura uma possível analogia, que, segundo van Leeuwen (2008), estabelecem comparações discursivas entre situações supostamente análogas, carregando o contexto análogo de uma carga positiva ou negativa, a depender do objetivo da comparação. No caso do Texto 8, a recomendação faz analogia indireta ao comportamento de “garotas direitas”, as quais, segundo a argumentação do texto, “correm menos risco de abuso sexual”. Desse modo, a recomendação recai sobre as mulheres que não teriam esse comportamento, tornando o trecho uma avaliação moral dessa prática social que correria “maior risco” de abuso sexual, potencialmente atribuindo à conduta da mulher a responsabilidade por evitar ou não o estupro e, assim, reafirmando a ideologia de culpabilização da vítima. Além disso, podemos notar referência à cultura do machismo, uma prática citada pelo texto como algo que deveria desaparecer; no entanto, o texto reafirma o machismo ao classificar mulheres de acordo com sua conduta, configurando uma contradição.

Outro ponto importante que potencialmente amplia a noção da separação comportamental das mulheres e sua relação com a violência sexual é a presença de uma foto no corpo do artigo. A imagem retrata o que pode se imaginar ser um típico baile funk: há uma mulher realizando uma performance em um palco, enquanto um integrante do público apalpa seu corpo. A imagem não possui legenda, o que nos leva a crer que seu conteúdo seja autoexplicativo e relacionado ao conteúdo do texto, uma vez que se trata de uma mulher com roupas curtas, assim como traz o texto (ainda que se ignore o contexto em que a artista está realizando uma performance, o que também foge à realidade usual das mulheres no cotidiano).

Esse artifício poderia ser considerado uma legitimação multimodal, utilizando a foto como uma descrição visual do texto. Podemos, assim, entender que a intenção do texto é realizar uma nova avaliação moral, associando mulheres pertencentes à cultura funk ao elenco das mulheres tipicamente vítimas de violência sexual, as quais supostamente se comportam de maneira a atrair estupradores, revelando uma possível reiteração da divisão entre mulheres “recatadas” e “não recatadas”.

Com isso, podemos entender que, para o Texto 7, a representação dos eventos sociais está focada em quais eventos e práticas devem ser encorajados (protesto e solidariedade entre

mulheres) e quais devem ser repreendidos (resultado da pesquisa e mentalidade machista) tendo como fim a prática de sororidade entre todas as mulheres na luta contra o machismo. Para o Texto 8, as práticas encorajadas (mulheres agindo com uma conduta “direita”) e repreendidas (mulheres que se comportam de maneira a “atrair estupradores”) têm como objetivo uma mudança na conduta da mulher para que se adeque à sociedade machista.

4.4 No certame da ação: análise da descrição do protesto

Nesta seção, analisarei o último vértice do *corpus* principal dessa pesquisa, que é a descrição do protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, publicado na página oficial do evento no *Facebook* no dia 21 de abril de 2014. A escolha pelo texto foi motivada pelo potencial de representatividade direta do movimento social causado pelo protesto, o qual promoveu discussões a respeito da violência sexual contra a mulher e a questão da culpabilização da vítima não apenas na Internet, como em outros aspectos da vida social da sociedade brasileira, como pudemos ver nos artigos acima.

O Texto 9, portanto, é uma publicação do *Facebook* feita com a premissa de explicitar as motivações do protesto e realizar um chamado à ação para as demais mulheres e aliados para combater a prática de violência contra a mulher. A ideia é esclarecer possíveis pontos duvidosos a respeito do posicionamento do protesto, para, ao fim, estabelecer o protesto como uma reunião de vários movimentos e organizações que já lutam pelos direitos das mulheres no Brasil, e firmar a ideia da página como um espaço livre para discussões e acolhimentos de pessoas que apoiam o fim do machismo, da inequidade de gêneros sociais e da violência sexual contra a mulher.

A descrição do protesto, feita em forma de publicação na rede social *Facebook*, não configura um gênero situado (FAIRCLOUGH, 2003), uma vez que a maioria das publicações na Internet não seguem estruturas genéricas fixas em seus textos. No entanto, reconheci pontos que me permitiram classificar o Texto 9 como uma aproximação do gênero textual manifesto. Segundo Boskvic (2011, p. 483), a partir de análises do manifesto marxista, o gênero textual manifesto surge com o propósito de “mudar o mundo”. Para o autor, a diferença de um manifesto para um texto filosófico reside na forma como o texto se projeta em direção à mudança social.

O manifesto seria, dessa maneira, uma forma de chamado à ação, transformando o modo de escrita para tornar a linguagem mais política. Para além do chamado à ação, o manifesto deve atuar nessa mudança, tornando-se um instrumento de intervenção social. Essa atuação

ocorre em um texto retoricamente condensado, breve e conciso, com o intuito de informar a seu público-alvo sobre os motivos da produção do texto e que aspectos da vida social o texto se propõe a mudar com a ação coletivo.

No Texto 9, a publicação se pretende a esclarecer a origem do protesto, que se posiciona contra o resultado da pesquisa do IPEA (2014) sobre a percepção social da violência contra a mulher, especificamente as afirmações a respeito do comportamento da mulher como suposto causador do estupro. A proposta, então, é a reunião coletiva para a mudança dessa percepção social, a partir do *slogan* “Eu não mereço ser estuprada”, que, a partir da ação coletiva, evoluiu para “Ninguém merece ser estuprada”. Essa proposta de ação social motivada dá respaldo para a interpretação do texto como pertencente ao gênero textual manifesto.

Fairclough (2003, p. 75) comenta a característica de gêneros textuais como forma de estabelecer relações sociais entre interagentes. No caso do manifesto, essas relações sociais são afirmadas na formação de um grupo de pessoas que se identifiquem com a proposta feita no texto, conforme Boskvic (2011, p. 486): “a dimensão relevante de qualquer manifesto deve ser sua função pragmática, ou mais precisamente, a relação que o texto estabelece com sua audiência”.

A ideia do protesto é a de organizar movimentos sociais e indivíduos que se oponham e lutem contra a violência contra a mulher, criando um espaço seguro (a página do evento, evocando novamente o conceito de Castells (2013) dos movimentos em rede serem um local seguro) para que essa organização possa ocorrer. Dessa maneira, entendo que a descrição do protesto possa ser encarada como um manifesto, uma vez que busca essa mudança social.

4.4.1 Modos de operação da ideologia

No que concernem os modos de operação da ideologia, minha justificativa para a análise é a mesma do Texto 7: ainda que se trate de um texto de cunho contra-hegemônico, sua representatividade em relação às práticas sociais contra-hegemônicas torna sua análise sob o escopo dos modos de operação da ideologia relevante. Como o intuito do texto é justificar a existência do protesto, podemos encontrar potenciais formas de legitimação ao longo do texto. As legitimações possivelmente recorrem a estratégias de racionalização, com o objetivo de “persuadir uma audiência de que isso [o protesto] é digno de apoio” (THOMPSON, 1995a, p. 82-83):

(73) “#Eunãomereçosereestuprada nasceu como uma resposta direta às

afirmações (...).

- (74) **A importância dos relatos é crucial para o protesto, eles que transformam os números das pesquisas em pessoas.** Estas pessoas tem nos ajudado a esclarecer a realidade sobre a violência sexual em todos seus aspectos: a violência psicológica, física e verbal. Também trazem a tona as reações à essa violência: o sofrimento, a dor e o silenciamento que nascem do preconceito e tabu em volta do estupro.
- (75) **Enfatizamos a palavra PROTESTO porque sabemos que nele encontramos reunidos grupos diversos** em pró de uma mesma causa e reunidos pela mesma indignação. (Texto 9, grifo próprio)

Podemos entender, dessa maneira, que há uma possível tentativa de justificar as ideologias circundantes ao protesto, bem como a existência da página. Com o resultado da pesquisa, o protesto veio a existir, e sua firmação nas redes sociais criou a possibilidade de espaços nos quais vítimas de violência sexual pudessem dividir seus relatos. Os relatos, por sua vez, alimentam o protesto, uma vez que vão de encontro com a proposta de enfrentamento da violência sexual a partir da manifestação social. Além disso, a reafirmação da palavra “protesto” como melhor definição para a manifestação é explicada por meio da explicitação dos movimentos, grupos e pessoas que dividem a mesma ideia, legitimando assim sua identidade de protesto.

Há também a ocorrência de possíveis estratégias de fragmentação. Ao se referir aos ataques sofridos pela organização do protesto, o texto especifica que seriam “pessoas que se incluem nos 26% que concordam com a frase da pesquisa”. Essa qualificação configuraria um tipo de diferenciação, uma vez que, logo ao início do texto, há a afirmação de que o protesto se opõe à noção de que mulheres “merecem ser atacadas”. A diferenciação potencial, nesse caso, cumpre a função de estabelecer que aqueles que se opõem ao protesto seriam automaticamente concordantes com a ideia proposta pela pesquisa. Esse estabelecimento é legitimado logo em seguida, em “ameaças de estupro, violência e muitas ofensas”, que explicariam a pressuposição realizada no texto.

Outra diferenciação ocorre em:

- (76) “Foram criadas **outras páginas** com o nome ‘eu não mereço ser estuprada’ (...), no entanto algumas delas estão se prestando a **ações que não dialogam em nada com nossa proposta**, como por exemplo vender dietas de emagrecimento”.

Nesse caso do exemplo (76), podemos entender que a fragmentação ocorre para explicitar as verdadeiras propostas do protesto, que não seriam aquelas sugeridas pelos outros

grupos. A diferenciação, portanto, seria uma forma de defesa e enaltecimento do protesto, de modo a garantir a causa original em questão, que é o combate à violência contra a mulher.

Por outro lado, há também possíveis ocorrências de unificação no texto, em vários momentos:

(77) (...) partindo da individualidade de **muitos** que **juntos formamos uma nação: NINGUÉM MERECE SER ESTUPRADA.**

(78) [**Os grupos**] reúnem uma **grande diversidade de pontos de vista**, e tem servido como espaço de apoio a muitas vítimas de violência sexual no país.

(79) **Os grupos** são espaços para a sororidade e empatia diante da experiência pessoal de **muitas**, e o empoderamento das **mulheres ali reunidas.**

(80) (...) nele encontramos reunidos **grupos diversos** em pró de uma mesma causa e reunidos pela mesma indignação.”

É interessante notar que, ainda que o texto reconheça a individualidade de cada participante e grupo integrante do protesto, podemos encontrar uma estratégia de padronização no alinhamento ideológico das mulheres à causa da luta contra a violência sexual. Dessa maneira, apesar de todas as diferenças identitárias e contextuais, o texto estabelece um ponto em comum para potencialmente empoderar a ideologia contra-hegemônica do combate à violência sexual defendida pelo texto.

Desse modo, podemos entender que os modos de operação da ideologia possivelmente empregados no Texto 9 ocorrem na intenção de fortalecer o discurso do protesto, protegendo-o da ameaça externa e de discursos não-representativos e enaltecendo a cooperação e solidariedade entre os participantes da causa.

4.4.2 Representação dos atores sociais

As potenciais representações de atores sociais encontradas no Texto 9 giram em torno, em sua maioria, de representações de assimilação, que podem ocorrer por meio de agregações ou coletivizações (VAN LEEUWEN, 2008). As agregações, que massificam atores sociais de modo a torná-los estatísticas, foram encontradas nas referências à pesquisa do IPEA (2014), em: “(...) afirmações ‘Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas’ e ‘se mulheres soubessem se comportar haveriam menos estupros’...com cerca de 26% e 58%

de concordância na pesquisa do IPEA” e “pessoas que se incluem nos 26% que concordam com a frase da pesquisa”. Podemos entender, aqui, que a agregação tem valor negativo, uma vez que, ao se opor a esses resultados da pesquisa, o texto também se opõe aos atores sociais respondentes às questões apontadas, em uma forma de estabelecer uma diferença ideológica entre os grupos sociais que apoiam e se opõem ao protesto.

Por outro lado, as representações de coletivização aparecem sob uma perspectiva positiva, visto que se referem aos atores sociais que suportam o protesto. Podemos notar a coletivização na própria voz de autoria do texto, que se posiciona como representante do protesto e das pessoas ligadas a ele, em: “juntos formamos uma nação”, “recebemos uma série de ataques”, “violência que se replicava sobre nós”, “Estas pessoas tem nos ajudado”, “nele encontramos reunidos grupos diversos em pró da mesma causa” “Acreditamos que nosso PROTESTO (...) e para isto criamos” e “Não nos consideramos literalmente um movimento (...) ELES NOS REPRESENTAM”. As organizadoras do protesto não apenas se apresentam como um coletivo entre si, mas também como uma representação dos manifestantes como um todo. Também é importante apontar para a ativação da coletivização nas ações sociais ligadas ao protesto, e na passivização no que se refere à opressão sofrida pelas manifestantes. Essa diferença tem o poder de potencializar a necessidade do protesto, explicitando a resistência encontrada em pessoas opostas à iniciativa.

Também podemos encontrar coletivizações nos grupos de pessoas que apoiam o protesto, em: “muitas pessoas em várias cidades brasileiras”, “experiencia pessoal de muitas (...), mulheres ali reunidas”, “daqueles que participam ativamente dos grupos”, “militantes de vários grupos e movimentos feministas, mas também pessoas desvinculadas”, “espaço livre compartilhado entre os que abraçam a luta contra a violência sexual: os que lutam pela equidade de gêneros, sua livre identidade e pelo fim das opressões do machismo”. Há, ainda, coletivizações nas referências aos movimentos e organizações que inspiram o protesto. O sentido potencial criado por essas assimilações é o de união ideológica, representando os atores sociais sob a luz positiva da luta contra a violência sexual, entre outras opressões. É importante salientar a classificação de dois “tipos” de apoiadores do protesto, quando o texto divide participantes entre militantes e pessoas desvinculadas. A ideia implícita é a de equalização, reunindo essas pessoas sob a guarda de uma mesma causa.

Há, no entanto, uma possível ideia de diferença na coletivização em “Não sabemos quem são essas pessoas”, ao se referir a grupos dissidentes que supostamente não dialogam com as propostas do protesto. Essa foi a única conotação negativa encontrada nas representações de

coletivização.

Outra representação importante encontrada no Texto 9 é a da classificação das “vítimas de violência sexual”. Esses atores também apoiam o protesto, porém são identificados para um fim específico, que é o de potencialmente enfatizar a violência sexual (que será melhor analisada no próximo item). É interessante notarmos que as vítimas, no Texto 9, são agentes, pois fazem relatos de suas experiências com a violência sexual. Podemos entender essa agência como um empoderamento das vítimas, que se colocam em posição denunciativa de violências perpetradas contra elas.

Assim, no tocante à representação de atores sociais, o Texto 9 tende a assimilar os atores, de maneira positiva ou negativa, de acordo com seus intuitos. Há um sentido potencial de elevação das pessoas solidárias à causa, ainda que nem sempre estejam identificadas, e de rejeição às pessoas opostas ao protesto, as quais são agregadas a estatísticas.

4.4.3 Representação dos eventos sociais

No Texto 9, podemos encontrar eventos concretos no protesto e na pesquisa. A relação entre os dois eventos revela uma possível representação legitimadora por efeito, uma vez que o texto explica que o protesto surgiu a partir do resultado da pesquisa, criando uma relação de causa e consequência entre pesquisa e protesto. Também encontramos eventos concretos legitimados pelo efeito nas manifestações físicas realizadas com inspiração no protesto, em:

(81) [O protesto] ganhou a solidariedade de muitas pessoas em várias cidades brasileiras, se multiplicou de maneira espontânea: foram criadas movimentações em várias cidades, outros eventos e grupos de discussão que continuam contribuindo para o debate. (Texto 9)

As manifestações ocorridas em meio urbano, bem como o surgimento de eventos e grupos de discussão são uma forma de legitimar o protesto, visto que potencializam sua propagação e amplitude e são um efeito direto da firmação do protesto nas redes sociais *on e offline*.

No Texto 9, podemos traçar uma relação entre os eventos sociais com a intertextualidade das várias vozes, com conotações positivas e negativas, encontradas ao longo do texto. Tal qual o artigo de opinião, o manifesto também é um gênero textual que se origina tipicamente em forma de resposta a questões sociais vigentes. No protesto, primeiramente, há a conotação negativa na expressão da voz do evento do resultado da pesquisa, uma vez que a ação proposta pelo protesto é justamente se posicionar contra a percepção social denotada pelos resultados

divulgados, em:

- (82) #Eunãomereçoserestuprada **nasceu como uma resposta direta** às afirmações “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e “se mulheres soubessem se comportar haveriam menos estupros”...com cerca de 26% e 58% de concordância na pesquisa do IPEA partindo da individualidade de muitos que juntos formamos uma nação: NINGUÉM MERECE SER ESTUPRADA. (Texto 9, grifo próprio)

Desse modo, a intertextualidade primária encontrada no texto é a pesquisa, que se configura como o impulso do movimento de resposta do protesto. Em contrapartida, o texto também cita movimentos de resposta ao protesto, que é o caso dos ataques referidos no texto:

- (83) Diante da forte repercussão, também recebemos **uma série de ataques** de pessoas que se incluem nos 26% que concordam com a frase da pesquisa: **ameaças de estupro, violência e muitas ofensas começaram a aparecer no “evento inicial”** gerando a necessidade de criar espaços moderados para identificar e combater a violência que se replicava sobre nós. (Texto 9, grifo próprio)

A ênfase da voz desses ataques serve ao propósito de, além de explicitar a opressão sofrida pelo protesto, justificar a necessidade da criação dos espaços seguros para que o protesto pudesse agir de maneira mais autônoma. A voz dos ataques tem, dessa maneira, uma conotação negativa, pois supostamente provoca no movimento do protesto um sentimento de opressão e insegurança.

Outra voz com uma conotação negativa é a dos supostos protestos dissidentes da manifestação original. De acordo com o texto, essas outras páginas do *Facebook* divergiram do propósito inicial do protesto:

- (84) **Foram criadas outras páginas com o nome “eu não mereço ser estuprada”**, que tem atualmente milhares de seguidores, no entanto **algumas delas estão se prestando a ações que não dialogam em nada com nossa proposta**, como por exemplo vender dietas de emagrecimento. Não sabemos quem são essas pessoas, e **diante desta situação nos organizamos para criar uma página que represente plenamente o objetivo do protesto**. (Texto 9, grifo próprio)

A intertextualidade com as outras páginas no texto potencialmente explica a existência da página, que teria sido criada para proteger os preceitos originais do protesto, rejeitando ideias que fujam à proposta de combater a violência contra a mulher. Essa voz, portanto, tem a função também de esclarecer a posição original do protesto.

Em conotação positiva, temos os movimentos e organizações sociais voltadas para a causa feminina, os quais são elevados, no texto, à função de representantes das causas propostas pelo protesto:

(85) **Existem muitos MOVIMENTOS e ORGANIZAÇÕES que lutam há décadas no Brasil contra a violência sexual, pelos direitos das mulheres e pela equidade de gêneros.** Estas organizações inspiram o protesto (...). Não nos consideramos literalmente um movimento no sentido que **não estamos aqui para representar estes grupos e sim para DIZER QUE ELES NOS REPRESENTAM.** (Texto 9, grifo próprio)

Desse modo, o texto traz a voz dos movimentos e organizações para elucidar a função do protesto e sua relação com essas ações coletivas, que servem como inspiração e representação para que o protesto viesse a existir. Ainda nesse viés, Fairclough (2003, p. 43) comenta que a negação implica que haveria uma afirmação feita em um outro momento discursivo. Nesse caso, pode-se inferir que, em um dado momento, haveriam vozes alegando que o protesto se propunha a representar outros movimentos e se tornar um movimento social em si próprio. A partir da negação, o texto desconstrói essa ideia.

Assim, podemos entender que as intertextualidades tecidas ao longo do texto potencialmente legitimam discursivamente a existência do evento do protesto, suas causas e objetivos, como pudemos ver nas categorias de análise anteriores. Tanto de maneira positiva (inspiração de movimentos sociais) quanto de maneira negativa (resultado da pesquisa e ameaças às manifestantes), os textos incorporados ao Texto 9 explicam não apenas a sua existência quanto a origem do protesto.

Outro evento encontrado no texto são os grupos os quais o texto retoma várias vezes. Entendo esses grupos como eventos e não como atores porque, dentro do texto, eles são representados como um espaço para a ação social. Recorro mais uma vez à fala de Castells (2013) sobre a sensação de seguridade promovida pelas redes sociais na Internet, que permite a movimentos sociais se organizarem e estabelecerem seu modo de ação social dentro desses espaços protegidos pelos próprios integrantes dos grupos.

No caso do Texto 9, a função dos grupos é manter e garantir o debate a respeito da violência sexual, mas principalmente criar uma rede de apoio às vítimas de violência sexual que encontraram no protesto uma maneira de dividirem suas experiências. De acordo com van Leeuwen (2008), essa representação configuraria uma legitimação por racionalização voltada para o meio, uma vez que o propósito dos grupos é construído a partir da função exercida por ele, exaltando seu caráter acional enquanto evento social.

Nas representações de práticas abstratas, podemos encontrar um destaque à prática da violência sexual. No texto, a violência sexual é uma prática a ser combatida, caracterizando o discurso contra-hegemônico. Os eventos dos relatos das vítimas são, dentro do texto, uma forma de combate à prática da violência sexual, porque, além de informar às pessoas a respeito da “realidade sobre a violência sexual”, os relatos são potencialmente empoderadores, como fica implícito em “empoderamento das mulheres ali reunidas”. Desse modo, os eventos dos relatos incentivam a prática do empoderamento feminino, por meio das práticas de sororidade e empatia dentro dos grupos, em combate à prática da violência sexual. Em van Leeuwen (2008), encontramos que essa relação intrínseca também seria um caso de legitimação por racionalização com ênfase no meio, uma vez que tanto o combate à violência sexual quanto o empoderamento feminino ocorre por meio das redes de práticas gerenciadas pelos grupos de apoio às vítimas.

A partir dos eventos representados no texto, podemos entender que haveria uma construção discursivo-ideológica voltada para a ênfase de práticas que promovam a união das mulheres e seu empoderamento, sobretudo no que se refere às vítimas de violência sexual, prática condenada pelo texto.

CONSIDERAÇÕES

Nesta pesquisa, busquei identificar e explicar, a partir de elementos linguístico-discursivos representações e ideologias a respeito de discursos sobre violência sexual contra a mulher, utilizando como base teórico-metodológica a ADC em suas vertentes inglesa e feminista (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; LAZAR, 2005; 2007). O meu objetivo foi procurar traços nos textos em análise que tivessem potencial para reiterar a prática de culpabilização da vítima de violência sexual, em que a responsabilidade pela violência sofrida é atribuída à própria vítima, supostamente por meio de seu comportamento, conduta ou locais frequentados.

Para tanto, selecionei três vértices de *corpus* principal de análise, consistidos de seis notícias sobre casos de violência sexual veiculadas pelos portais *G1* e *R7*, dois artigos veiculados nos portais *Veja* e *Brasil Post*, sobre a pesquisa do Ipea (2014) sobre a percepção social da violência contra a mulher, e uma publicação na rede social *Facebook* em nome do protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, que se opunha à noção sugerida pelo resultado da pesquisa de que mulheres supostamente mereceriam ser “atacadas” por usar “roupas curtas”.

Desse modo, no Capítulo 1, estabeleci os pressupostos teóricos e metodológicos da ADC inglesa, fazendo sua ponte com o Realismo Crítico de Bhaskar (1986) para a conceptualização da vida social mediada por práticas sociais. Em seguida, assinalo os conceitos ideológicos e representacionais para a análise discursiva crítica desta pesquisa na estrutura genérica e intertextualidade de Fairclough (2003), os modos de operação da ideologia de Thompson (1995) e as representações dos atores e eventos sociais de van Leeuwen (2008), instrumentos que considere suficientes para a investigação linguístico-discursiva que me propus a fazer. Por fim, trouxe a vertente da ADC feminista, a qual se propõe a entender o mundo como composta de relações assimétricas de gênero social.

No Capítulo 2, para ilustrar minha posição, bem como a estrutura de gênero social em que nos encaixamos, descrevi brevemente as ondas feministas no mundo e seus reflexos no Brasil, de modo a contextualizar a luta feminista na conjuntura contemporânea. Também falei sobre as maneiras diferentes que as pessoas encontraram na Internet para se manifestarem por seus direitos civis e demandas sociais, trazendo uma nova visibilidade e estrutura à luta social, especificamente as questões feministas em voga no Brasil, como é o caso do protesto “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, o qual foi um dos focos da análise conjectural realizada nesta pesquisa. Em seguida, tratei da questão da masculinidade hegemônica (CONNELL, 1987), modelo de opressão de gênero social o qual adotei para esta pesquisa, que sugere a existência de vários

tipos de masculinidades organizadas em redes hierárquicas, nas quais os modelos hegemônicos são moldados por tradições patriarcais de opressão ao feminino. A feminilidade, por outro lado, deve se moldar aos desejos das masculinidades hegemônicas, formulando a feminilidade enfatizada, a qual não é menos oprimida do que as outras, porém é mais aceita pelas masculinidades como o modelo a ser seguido. Partindo dessa premissa, estabeleci também as questões sobre a violência de gênero social, especificamente o estupro e a sua legitimação, que é a culpabilização da vítima, que serve ao propósito de explicar a violência e institucionalizá-la.

Para o Capítulo 3, descrevi minha trajetória de pesquisa, explanando a respeito dos conceitos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que desenharam a pesquisa da maneira como ela se apresenta nesta dissertação. Expliquei a origem do meu interesse pela minha pesquisa e, a partir disso, como tracei meus objetivos de pesquisa, instrumentos de análise e *corpus* de pesquisa.

Por fim, no Capítulo 4, apresentei a conjuntura a ser analisada, que seria a prática jornalística no meio *online* e as manifestações em redes sociais da Internet. Refleti sobre como a prática jornalística estaria se adaptando às novas formas de produzir informação, além de lidar com a possibilidade de não ser mais a única fonte de notícias na conjuntura de uma sociedade em rede virtual. Tendo estabelecido estes pontos, parti para a análise dos dados do *corpus* de pesquisa, a qual tinha como objetivo principal investigar possíveis discursos que coadunem com a prática de culpabilização da vítima de violência sexual, fui capaz de encontrar respostas para as perguntas de pesquisa as quais havia estabelecido.

Assim sendo, as investigações linguístico-discursivas revelaram que, no tocante às representações de atores e eventos sociais, a maioria das ações sociais e, conseqüentemente, os eventos que estas ações integram, partem das mulheres representadas nos textos. Mesmo nas notícias, que tratam de casos de violência sexual perpetrados contra as mulheres, as ações sociais mais relevantes são, em geral, realizadas por mulheres que são, desta maneira, representadas como as forças ativas dos eventos sociais. Isto ocorre porque o encadeamento de eventos nas notícias informa ações e eventos anteriores ao da violência sexual e, assim, evidenciam o papel social da mulher. O mesmo ocorre no artigo veiculado pela *Veja* que, ao também tratar da questão da violência sexual, evidencia o comportamento feminino antecessor ao estupro como um possível gatilho para a violência. Desta forma, tanto nas notícias quanto no artigo da *Veja*, encontramos os eventos sociais representados em uma relação implícita de causa e efeito.

Diferentemente, no artigo do *Brasil Post* e na publicação do protesto, encontrei evidências linguístico-discursivas que apontavam na direção contrária, não tratando diretamente a prática da violência sexual, e sim trazendo a prática do empoderamento da mulher como uma forma combatê-la. No artigo, há um apelo pela prática da sororidade entre mulheres, colocando o papel social da mulher em evidência, porém não como vítima, e sim como protagonista de uma mudança social. O mesmo foi identificado na descrição do protesto, ilustrando a importância das organizações de mulheres em grupos para promover o empoderamento e a solidariedade feminina, na busca do fortalecimento da luta de mulheres contra a violência sexual.

No que diz respeito às ideologias, também pude encontrar indícios linguísticos-discursivos que apontam para uma diferenciação entre as ideologias por trás das notícias e do artigo da *Veja* e aquelas que embasam os textos do *Brasil Post* e da publicação do protesto. Nas notícias e no artigo da *Veja*, encontrei potenciais discursos legitimadores da violência sexual, procurando motivações nas ações sociais da vítima para explicar a violência ocorrida, seja pelo envio de uma foto íntima ao futuro agressor (Texto 2), por pegar carona com um homem desconhecido (Textos 3 e 4), ou se comportando de maneira a propiciar o estupro (Textos 5 e 8). Estas legitimações integram as práticas da masculinidade hegemônica que, para se manter como hegemonia, precisa normalizar suas práticas de opressão por meio de justificativas e explicações para a naturalização da soberania das masculinidades sobre as feminilidades.

De maneira inversa, o artigo do *Brasil Post* e do protesto no *Facebook* trazem ideologias que promovem a união entre mulheres e rejeitam legitimações da violência sexual, apostando no protagonismo feminino como uma maneira de combater as instituições patriarcais condescendentes com a violência contra a mulher. Assim, estes textos representam uma resistência contra-hegemônica que age no combate às desigualdades de gênero, e remetem à luta feminista trazida no capítulo 2 por incentivar a unificação feminina, respeitando diferenças de contexto e opinião, em prol de uma causa que beneficie todas as mulheres. No entanto, ainda é importante salientar que estes textos, dentro de seu contexto contra-hegemônico, coletivizam as demandas feministas e, enquanto podem ser considerados representativos em razão de sua visibilidade no espaço da contra-hegemonia, não podem ser abordados como irrefutavelmente representativos a todos os feminismos e todas as lutas feministas existentes.

Feitas essas ponderações, acredito que seja possível afirmar que existem, nos textos das notícias e nos discursos veiculados no artigo da *Veja*, indícios de concordância com a prática de culpabilização da vítima, ao legitimar a violência sexual por meio de estratégias ideológicas

de legitimação e dissimulação da violência e representações de atores e eventos sociais que colocam a mulher em evidência e posição de agência em relação ao estupro sofrido. No caso do artigo do *Brasil Post* e da publicação do protesto, há uma forte rejeição à prática de culpabilização da vítima, e a proposta de unificação feminina surge como uma alternativa para as mulheres tomarem o protagonismo em suas lutas sociais individuais e coletivas em busca do fim desta percepção social opressora.

Estamos vivendo um novo momento para a luta feminista e feminina no Brasil. Em outubro de 2015, o Exame nacional do ensino médio (Enem), além de trazer em sua prova uma questão sobre gênero a partir do conceito da opressão de gênero social apontada por Beauvoir (1970), abordou em seu tema de redação a permanência da violência contra a mulher na sociedade. A questão e o tema causaram grande polêmica nas redes sociais e no cenário político, e o exame chegou a ser acusado de doutrinação ideológica por discutir ideologias de gênero, além da veiculação de discursos machistas que indicavam que para a mulher não sofrer violência, deveria saber se comportar, confirmando a realidade da masculinidade hegemônica e da feminilidade enfatizada.

Esta noção também pode ser inferida na tentativa do Poder Legislativo, com os Projetos de Lei 5069/13 e 6022/13, de dificultar o acesso da mulher ao aborto e a soluções contraceptivas, como a pílula do dia seguinte, e de burocratizar ainda mais a identificação de casos de estupro, determinando que o estupro só será comprovado caso sejam identificados danos físicos ou psicológicos na vítima. Os projetos também pretendem punir profissionais da saúde que auxiliem mulheres a recorrerem ao aborto, o que configura um retrocesso em relação ao atendimento à saúde da mulher e, especificamente, das vítimas de violência sexual.

Essas reações da hegemonia não foram recebidas com silêncio, no entanto. Mulheres tomaram as ruas contra a aprovação dos projetos de lei acima citados, e tomaram as redes sociais em novas empreitadas semelhantes àquela encontrada no protesto Eu Não Mereço Ser Estuprada; em outubro de 2015, houve a disseminação da campanha #meuprimeiroassédio, que convidava mulheres e homens a registrarem o primeiro contato com uma situação de assédio sexual, de modo a criar a conscientização do quão normalizada é a prática do assédio e a cultura de estupro. De maneira similar, a campanha #meuamigosecreto no mês seguinte incentivou a denúncia de casos de opressão contra a mulher nas redes sociais, e que levou a um aumento significativo nas denúncias de violência doméstica a partir desse encorajamento.

Desse modo, retomando a fala de Castells (2013) a respeito do aspecto finito das manifestações em redes sociais, afirmo que, ainda que protestos como o Eu Não Mereço Ser

Estuprada e as duas iniciativas citadas acima tiveram seu momento de manifestação e que se encerrou enquanto evento social. No entanto, é possível ver uma mudança gradual, mas significativa no engajamento das redes sociais quando se trata de questões de gênero social, sobretudo a violência contra a mulher. Assim, entendo que, enquanto os textos hegemônicos analisados nessa dissertação revelam uma resistência na veiculação de discursos legitimadores da culpabilização da vítima do estupro, as redes sociais estão se movendo na direção oposta, trazendo a pluralidade de discursos e, principalmente, o empoderamento da mulher enquanto participante da luta social por seus direitos. Desse modo, podemos visualizar a mudança social, uma vez que os discursos hegemônicos são cada vez mais questionados, indicando que, eventualmente, perderão seu poder social.

Esta pesquisa sugere, portanto, que a luta deve continuar, e que discursos que atuem na manutenção da estrutura hegemônica do masculino sejam denunciados e combatidos. Dessa maneira, não pretendo que esta pesquisa se encerre com essa dissertação, e sim que, a partir de seus dados e análises, integre uma luta já existente contra a desigualdade de gênero social, incentivando outras pesquisas linguístico-discursivas que ajudem a trazer para a academia a luta que já existe há tanto tempo nas ruas e, agora, no universo da Internet.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRINI, Z. L. Jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista. In: MOTTA, L. G. **Imprensa e poder**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- AGUIAR, L. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, C. **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. p. 163-182.
- ALEMANY, C. Violências. In: HIRATA, H., et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 271-276.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- AMARAL, R. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, L. G. **Imprensa e Poder**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- APFELBAUM, E. Dominação. In: HIRATA, H., et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 76-80.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006 [1929].
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. II, 1970.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. I, 1970.
- BERTOLINI, J. O título da notícia na Internet: funções clássicas e impactos na leitura e na compreensão do texto. **Ciência em Curso**, Palhoça, SC, v. 3, n. 2, p. 99-110, Jul/Dez 2014.
- BHASKAR, R. **Scientific Realism and Human Emancipation**. London: Verso, 1986.
- BHASKAR, R. Philosophy and Scientific Realism. In: ARCHER, M. E. A. **Critical Realism: essential readings**. London: Routledge, 1998. p. 16-47.

- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo, SP: Horizonte, 2013.
- BOSKVIC, A. Performing Authority: manifesto genre and literary theory. In: DELIC, J.; JOVANOVIĆ, A. **Jezik, književnost, kultura**: Novici Petkoviću u spomen. Belgrado, Sérvia: Institut za književnost i umetnost, Filološki fakultet Universiteta u Beogradu, 2011.
- BOURDIEU, P. The Practice of Reflexive Sociology. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: University of Chicago, 1992.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BRADSHAW, P. Instantaneidade: efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto do consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Tradução de Lilian Feres. Covilhã: Labcom, 2014. p. 111-136.
- BRÄKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, R. **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 221-247.
- BURT, M. R. Cultural Myths and Supports of Rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, DC, v. 38, n. 2, p. 217-230, 1980.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a [1990].
- BUTLER, J. **Conferência de Abertura do II Desfazendo Gênero**, Salvador, 5 Setembro 2015b. Notas de conferência.
- CAMPBELL, K. K. **Man Cannot Speak For Her**. Westport, USA: Praeger Publishers, v. I, 1989.
- CANAVILHAS, J. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: BARBOSA, S. **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007. p. 23-36.
- CARNEIRO, M. E. R. Feminismo/Feminismos. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015. p. 244-248.
- CASTELLS, M. O Fim do Patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da

informação. In: _____ **O Poder da Identidade**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999. p. 169-278.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, C. Webjornalismo: o que é notícia no mundo on-line. In: RODRIGUES, E. **No próximo bloco. o jornalismo brasileiro na TV e na internet**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 231-256.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. London: Routledge, 1999.

COATES, L.; WADE, A. Telling it like it isn't: obscuring perpetrator responsibility for violent crime. **Discourse & Society**, London, v. 15, p. 499-526, 2004.

CONNELL, N.; WILSON, C. **Rape**: the first sourcebook for women. New York: New American Library, 1974.

CONNELL, R. W. **Gender and Power**: society, the person and sexual politics. Oxford, UK: Blackwell, 1987.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic Masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, Dezembro 2005.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

COULOURIS, D. G. Violência, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro. **Anais do XVII Encontro Regional de História - o lugar da história**, Campinas, SP, 2004. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20VII/Daniella%20Georges%20Coulouris.pdf>>. Acesso em: 20 Setembro 2015.

CRESSWELL, J. W. **Qualitative Inquiry and Research Design**: choosing among five approaches. New York: SAGE, 2007.

DENZIN, N. K. **The research act in sociology**. Chicago: Aldine, 1970.

- DIAS, T. R. N. **Prática jurídica e violência contra mulheres: um estudo etnográfico-discursivo**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 217. 2011.
- ECKERT, P. The whole woman: sex and gender differences in variation. **Language, variation and change**, Cambridge, UK, 1989. 245-267.
- EDMONDS, E. M.; CAHOON, D. D. Attitudes concerning crimes related to clothing worn by female victims. **Bulletin of the psychonomic society**, v. 24, n. 6, p. 444-446, 1986.
- FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. London: Arnold, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães (org.). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FIGUEIREDO, D. D. C. **Victims and villains: gender representations, surveillance and punishment in the judicial discourse on rape**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 370. 2000.
- FIGUEIREDO, D. D. C. Discurso, gênero e violência: uma análise de representações públicas do crime de estupro. **Language and Law/Linguagem e Direito**, Porto, v. 1(1), p. 141-158, 2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [1975].
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996 [1970].
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados**. SESC. São Paulo. 2011.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.
- GRAMSCI, A. **A Gramsci reader: selected writings 1916-1935**. London: Lawrence & Wishart, 1988.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Cambridge: Blackwell,

1996.

IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília. 2014.

KOPPER, B. A. Gender, gender identity, rape myth acceptance, and time of initial resistance on the perception of acquaintance rape blame and avoidability. **Sex Roles: a journal of research**, New York, v. 34, n. 1/2, p. 81-93, 1996.

KROLØKKE, C.; SØRENSEN, A. S. Three Waves of Feminism: from suffragettes to grrls. In: KROLØKKE, C.; SØRENSEN, A. S. **Gender communication theories & analyses: from science to performance**. Thousand Oaks, USA: Sage, 2006. p. 1-25.

KUCINSKI, B. **Síndrome da Antena Parabólica: a ética do jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: EDUC, 2002.

LAKOFF, R. Language and Woman's Place. **Language in Society**, Cambridge, Abril 1973. 45-80.

LAPONCE, J. **Left and right: the topography of political perceptions**. Toronto: University of Toronto Press, 1981.

LAZAR, M. M. Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as political perspective and praxis. In: LAZAR, M. M. (.). **Feminist Critical Discourse Analysis: studies in gender, power and identity**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. Cap. 1, p. 1-28.

LAZAR, M. M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse. **Critical Discourse Studies**, London, 2007. 141-164.

LEIGH-SMITH, B. **A Brief Summary in Plain Language of the Most Important Laws Concerning Women**. J. Chapman. London. 1854.

LIMA, L. L. D. G.; SOUZA, S. A. D. Patriarcado. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015. p. 515-519.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MASON, J. **Qualitative Researching**. 2. ed. London: Sage, 2002.

MCCAUL, K. D. et al. Understanding attributions of victim blame for rape: sex, violence, and

foreseeability. **Journal of Applied Social Psychology**, College Park, Maryland, v. 20, n. 1, 2006.

MCROBBIE, A. **The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change**. London: Sage, 2009.

MELANI, L.; FODASKI, L. The psychology of the rapist and his victim. In: CONNELL, N.; WILSON, C. **Rape: the fist sourcebook for women**. New York: New American Library, 1974.

MILLS, S.; MULLANY, L. **Language, Gender and Feminism**. London: Routledge, 2011.

MOTA, C. M. L. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. **Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

PALACIOS, M. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p. 13-36.

PORTER, R.; TOMASELLI, S. **Estupro**. Tradução de Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. D. M. **Análise de Discurso Crítica**. 2 ed. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAPHAEL, J. **Rape is rape: how denial, distortion, and victim blaming are fueling a hidden acquaintance rape crisis**. Chicago: Chicago Review Press, 2013.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

RICHARDSON, J. **Analysing Newspapers: an approach from critical discourse analysis**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

RODRIGUES, R. H. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, R. **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 207-

220.

RYAN, W. **Blaming the victim**. New York: Pantheon Books, 1971.

SAUSSURE, F. D. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHIFFRIN, D. **Approaches to Discourse**. Oxford: Blackwell, 1994.

SEIXAS, L. Gêneros jornalísticos digitais: uma proposta de critérios para definir os produtos do webjornalismo. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p. 77-100.

SPENDER, D. **Man Made Language**. London: Routledge, 1980.

SPM. Sobre: a Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2012. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>. Acesso em: 27 Setembro 2015.

TANNEN, D. Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010 [1990]. Cap. 5, p. 67-92.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995a.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995b.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and Practice: new tools for critical discours analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, V. C. **Corpos e identidades como práticas sociodiscursivas: estudos em análise de discurso crítica**. Universidade de Brasília. Brasília. 2015. Projeto de Pesquisa.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e diferentes sexos. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010 [1983]. Cap. 4, p. 49-66.

YUVAL-DAVIS, N. **Gender and Nation**. London: Sage, 1997.

ANEXOS



ANEXO 1 – TEXTO 1

Notícia veiculada pelo portal G1 em 27 de novembro de 2013

27/11/2013 13h17 - Atualizado em 27/11/2013 13h47

Adolescente marca encontro e é estuprada em Pernambués, diz polícia

Segundo a Centel, jovem teria sido estuprada por 11 homens.
Delegada que investiga o caso não confirma número de envolvidos.

 1 comentário  Tweetar  4 Recomendar  5

Uma adolescente de 17 anos foi estuprada na noite de terça-feira (26), no bairro de Pernambués, em **Salvador**, após marcar um encontro com uma amiga. De acordo com informações da Central de Polícias (Centel), a jovem teria sido violentada por 11 homens. A Delegacia de Repressão a Crimes Contra Criança e Adolescente (Derca), que investiga o caso, não confirma a quantidade de envolvidos no estupro.

Segundo a delegada Ana Cricia Macêdo, a adolescente chegou à delegacia por volta de 1h da madrugada na companhia da mãe e relatou o que havia acontecido. "Ela chegou com a mãe e informou que conheceu a amiga na semana passada em uma festa e marcaram para se encontrar ontem. Chegando lá, ela não encontrou a amiga e quem estava no local foi um homem desconhecido e amado. Logo em seguida, ele a levou para um matagal e a estuprou", relatou Ana Macêdo.

A delegada ainda informou que não há um número estimado dos homens que estavam no local e que teriam estuprado a adolescente. Ainda segundo a polícia, a menina foi encaminhada para o Instituto Médico Legal e, em seguida, foi direcionada para uma clínica médica psicológica.

ANEXO 2 – TEXTO 2

Notícia veiculada pelo portal G1 em 21 de maio de 2014

21/05/2014 10h17 - Atualizado em 21/05/2014 10h32

Jovem manda foto nua para foragido da prisão e sofre tentativa de estupro

Caso aconteceu nesta terça-feira, no Jardim Petrópolis, em Piracicaba. Moradores tentaram atacar o suspeito, mas foram contidos por guardas.

Do G1 Piracicaba e Região

[Tweeter](#) 26 [Recomendar](#) 101



Suspeito é preso sem calças após invadir casa de mulher (Foto: Valter Martins/Piracicaba em Alerta)

Uma dona de casa de 24 anos sofreu uma tentativa de estupro no final da tarde desta terça-feira (21), no bairro Jardim Petrópolis, em **Piracicaba** (SP). Um vidraceiro de 39 anos, foragido da prisão, foi detido enquanto tentava ter relações sexuais forçadas com ela. A jovem afirmou à polícia que conheceu o suspeito porque ele estava preso junto com o pai dela e que chegou a enviar fotos sem roupa para ele via Facebook durante o indulto da Páscoa, quando ele havia deixado o Centro de Progressão Penitenciária de Campinas (SP).

Conforme informações da Polícia Civil, dois guardas municipais da equipe do Canil registravam uma ocorrência no 6º Distrito Policial quando um rapaz chegou ao local e avisou que um homem havia invadido a casa da tia dele. Os GMs foram até o local e ouviram os gritos de socorro da vítima. Quando entraram na casa, flagraram o suspeito somente de camiseta no quarto da jovem, que estava em pé em cima da cama.

saiba mais

Trio tortura jovem para 'arrancar' confissão de suposto estupro

Denúncias na 1ª agressão doméstica crescem, diz delegada de Piracicaba

Dona de casa é estuprada em bar de 'conhecido de infância' em Piracicaba

De acordo com o relato da vítima aos guardas, ela conhece o suspeito há cerca de 1 ano e recebeu nesta terça uma ligação do rapaz que dizia que a levaria com ele, mas ela se negou. Horas mais tarde, ele invadiu a casa dela e tentou obrigá-la a manter relações sexuais com ele, o que não aconteceu porque os guardas chegaram ao local.

O suspeito foi preso em flagrante e levado à delegacia de plantão. Enquanto ele era colocado no carro da Guarda, moradores do bairro investiram contra o homem, mas foram contidos pelos GMs. Conforme informações da Polícia Civil, ele cumpria pena em regime semiaberto no CPP de Campinas por homicídio.



Vidraheiro foi preso após tentar estuprar jovem em Piraicaba (Foto: Valter Martins/Piraicaba em Alerta)



Moradores tentaram atacar suspeito e foram contidos pelos GMs (Foto: Valter Martins/Piraicaba em Alerta)

ANEXO 3 – TEXTO 3

Notícia veiculada pelo portal G1 em 26 de junho de 2014

26/06/2014 08h05 - Atualizado em 26/06/2014 09h43

Mulher diz ter sido estuprada em carona com desconhecido na PB

Caso foi registrado na madrugada desta quinta (26), em Campina Grande. Vítima passou por exames no Isea e prestou depoimento na Polícia Civil.

Do G1 PB

 Tweetar 29  Recomendar 0

Um caso de suspeita de estupro foi registrado na madrugada desta quinta-feira (26), em **Campina Grande**. De acordo com a Polícia Militar, uma mulher de 33 anos informou aos policiais ter pegado uma carona com um homem desconhecido, mas, segundo ela, ele desviou o caminho e a levou até um matagal, onde aconteceu o estupro.

saiba mais

Mulher é encontrada amarrada e amordaçada em campus da UEPB

Três jovens fogem do CEJ em João Pessoa e Fundac abre sindicância

Homem morre esmagado por trem na Grande João Pessoa

O caso foi registrado por volta de 1h, no bairro de Bodocongó. Segundo as informações do relatório de ocorrências do Centro Integrado de Operações Policiais da PM (Ciop), a mulher havia procurado atendimento médico no Hospital da Fundação Assistencial da Paraíba (FAP) durante a noite e após ser liberada, pegou a carona com o homem.

Ainda de acordo com o relatório da PM, após acionar a polícia, a vítima foi atendida pelo

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e encaminhada para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande. Segundo a unidade hospitalar, após ser atendida, a mulher foi encaminhada para a realização de exames no Instituto de Saúde Elpidio de Almeida (Isea).

O **G1** entrou em contato com a Polícia Civil, que informou que ainda na madrugada de hoje a mulher foi até a delegacia prestar depoimentos. O caso será investigado pela Delegacia da Mulher. De acordo com a PM, após o registro do crime foram feitas buscas pela região, mas ninguém foi preso.

ANEXO 4 – TEXTO 4

Notícia veiculada pelo portal R7 em 20 de novembro de 2013

20/11/2013 às 20h32

Adolescente diz ter sido estuprada por DJ após sair de baile funk no Rio

Jovem diz que foi levada para o quarto e teve roupa tirada a força

R7 Página Inicial

Tweetar

Pin it

RECEBA NOTÍCIAS NO SEU CELULAR

Texto: -A +A

Do R7



Jovem teria sido estuprada em estúdio de DJ em Niterói

Reprodução Rede Record

Um DJ é suspeito de estuprar uma jovem de 14 anos após um baile funk em São Gonçalo, região metropolitana do Rio. De acordo com a adolescente, o crime aconteceu na madrugada do último sábado (16), quando ela teria ido a um baile funk com mais três amigas escondida dos pais.

Após a festa, ele teria oferecido carona para elas, porém a adolescente teria recusado. Como as amigas insistiram, a vítima acabou aceitando. O homem levou as menores para o estúdio de música em Itioca, em Niterói, e de acordo com ela, as amigas de 13 e 14 anos decidiram manter relações sexuais com o DJ e um amigo dele, mas ela teria sido obrigada.

— Ele me levou pro quarto, fechou a porta e tirou a roupa. Quando eu perguntei porque ele estava fazendo aquilo, ele falou: "Já que você

está aqui, vai ter que dar". Então ele me jogou na cama, tirou minha roupa e começou a fazer várias coisas comigo.

Segundo a adolescente, após o estupro os homens deram dinheiro para que elas voltassem sozinhas para casa, mas assustadas, elas foram para o hospital.

A jovem passou por uma cirurgia e ficou internada durante três dias no Hospital da Mulher, em São Gonçalo. Ela ainda precisa fazer exame de corpo de delito, mas quando deixou o hospital ela recebeu documentos e laudos que comprovam os abusos.

A polícia já iniciou as investigações sobre o caso e as quatro meninas já prestaram depoimento. O Conselho Tutelar também acompanha o caso.

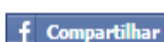
ANEXO 5 – TEXTO 5

Notícia veiculada pelo portal R7 em 14 de abril de 2014

14/04/2014 17:31 - Atualizado em 14/04/2014 17:31

Mulher é vítima de estupro em festa de república em Lavras

Thaís Mota - Hoje em Dia



Uma mulher de 28 anos acionou a Polícia Militar (PM) na madrugada desse domingo (13) alegando ter sido vítima de um estupro durante uma festa em uma república na cidade de Lavras, no Sul de Minas. Segundo o Boletim de Ocorrências registrado pela PM, a vítima alega ter ingerido bebida alcoólica e ido para um dos quartos da casa com um rapaz.

O casal teria praticado sexo e, em seguida, o homem teria saído do quarto enquanto a mulher teria ficado dormindo nua em uma das camas. Ainda segundo ela relatou aos militares, aproximadamente uma hora depois, ela teria acordado com um outro homem sobre ela praticando sexo sem seu consentimento.

Ela então teria questionado o suspeito, que parou o ato e fugiu. Entretanto, após ser acionada, a PM localizou e prendeu o homem nas redondezas da república. Já a vítima foi orientada a procurar o médico legista de plantão na cidade de Campo Belo para realizar o exame de corpo de delito.

Segundo informações da Delegacia de Lavras, o exame, porém, foi realizado no último domingo na própria cidade e o perito constatou que houve o estupro. O suspeito está detido no presídio de Lavras em uma cela separada, já que seria mestrando na Universidade Federal de Lavras (Ufla).

Jovem argentina é estuprada em festa convocada por evento no Facebook

Quatro homens teriam violentado sexualmente moça de 19 anos durante uma festa em uma pista de boliche

Terra 22 Jul de 2014 - 00:39



Tweetar

1

G+

17



Recomendar

Compartilhar

Seja o primeiro de seus amigos a recomendar isso.

Uma jovem de 19 anos denunciou quatro homens, na última madrugada de domingo, por terem abusado sexualmente dela dentro de uma pista de boliche, em Buenos Aires, na Argentina. As informações são do jornal La Nacion.

Segundo a publicação, o abuso aconteceu durante uma festa chamada "Alternativa", convocada pelo Facebook, que acontecia no lugar. A jovem teria sido seduzida por um homem de olhos claros que teria puxado ela, pelas mãos, para um canto escuro do salão.

Lá, ele teria começado a ter relações com ela, contra a vontade da vítima. Outros três homens, aparentemente amigos do primeiro, chegaram e também abusaram dela. Como o salão estava cheio e com som alto, ninguém ouviu ela reclamar do que acontecia.

Após o ato, a jovem ligou para os pais, que a buscaram no local e a levaram ao hospital e, logo depois, à delegacia para dar queixa dos criminosos.

Foto: Reprodução / La Nacion







Durante a festa, o ambiente estava escuro e iluminado apenas por um globo

ANEXO 7 – TEXTO 7

Artigo publicado no portal Brasil Post em 28 de março de 2014



Gabriela Loureiro    
Repórter de mundo do Brasil Post

Protesto online motivado por pesquisa do Ipea convoca selfies de topless contra o estupro

Publicado: 28/03/2014 11:22 BRT | Atualizado: 28/05/2014 06:12 BRT



Na quinta-feira (27), minha timeline do Facebook foi inundada por comentários de amigos chocados com os resultados da pesquisa do Ipea sobre a percepção do brasileiro acerca da mulher. Os dados realmente mostram uma realidade absurda: 65% dos entrevistados acreditam que mulher que usa roupa curta merece ser atacada. Pior: 66% dos entrevistados eram... Mulheres. Oi?

Indignada com os resultados da pesquisa, a jornalista Nana Queiroz criou um evento no Facebook para o protesto online "#EuNãoMereçoSerEstuprada", que já tem até agora 32.000 convidados e mais de 2.000 presenças confirmadas. A ideia é postar no perfil uma selfie com a hashtag do protesto às 20h desta sexta (28).

Leia também: [Pesquisa mostra dados alarmantes sobre violência contra as mulheres](#)

Nana disse ao Brasil Post que teve a ideia quando viu o resultado da pesquisa, inspirada na Marcha das Vadias e no grupo russo Pussy Riot. "A ideia é que a gente tire a roupa e se fotografe, da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios com os dizeres "Eu também não mereço ser estuprada" e postemos, todas juntas, ao mesmo tempo, online. Quem tá dentro?", diz a descrição do evento. Quem não quiser fazer topless pode aparecer vestida, o importante é postar a foto com a hashtag #EuNãoMereçoSerEstuprada no seu perfil do Facebook às 20h.

O protesto reverberou nas redes e o evento começou a ser utilizado como lugar de debate sobre políticas públicas voltadas ao problema, desabafos e, claro, discussão sobre como proceder no protesto.

This Facebook post is no longer available. It may have been removed or the privacy settings of the post may have changed.

Help Centre 



POAdigital

Government Organisation · 5,304 Likes · 27 March 2014 · 

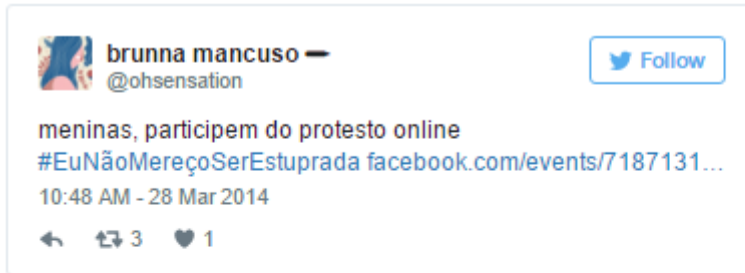
 Like Page 

Ipea Instituto de Pesquisa revelou, nesta quinta-feira, dados alarmantes sobre tolerância a violência contra a mulher.

Vamos mudar essa realidade?

Saiba mais: <http://goo.gl/p4wSFD>

675 Likes · 81 Comments · 11.411 Shares



Muita gente tem falado que a maioria das entrevistadas eram mulheres e usado isso para atacá-las, afirmando que são machistas. Eu proponho um novo viés: as mulheres não são tão oprimidas que apenas reproduzem a opinião masculina, sem sentir-se no direito de ter uma opinião própria. É preciso falar a elas, dizer que elas podem, sim, questionar e abusar dos decotes e das minissaias com a convicção de que não merecem ser vítimas de nenhuma violência”, afirmou Nana ao Brasil Post.

Na semana passada, falamos sobre isso no [Huff Post Live](#). Como repercussão do artigo comparando o sexismo no Oriente Médio com o da América Latina, da correspondente da NPR Lourdes Garcia-Navarro, falamos sobre a complexidade da liberdade das mulheres. A descrição do hangout: "As mulheres brasileiras em biquínis cavados representam o ápice da liberdade comparadas às mulheres vestidas em véus, niqabs ou burcas no Oriente Médio. Mas quando o apelo sexual se torna um símbolo de liberação, essa liberdade pode se tornar uma prisão?" Sempre foi uma prisão, na verdade. Faz parte de uma mentalidade misógina que objetifica o corpo da mulher. Durante o Huff Post Live, cantei a bola de que falta solidariedade entre as mulheres. Em outras palavras, falta se entender como um ser humano livre que é dono de seu corpo e suas vontades, assim como todo mundo.

Menos julgamentos se alguma mulher é "vadia", "baranga", "quer aparecer", "não se dá o respeito" ou "fez por merecer": isso é solidariedade entre as mulheres. Para mim, o fato de que 66% dos entrevistados de uma pesquisa de nível nacional que mostrou uma mentalidade machista são mulheres só comprova que **falta solidariedade**. Menos patrulha machista, mais *sisterhood*. Se as próprias mulheres não se unirem contra a violência contra a mulher, "quem poderá nos defender"? A cavalaria não está a caminho, senhoras. Eu não mereço ser estuprada, e você?

ANEXO 8 – TEXTO 8

Artigo publicado no portal Veja em 28 de março de 2014

O estupro é culpa da mulher seminua? Não! Mas...

Por: Rodrigo Constantino © 28/03/2014 às 10:18

f Compartilhe no Facebook

🐦 Compartilhe no Twitter

g+ Compartilhe no Google+

✉ Enviar por e-mail



Uma pesquisa do Ipea, **divulgada pelo GLOBO** hoje, mostra que muitos brasileiros pensam que o estupro é “merecido” quando as mulheres se comportam “mal”, abusam nas roupas curtas, etc. São respostas assustadoras, que denotam um atraso civilizatório. Diz a reportagem:

“Se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”.

Ao ler essa afirmação em um questionário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 58,5% dos 3.810 entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase. O dado aparece no estudo Tolerância social à violência contra as mulheres, realizado pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social e divulgado nesta quinta-feira.

Realizada entre maio e junho de 2013, a pesquisa aponta ainda que, para 42,7% dos entrevistados, mulher com roupa que mostra o corpo merece ser atacada. Além disso, 63% concordaram, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. E mais: 89%, somando aqueles que concordaram totalmente e parcialmente, disseram concordar que “a roupa suja deve ser lavada em casa”. O percentual dos que acreditam que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” também foi alto: 82%.

O Brasil precisa evoluir e muito ainda. Ao menos a imensa maioria acha que o homem que bate na mulher deve ser preso. Menos mal. Mas essa mentalidade que culpa a própria vítima pelo estupro é absurda, chocante. É análoga àquela que culpa o rico pelo seqüestro ou assalto, como se a própria desigualdade em si desse o direito de o ladrão roubar.

Dito isso, e deixando bem claro que *nada* justifica estupro ou assalto, podemos ser realistas e compreender que, se a ocasião não faz o ladrão, ao menos pode estimulá-lo. Veja bem: Sakamoto cai no ridículo quando culpa o dono do carro pelo assalto, apelando para o sensacionalismo de esquerda; mas eu não iria com o Porsche que (infelizmente) não tenho para a Rocinha desfilar.

Quando o apresentador Luciano Huck teve seu Rolex roubado, muita gente da esquerda usou exatamente o mesmo discurso: quem mandou ostentar em um país pobre? Argumento ridículo, como o de Sakamoto, e como esses todos que condenam a moça estuprada pelo estupro, por causa de sua roupa curta. Mas eu tampouco iria com o Rolex de ouro que (infelizmente) não tenho para a favela da Maré.

O que quero dizer com isso? Que ninguém tem o direito de estuprar ou roubar, que ninguém “merece” passar por isso, e que a vítima não pode ser transformada em culpado; mas que, feita essa ressalva importante, seria bom manter o realismo e compreender que, nem por isso, devemos dar tantas chances ao azar.

Há estudos e pesquisas, como já **comentei aqui**, mostrando correlação entre a revolução sexual e o aumento nos casos de estupro. E não é um fenômeno brasileiro, mas mundial. Sexualidade cada vez mais precoce, funk estimulando a vulgaridade, mulheres provocativas rebolando seminuas até o chão, tudo isso atrai estupradores como moscas ao mel.

Reconhecer essa obviedade não é o mesmo que culpar a mulher pelo estupro. Claro que não. É apenas ser realista a ponto de atestar que, *dado o ambiente pré-civilizatório em que ainda vivemos*, tudo isso acaba estimulando o crime, da mesma forma que um desfile com Rolex nas favelas cariocas faria (a menos que te confundam com o traficante do pedaço).

Vou afirmar uma coisa muito chocante ao leitor: o Brasil não é a Suíça! Algum grau de adaptação por vivermos no país dos “malandros”, que criaram um país de otários, precisa ocorrer. Defendo maior punição aos criminosos como principal instrumento de combate ao crime, seja assalto, seja estupro. Mas não dá para negar a *influência* cultural.

Qual a saída? Colocar burca nas mulheres? Deus nos livre da maldição islâmica! Seria como pregar a solução sakamoteana para combater o crime: abandonar os nossos bens materiais (sendo que ele não abandona seu MacBook da Apple, pois ninguém é de ferro). Seria a vitória dos bandidos.

Isso não nos impede, todavia, de constatar que a licenciosidade e a libertinagem crescentes têm colaborado como estimulante para os tarados em potencial. Junte-se a isso a cultura machista e o ambiente de impunidade, e temos o quadro perfeito para a desgraça.

Enquanto a cultura do machismo não desaparece, e a punição exemplar não vem, seria recomendável, sim, que as moças apresentassem um pouco mais de cautela, mostrassem-se um tiquinho só mais recatadas, e preservassem ligeiramente mais as partes íntimas de seus corpos siliconados. Não tenho dúvidas de que “garotas direitas” correm menos risco de abuso sexual.

Vou apelar para o *reductio ad absurdum* na esperança de deixar meu ponto ainda mais claro: a mulher que vai a um canteiro de obras no final do expediente, começa a rebolar até o chão dançando “na boquinha da garrafa” seminua, acha que exerce alguma *influência* no risco de descontrole sexual de algum potencial tarado no local, ou não?

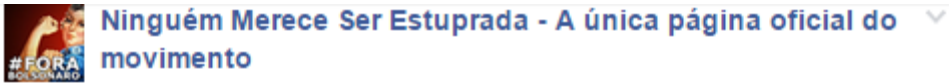
Voltando à minha analogia para fechar, eu não faria um banquete diante de uma legião de famintos. E tenho certeza de que os colegas de esquerda também não. Tanto é que costumam degustar de seu caviar com champanhe isolados em suas coberturas ou mansões, distantes dos olhares de cobiça daqueles que juram defender...

PS: Agora, como o jornalista José Maria me lembrou, por que diabos um instituto de “pesquisa econômica aplicada” precisa fazer este tipo de pesquisa social, altamente subjetiva, cuja resposta pode variar muito dependendo da forma com a qual é feita a pergunta? Parece algo indutor de conflito social, típico do governo do PT mesmo, que adota a máxima “dividir para conquistar”.

Rodrigo Constantino

ANEXO 9 – TEXTO 9

Publicação feita na página do *Facebook* “Ninguém Merece Ser Estuprada – A única página oficial do movimento”



Ninguém Merece Ser Estuprada - A única página oficial do movimento

23 April 2014 · Edited ·

SOBRE O PROTESTO E O(S) MOVIMENTO(S)
"#Ningúemmereceserestuprada"

"#Eunãomereçoserestuprada" nasceu como uma resposta direta às afirmações "Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas" e "se mulheres soubessem se comportar haveriam menos estupros"...com cerca de 26% e 58% de concordância na pesquisa do IPEA partindo da individualidade de muitos que juntos formamos uma nação: NINGUÉM MERECE SER ESTUPRADA.

O protesto Online iniciado em um evento do facebook ganhou a solidariedade de muitas pessoas em várias cidades brasileiras, se multiplicou de maneira espontânea: foram criadas movimentações em várias cidades, outros eventos e grupos de discussão que continuam contribuindo ao debate.

Diante da forte repercussão, também recebemos uma série de ataques de pessoas que se incluem nos 26% que concordam com frase da pesquisa: ameaças de estupro, violência e muitas ofensas começaram a aparecer no "evento inicial" gerando a necessidade de criar espaços moderados para identificar e combater a violência que se replicava sobre nós.

Os grupos criados em solidariedade ao protesto são importantes espaços de diálogo, discussão e debate: reúnem uma grande diversidade de pontos de vista, e tem servido como espaço de apoio a muitas vítimas de violência sexual no país.

A importância dos relatos é crucial para o protesto, eles que transformam os números das pesquisas em pessoas. Estas pessoas tem nos ajudado a esclarecer a realidade sobre a violência sexual em todos seus aspectos: a violência psicológica, física e verbal. Também trazem a tona as reações à essa violência: o sofrimento, a dor e o silenciamento que nascem do preconceito e tabu em volta do estupro.

Os grupos são espaços para a sororidade, a empatia diante da experiência pessoal de muitas, e o empoderamento das mulheres ali reunidas. A diversidade de origens, opiniões e identidades daqueles que participam ativamente dos grupos construindo o protesto é enorme e deve ser respeitada: participam deste protesto militantes de vários grupos e movimentos feministas, mas também pessoas desvinculadas.

Foram criadas outras páginas com o nome “eu não mereço ser estuprada”, que tem atualmente milhares de seguidores, no entanto algumas delas estão se prestando a ações que não dialogam em nada com nossa proposta, como por exemplo vender dietas de emagrecimento. Não sabemos quem são essas pessoas, e diante desta situação nos organizamos para criar uma página que represente plenamente o objetivo do protesto.

Enfatizamos a palavra PROTESTO porque sabemos que nele encontramos reunidos grupos diversos em pró de uma mesma causa e reunidos pela mesma indignação.

Acreditamos que nosso PROTESTO deve servir principalmente como ESPAÇO DE INFORMAÇÃO e para isto criamos esta página que tem o intuito de continuar alimentando o debate sobre a violência sexual no mundo.

Existem muitos MOVIMENTOS e ORGANIZAÇÕES que lutam há décadas no Brasil contra a violência sexual, pelos direitos das mulheres e pela equidade de gêneros. Estas organizações inspiram o protesto: estão entre elas a Marcha das Mulheres, a Marcha das Vadias, o Movimento das Mulheres Camponesas, a Marcha das Margaridas, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas, O Instituto da Mulher Negra, O Instituto Maria da Penha e muitos outros. Estes são grupos organizados, com identidade e estratégias próprias e exercem sua voz ativa e autônoma. Não nos consideramos literalmente um movimento no sentido que não estamos aqui para representar estes grupos e sim para DIZER QUE ELES NOS REPRESENTAM.

O PROTESTO NINGUÉM MERECE SER ESTUPRADA é um espaço livre compartilhado entre os que abraçam a luta contra a violência sexual: os que lutam pela equidade de gêneros, sua livre identidade e pelo fim das opressões do machismo.